

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA - UnB
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM MEIO AMBIENTE E
DESENVOLVIMENTO RURAL – PPG-MADER

Marciel Rocha da Silva

**Anonimato vivenciado e anonimato desejado: sexualidades dissidentes na
zona rural de Currais - PI**

Brasília
2025

Marciel Rocha da Silva

**Anonimato vivenciado e anonimato desejado: sexualidades dissidentes na
zona rural de Currais - PI**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Meio Ambiente e Desenvolvimento Rural, como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Meio Ambiente e Desenvolvimento Rural.

Orientador: Prof. Dr. Gustavo Meyer

Brasília
2025

Ficha catalográfica elaborada automaticamente,
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

RR672a Rocha da Silva, Marciel
Anonimato vivenciado e anonimato desejado: sexualidades
dissidentes na zona rural de Currais - PI / Marciel Rocha da
Silva; orientador Gustavo Meyer. Brasília, 2025.
96 p.

Dissertação(Mestrado em Meio Ambiente e Desenvolvimento
Rural) Universidade de Brasília, 2025.

1. Êxodo rural. 2. Homofobia. 3. Identidades hegemônicas.
4. Sexualidades dissidentes. I. Meyer, Gustavo , orient. II.
Título.

Banca examinadora

Prof. Dr. Gustavo Meyer
(Presidente da Banca - PPG/MADER, Universidade de Brasília)

Prof.^a Dra. Mônica Celeida Rabelo Nogueira
(Avaliadora Interna - PPG/MADER, Universidade de Brasília)

Prof.^a Dra. Mara Franco de Sá
(Avaliadora Externa - Pedagogia, Universidade Federal do Piauí)

Prof. Dr. Paulo Brito do Prado
(Avaliador Suplente - Educação do Campo, Universidade Federal do Piauí)

Dedicatória

Aos meus familiares e amigos, em especial ao meu primo Mauro Oliveira Rocha (*in memoriam*), e a todos aqueles que vieram e lutaram antes de mim para que hoje eu possa ocupar este espaço.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, gostaria de agradecer a Deus por ter me concedido a oportunidade de cursar um mestrado. Agradeço, também, à minha família, principalmente meus pais, por sempre terem me apoiado e me incentivado a estudar, fazendo tudo que estava ao seu alcance para me proporcionarem um futuro melhor.

Meus sinceros agradecimentos aos meus professores da graduação, por terem me ensinado caminhos para a compreensão dos fenômenos sociais, sobretudo aqueles que oprimem as minorias, através desse maravilhoso mundo acadêmico. Obrigado por terem me proporcionado o desenvolvimento do pensamento crítico, o crescimento intelectual e a formação humana. Um agradecimento especial ao professor Davi Gonçalves Borges, por ter me apresentado o outro lado dos conhecimentos sobre a homossexualidade, me fazendo, com isso, ter um pouco mais forças para suportar o processo de autoaceitação da minha sexualidade. À professora Mara Franco de Sá, por todo o apoio que me deu nos momentos em que eu sofria discriminação no ambiente de trabalho, sendo muito empática e solidária. E também por todo o incentivo acadêmico que me deu. Os seus atos de afeto e carinho jamais serão esquecidos. Meus agradecimentos também vão para meus amigos e amigas, da graduação e da vida, por sempre me apoiarem e me incentivarem a ir atrás dos meus sonhos.

Agradeço, também, ao Programa de Pós-Graduação em Meio Ambiente e Desenvolvimento Rural - PPG-MADER, por ter acolhido minha pesquisa e ao professor Gustavo Meyer, meu orientador, por ter aceitado colaborar comigo nesta caminhada. Não poderia deixar de agradecer aos demais professores do programa, por também terem contribuído com a minha formação. Agradeço, de forma especial, ao professor Sérgio Sauer, por sempre estar disposto a me dar orientações informais pelos corredores da UnB, me tranquilizando e ainda fazendo graça, dizendo: “Marciel, você não perde uma oportunidade de pedir orientação, né!?” (risos). À professora Regina Coelly, por manifestar profunda sensibilidade para a minha pesquisa e por ter manifestado sua posição antirracista e anti-homofóbica em sala de aula, o me fez sentir-me acolhido e compreendido. Agradeço, ainda, à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES, por ter

me concedido as condições necessárias para permanecer na Pós-Graduação, sem a qual não teria sido possível finalizar o mestrado.

Agradeço, também, à minha turma por todo o apoio prestado nas horas em que eu passei por dificuldades na pesquisa e à banca examinadora, por aceitar avaliar o meu trabalho e contribuir para o aprimoramento deste. Por fim, mas não menos importante, agradeço aos interlocutores que aceitaram participar desta pesquisa, sem os quais não teria sido possível realizá-la. Obrigado a todos!

RESUMO

Esta pesquisa foi elaborada a partir de um olhar sobre a zona rural do município de Currais, localizado no sul do Piauí. Partiu-se do pressuposto de que o silenciamento, a invisibilização e a discriminação das sexualidades dissidentes contribui para a saída dos sujeitos LGBTQIAPN+ do campo, potencializando o fenômeno do êxodo rural. O objetivo deste trabalho foi compreender os desafios enfrentados pela comunidade LGBTQIAPN+ para sua permanência no campo, bem como para a construção dos seus projetos de vida. Os principais referenciais abordados foram as discussões sobre a construção das identidades e sexualidades, sobretudo as hegemônicas. Trata-se de uma pesquisa exploratória com abordagem qualitativa, tendo a análise temática - AT como método de análise dos dados gerados nas entrevistas. As categorias de análise foram: discriminação por orientação sexual, anonimato e liberdade. Evidenciou-se que a discriminação por orientação sexual no campo - a homofobia - contribui para a migração do campo para as cidades. No recorte espacial abordado, a homofobia está presente na tríade escola, família e comunidade. Além disso, a discriminação tem vários impactos negativos na vida dos LGBTQIAPN+ da zona rural, que passam a desejar construir seus projetos de vida em ambientes urbanos. Ainda contribui para a perpetuação das discriminações para os LGBTQIAPN+ que escolhem permanecer no campo. Os resultados convergem para a necessidade de ações efetivas de combate à homofobia no campo, visando a construção de um espaço que seja respeitoso e acolhedor das diversidades.

Palavras-chave: sexualidades dissidentes; Homofobia; êxodo rural; LGBTQIAPN+

ABSTRACT

This research was based on a look at the rural area of the municipality of Currais, located in the south of Piauí. It was based on the assumption that the silencing, invisibilization and discrimination of dissident sexualities contributes to LGBTQIAPN+ people leaving the countryside, thus increasing the rural exodus. The aim of this study was to understand the challenges faced by the LGBTQIAPN+ community in staying in the countryside and building their life projects. The main references were discussions on the construction of identities and sexualities, especially hegemonic ones. This is an exploratory study with a qualitative approach, using thematic analysis (TA) as the method for analyzing the data generated in the interviews. The categories of analysis were: discrimination based on sexual orientation, anonymity and freedom. It emerged that discrimination based on sexual orientation in the countryside - homophobia - contributes to migration from the countryside to the cities. In the spatial context covered, homophobia is present in the school, family and community triad. In addition, discrimination has a number of negative impacts on the lives of LGBTQIAPN+ people in rural areas, who want to build their life projects in urban environments. It also contributes to the perpetuation of discrimination against LGBTQIAPN+ people who choose to remain in rural areas. The results point to the need for effective action to combat homophobia in the countryside, with a view to building a space that is respectful and welcoming of diversity.

Keywords: Dissident sexualities; Homophobia; Rural exodus; LGBTQIAPN+

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - lista dos interlocutores entrevistados	30
Quadro 2 - categorias geradas da pesquisa	31

LISTA DE SIGLAS

CAPES - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

CPCE - Campus Professora Cinobelina Elvas

GGB - Grupo Gay da Bahia

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

LEdoC- Licenciatura em Educação do Campo

LGBTQIAPN+ - Lésbica, Gay, Bissexual, Transgênero, Queer, Intersexo, Assexuais, Pansexual, Não binário, mais outras formas de identidades que não estão identificadas nas outras letras

MATOPIBA - Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia

MST - Movimento dos Trabalhadores Sem Terra

PPG MADER - Programa de Pós-Graduação em Meio Ambiente e Desenvolvimento Rural

EUA - Estados Unidos da América

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	14
1.1 Contexto espacial da pesquisa.....	14
1.2 Contextualização: a voz que deu vida à pesquisa.....	15
1.3 Primeiros grifos teóricos.....	23
1.4 Construindo o problema de pesquisa.....	26
1.5. Percurso metodológico.....	31
1.5.1 Caracterização da pesquisa e dos interlocutores.....	31
1.5.2 Categorização e análise.....	33
2 ASPECTOS TEÓRICOS.....	34
2.1 O rural brasileiro.....	34
2.2 êxodo rural: causas e consequências.....	36
2.3 Identidades hegemônicas e sexualidades dissidentes.....	38
2.4 A construção da sexualidade universal.....	46
2.5 Um olhar sobre a sexualidade a partir de Foucault.....	51
3 RESULTADOS E DISCUSSÕES.....	52
3.1 A questão do pertencimento e a migração de homossexuais do campo como consequência da homofobia.....	52
3.2 Sexualidades dissidentes: experiência de jovens LGBTQIAPN+ do campo em Currais.....	58
3.3 Homofobia nas escolas da zona rural.....	62
3.4 Homofobia na família.....	69
3.5 Homofobia no ambiente comunitário.....	74
3.6 Impactos da homofobia na construção das subjetividades e projetos de vida dos sujeitos dissidentes da zona rural de Currais (PI).....	76
3.7 Anonimato e liberdade: caminhos alternativos vivenciados X caminhos alternativos desejados por homens homossexuais do campo.....	79
4 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	86
REFERÊNCIAS.....	89

APÊNDICE.....	96
---------------	----

1 INTRODUÇÃO

Esta pesquisa foi elaborada a partir de um olhar sobre a zona rural do município de Currais, localizado no sul do Piauí. Trata-se de uma pesquisa exploratória que buscou investigar as vivências de sujeitos com identidades sexuais dissidentes do padrão cis-heteronormativo, identidades que são frequentemente discriminadas nos espaços sociais, em particular em ambientes mais conservadores.

O trabalho está dividido em quatro partes, sendo esta Introdução, os Capítulos 2 e 3, e Conclusões. Na Introdução apresenta-se a estrutura textual, o problema, os objetivos, geral e específicos, e a metodologia da pesquisa. Nesta primeira parte, apresento minhas experiências, vivências e observações como uma pessoa LGBTQIAPN+ residente na zona rural, destacando como esses aspectos pessoais contribuíram para a problematização desta temática

Após a Introdução, no Capítulo 2, apresento a discussão teórica, buscando estabelecer diálogos e conexões entre sexualidade, êxodo rural e identidades hegemônicas. No Capítulo 3, foram exploradas as vivências e experiências dos interlocutores da pesquisa com base nos dados gerados nas entrevistas. Neste momento, apresento suas histórias de vida e como a homofobia impactou e impacta seus projetos de vida e a construção de suas subjetividades. Este é o momento em que são compartilhadas as experiências que influenciaram a decisão dos interlocutores de permanecer ou deixar o campo.

1.1 Contexto espacial da pesquisa

A cidade de Currais fica localizada ao sul do estado do Piauí, a aproximadamente 617 km da capital Teresina. O município conta, de acordo com o último censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE (2022), com uma população de 4.844 habitantes, com destaque para um aumento populacional de cerca de 3% em relação ao censo de 2010.

O município está situado em uma das áreas de fronteira agrícola do Matopiba,¹ no qual boa parte da produção do agronegócio é escoada pela rodovia PI-392, que corta o município ligando-o à cidade de Bom Jesus, também no Piauí,

¹ Área de fronteira agrícola, que engloba parte dos municípios do Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia (Buainain; Garcia; Vieira Filho, 2018).

popularmente conhecida como “cidade dos doutores”². Atualmente, esse título está sendo substituído pelo de “capital do agronegócio” em decorrência do crescimento desta atividade econômica na região.

1.2 Contextualização: a voz que deu vida à pesquisa

Enquanto um pesquisador das Ciências Sociais e Humanas, não devo, tampouco poderia, adotar uma postura neutra ao dissertar sobre os assuntos que me proponho aqui, que dizem respeito não só às minhas vivências e experiências, como um jovem homem homossexual residindo no campo, na zona rural, mas também as que atravessam um coletivo maior ao qual pertenço: a comunidade LGBTQIAPN+.

Refletir sobre tais questões, para mim, é construir um caminho que nos leve a um projeto de sociedade que seja acolhedor, solidário, democrático e de respeito a todos, independentemente de orientação sexual, raça ou gênero, sem discriminação e marginalização, sobretudo nas áreas mais remotas do país, onde o acesso ao conhecimento e à cultura ainda é um privilégio de poucos.

Apesar do nosso processo formativo e amadurecimento intelectual e acadêmico não ser uma linha tênue e ser atropelado por uma série de acontecimentos que vai nos moldando, a gênese desta pesquisa tem um ano bem específico: 2021. Ano em que terminei minha graduação em Licenciatura em Educação do Campo, chamada carinhosamente de Ledoc.

Neste mesmo ano ingressei como professor temporário em uma escola localizada a pouco mais de 3 km da minha comunidade, mesma escola onde cursei a maior parte do ensino fundamental. Foi a partir desse período que passei a ser alvo de homofobia dentro do ambiente de trabalho, manifestada através das frequentes piadas que ridicularizam e menosprezam pessoas LGBTQIAPN+. As piadas eram cunhadas por todo o corpo da escola: professores, zeladores, alunos e pais de alunos, embora só alguns proferiram tais piadas diretamente para mim, e poucas vezes, como quando um professor olhou-me e disse-me: “[...] a Covid-19 é castigo de Deus para os gays, porque ficam beijando homem com homem e mulher

² Conhecida assim por ser a cidade brasileira com maior número de profissionais doutores, sendo um a cada 200 habitantes.

com mulher”, ou quando uma estudante de sete anos me chamou de “viado” dentro da sala de aula.

Por mais que ela não se desse conta do peso que aquele insulto carregava, e talvez por não entender de fato o que havia dito, isso é, no mínimo, intrigante. Para mim, claramente, o insulto proferido por uma criança de sete anos era consequência da convivência com pessoas que proferiram tal insulto. Mas, com exceção desses dois episódios diretos, no geral, falavam pelas costas, e eu ficava sabendo porque outras pessoas me contavam depois. Por alguma razão, que eu já buscava compreender, eu, um homem homossexual, quebrando padrões pré-estabelecidos - afinal, ainda soa estranho para alguns que homossexuais ocupem funções de influência, porque “são má-influência” -, estava incomodando o dia-a-dia daquele ambiente escolar. E, por mais que eu tenha sido bastante afetado pela realidade de violência psicológica, fruto da homofobia a qual fui submetido, me propus a refletir sobre essa problemática e tentar enxergar possíveis rotas de fuga como solução para o problema.

Durante aquele período cheguei a cogitar a possibilidade de realizar oficinas sobre diversidade sexual e de gênero na escola, mas não me sentia à vontade para realizar tal atividade, estava muito abalado psicologicamente, tinha ataques de pânico quando o despertador tocava pela manhã e eu tinha que ir para aquele ambiente de trabalho. Tudo que eu queria era sair daquele lugar, mas por uma série de questões, eu não tinha o que fazer, a não ser que eu optasse por ficar desempregado.

A falta de estrutura emocional e material para reagir diante das situações vivenciadas, é algo que também atravessou os interlocutores desta pesquisa que também passaram por isso, como veremos no Capítulo 3. Processo no qual muitas das vezes não sabemos o que fazer ou como reagir, o que faz com que tudo seja guardado para si. Esta é uma das faces da violência contra as pessoas que são sexualmente diversas, porque naturalizou-se a domesticação e a mecanização das manifestações individuais. Ou seja, ensina-se que é errado sermos nós mesmos, e isso traz uma série de problemas a nós “dissidentes”, principalmente porque, além de não conseguirmos ser nós mesmos, também não conseguimos ser o outro, o que gera crises de identidade e pertencimento. Ainda assim, tenta-se ser o outro, ser aceito pelo outro. Muitos ainda vivem ou viveram um personagem criado para tentar encaixar-se naquilo que é o padrão, que é aceito. Esta identidade padrão é

caracterizada sobretudo pelo homem branco, europeu, cristão e heterossexual. Esse processo de repressão ao nosso “eu real” em detrimento do desejo do outro é brutal, é violento.

Em razão de todo esse processo de apagamento identitário dos sujeitos dissidentes, particularmente no campo, promovido pela heteronormatividade, eu e colegas passamos a nos odiar, porque nos ensinam que somos pecadores, que vivemos de forma errada, que o Criador nos odeia e que nos mandará para o inferno. Inferno este que, para muitos de nós, já é vivenciado no cotidiano, em ambientes como o familiar, escolar, comunitário, midiático etc. Quando nos odiamos, aceitamos o desrespeito que vem do outro, assumimos o papel de passividade diante das discriminações, porque nos ensinam a concordar com os que discriminam e nós, talvez inconscientemente, concordamos com eles. Acabamos aceitando calados, muitas das vezes, porque “eles estão certos”, e “nós merecemos” sermos tratados dessa forma, pois “estamos em pecado”. A intolerância que sofremos soa como castigo para o que somos. Afinal, “quem mandou você ser gay?”, disse-me um parente próximo.

É assim que esse tipo de violência age em nossas vidas. Ela nos deixa atônitos diante das situações experimentadas, fato que será percebido também nas falas dos interlocutores de pesquisa, a partir das quais percebe-se a paralisação diante das violências sofridas. Como se, no final das contas, não houvesse o que fazer. Embora seja relevante frisar isto, é fundamental percebermos os dissidentes também como agentes de transformação da realidade, porque em alguma medida, ao nos afirmarmos não heterossexuais, rompemos padrões e relações sociais hegemônicas, ainda que de forma inconsciente e lenta.

Suportei e passei por toda a realidade de discriminação, porque eu não tinha como requisitar um afastamento do trabalho, pois para isso eu precisaria de um boletim de ocorrência que justificasse e apontasse que minha integridade física e moral estava ameaçada. Eu não dispunha de tal instrumento em razão de eu não deter provas para levar adiante a acusação contra as pessoas que praticavam o crime de homofobia contra mim. Na ocasião, cheguei a conversar com meus superiores hierárquicos, a Secretária de Educação e o Vice-Prefeito de Currais, pessoas com as quais eu tinha maior contato e que foram os responsáveis pela minha contratação, mas não tomaram atitudes condizentes com a gravidade da situação. A primeira pediu-me para orar e recorrer a Deus para resolver a situação,

ao passo que o segundo disse-me que não ia demitir funcionário porque “[...] não trabalhava com exclusão e nem ia perder voto”. Acredito que o Vice-Prefeito foi estratégico, porque se tivesse acolhido a minha queixa, ele não perderia somente um voto, mas perderia vários, dadas as alianças corporativistas orbitando a heteronormatividade. Afinal, quantas pessoas ficariam do meu lado? Quem falaria em minha defesa? As mesmas pessoas que ouviam falar mal de mim eram as mesmas que não se posicionavam diante da homofobia, que não saíam em minha defesa.

Enfim, indignado com a situação, mas conformado de que “não havia muito o que ser feito”, iniciei uma reflexão sobre a situação e vislumbrei novos horizontes que me possibilitaram sair de lá. Digo sem constrangimentos que, dado o cenário homofóbico, não desejava e não desejo permanecer num espaço em que as pessoas não me respeitam ou me aceitam. Com isso, vi na pesquisa acadêmica, então, um possível caminho para a mudança de perspectiva, iniciando um processo ao mesmo tempo reflexivo e investigativo.

Por que? Me perguntava! Será que nunca tiveram contato com um homossexual? Eu sabia que já. Então, esse se anunciava o caminho por onde eu obteria respostas. Continuei: será porque sou do campo e eles não têm costume de ver pessoas como eu neste espaço? Porque até então, aparentemente, não havia referências para homossexuais na região, mesmo que às vezes surgissem boatos sobre alguém sugerindo que era homossexual ou lésbica, era tudo muito velado, tudo muito anônimo. Era difícil para mim, então, me reconhecer e me aceitar homossexual naquele espaço onde eu não tinha nenhuma referência de pessoa homossexual. Curiosamente, eu adentrava em um processo investigativo que se dava no interior do meu círculo social, círculo este que eu, supostamente, conhecia bem.

Mas será que não existem pessoas LGBTQIAPN+ na zona rural, perguntava-me? Onde estão esses sujeitos? Esses questionamentos embrionários da pesquisa vão ao encontro do que Estevão Rafael Fernandes propôs em sua tese intitulada “Decolonizando sexualidades: enquadramentos coloniais e homossexualidade indígena no Brasil e nos Estados Unidos”, na qual ele fez o questionamento: existe índio³ gay? O autor chegou à conclusão que sim, inclusive

³ Compreendo que não é recomendável a utilização do termo “índio”, mas o coloco assim para priorizar a forma como o próprio autor utilizou no seu texto.

relatos datados desde meados do século XVI, demonstrando como o colonialismo chegou e condenou as práticas consideradas homossexuais nas várias etnias indígenas, desencadeando violências para com os sujeitos indígenas, inclusive com condenação à morte (Fernandes, 2015). O autor relata a história da codenação de um indígena conhecido como Timbira, do estado do Maranhão, que foi o primeiro homossexual condenado à morte no Brasil. Esta violência foi consequência da ideia colonizadora de que essa prática era pecado e precisava ser banida para não “contaminar” outros indígenas. Nas diversas passagens de relatos de indígenas gays descritas pelo autor, ficou evidente a crença de que essa prática era uma “doença” que “contagiava” os indígenas a partir do contato com não-indígenas (Fernandes, 2015).

A partir dessas indagações, desvelei que não se falava em homossexuais no contexto rural onde eu vivia. Depois que me assumi, começaram a falar, mas em tom pejorativo, desencadeando o processo de homofobia ainda mais escancarado no campo. Antes desse evento, parecia que não havia homossexuais naquele espaço, ou as pessoas simplesmente fingiam que não havia. Por outro lado, era contraditório eu me questionar sobre isso, sendo que alí estava eu, naquele ambiente, me reconhecendo e assumindo minha sexualidade homossexual. Cheguei à conclusão que o dilema não era que não existiam pessoas LGBTQIAPN+ no campo, mas que havia um processo de apagamento, de silenciamento e invisibilização desses sujeitos que residem no campo. Isso me levou a questionar por que esse fenômeno acontecia e quais as consequências para a comunidade LGBTQIAPN+ que reside naquele espaço?

Embora naquele momento existisse um “barulho” sobre homossexuais na região, por causa da minha “saída do armário”⁴, passei a suspeitar que poderia haver uma invisibilização da temática da sexualidade nos estudos sobre o campo. Esta suspeita se deu porque, durante minha graduação, período em que acompanhei as discussões acadêmicas sobre o homem camponês e suas relações sociais e culturais, pouco se falava sobre a diversidade sexual e de gênero no campo, ou sobre questões específicas da sexualidade dos camponeses. Atualmente, no mesmo Campus onde cursei a graduação, o Campus Professora

⁴ A expressão “sair do armário” refere-se a pessoas que manifestam desejos e práticas sexuais por indivíduos do mesmo sexo, que ainda não estão assumidos para a sociedade como um todo. De acordo com Barros e Coelho (2021), manter-se no armário é uma forma de estar seguro em relação à discriminação por orientação sexual.

Cinobelinas Elvas - CPCE, já existe um docente que discute muito isso nas aulas e coordena um projeto de extensão intitulado “Gênero, sexualidade e marcadores sociais da diferença”, do qual também faço parte. Isso evidencia a necessidade de profissionais que pesquisam nessa temática estejam inseridos nas instituições para avançarmos na construção do debate sobre as sexualidades do campo dentro da academia.

A Ledoc tem um viés formativo diferenciado para o campo, no qual faz uma defesa da permanência dos povos dos campos no seu lugar de origem, sendo respeitados e tendo garantida uma série de direitos para que possam permanecer alí, entre elas o acesso à educação, mas não nos moldes da educação rural pensada hegemonicamente pelo Estado, e sim uma educação no e do campo, construída com os próprios camponeses ancorados nas lutas dos movimentos sociais (Caldart, 2012). Foi então que percebi, com base em minha experiência, que em alguma medida essa realidade não estava sendo concretizada de fato, sobretudo pelo fato de eu não querer permanecer no campo por causa dos episódios de discriminação que vivenciei lá e também por minha identidade não ter sido plenamente respeitada naquele ambiente.

É inegável a contribuição da educação do Campo para o protagonismo das populações camponesas rumo à superação das formas de opressão que permeiam e tensionam o campo, sobretudo no acesso à educação. Foi a partir dela que eu, um sujeito oriundo de um contexto historicamente marginalizado, que possui todas as características que destoam dos padrões colonizadores, pude perceber os conflitos que tensionam minha realidade, sejam econômicos, sociais ou culturais e, assim, buscar formas de superá-los.

A partir destas inquietações tive a curiosidade de estudar mais sobre essa questão no Brasil, a fim de ver o que estava sendo registrado na literatura. Então, escrevi um projeto de pesquisa e submeti ao Programa de Pós-Graduação em Meio Ambiente e Desenvolvimento Rural - PPG-Mader, da UnB. Vi no programa uma oportunidade por este ser interdisciplinar e apresentar um arcabouço de estudos sobre as ruralidades. Sobretudo por possibilitar construir outros olhares para este campo de estudos, dando ênfase aos trabalhos e modos de vida de segmentos historicamente marginalizados, como camponeses e comunidades tradicionais, entre outros. Ou seja, havia ali uma potencialidade para trazer o debate das sexualidades à baila. Para tanto, advogo que para discutir novas formas de desenvolvimento para

o campo, é necessário colocar no bojo dessas discussões as subjetividades dos sujeitos que vivem na zona rural e que manifestam práticas e desejos sexuais diferentes das tidas como “normais”. Apesar do meu encantamento com o PPG-Mader e dos seus dez anos de existência, até a presente data ainda não há uma pesquisa finalizada que aborda essa temática, fora a presente pesquisa. Por outro lado, o acolhimento de minha proposta investigativa demonstra que o Programa, embora não tenha uma linha específica para os estudos de gênero e diversidade sexual, tem se mostrado receptivo à temática no bojo das suas pesquisas na esfera do desenvolvimento rural.

Numa perspectiva mais progressista, a partir do campo dos estudos em desenvolvimento rural, busca-se pensar e construir a conformação de novos “modelos” de desenvolvimento para o campo, pautados no respeito à natureza, na redução de assimetrias de poder entre os grupos sociais e na pluralidade das subjetividades e modos de vida. Dessa forma, a visibilização das sexualidades dissidentes e das consequências das práticas homofóbicas engajam-se nessa perspectiva. Dada a pluralidade de sujeitos nos espaços sociais, inclusive no campo, é preciso refletir sobre as múltiplas formas de opressão que se dão no mundo rural, em grande medida oriundas do patriarcado, que se desdobra na opressão de tudo aquilo que é diverso da égide heteronormativa, como desdobramento da colonização.

Dito isto, pontuo aqui duas narrativas observadas em relação ao campo, que são significativas para refletir sobre o que propus nesta pesquisa. A primeira diz respeito às formas de opressão que estão imbricadas no cotidiano do campo, tais como machismo, racismo, homofobia etc. Estas são dimensões presentes no cotidiano do homem do campo que precisam também de atenção da academia, sobretudo com seu olhar crítico, reflexivo e performático, visando a proposição de caminhos para a desconstrução dessas mazelas sociais.

Parece haver uma tendência a uma leitura do campo pelo viés da produção e reprodução da vida. Gontijo (2015) fez esta mesma observação em uma pesquisa que buscou desvelar o que os estudos rurais brasileiros estavam dizendo em relação às sexualidades na zona rural. Compreende-se, desta forma, que é preciso não dissociar o debate das sexualidades no mundo rural das questões que já são muito discutidas nesses estudos, pontuando que deve ser explorada as relações entre os diversos temas de pesquisa.

A segunda narrativa diz respeito ao que se reproduzia no imaginário popular da região do recorte espacial desta pesquisa até pouco tempo atrás sobre as sexualidades dos camponeses e camponesas: “não existe gay no campo” (Annes; Redlin, 2012). Contudo, eles existem, mas são silenciados, são apagados pelo processo violento de repressão e discriminação das sexualidades dissidentes. Quem irá se assumir gay ou lésbica em um lugar onde se percebe uma hostilidade contra os indivíduos com essas identidades?

No local onde a pesquisa foi realizada era comum expressões como “[...] esse negócio de gay aí tá feio, viu, ainda bem que aqui [onde o sujeito locutor mora, no campo não tem essas coisas]; “aqui só tem cabra macho”. Estas foram expressões que presenciei nas falas de alguns sujeitos do meio, e também na universidade durante a graduação. Isso evidencia mais uma vez a suspeita de que pode haver um silenciamento das sexualidades dissidentes no campo.

Então, ao contrário do que costumava ser reproduzido nas narrativas populares, existe, sim, camponês gay, bissexual, transsexual, camponesa lésbica, entre outras formas de perceber o corpo e as sexualidades, muitas vezes suprimidas e reprimidas pela discriminação. Da mesma forma, existe, sim, camponeses machistas, racistas, homofóbicos, misóginos etc., e essas questões não podem ficar fora do debate, porque o campo é um espaço conservador e não está isento de reproduzir as mesmas narrativas e ideologias dominantes que oprimem os corpos e quaisquer manifestações que fogem do padrão eurocêntrico cristão conservador, comumente representado pela figura do homem cisgênero branco heterossexual.

É possível que essa narrativa que invisibiliza as pessoas da comunidade LGBTQIAPN+ tenha relação com a hipótese central desta pesquisa: a questão econômica, embora seja significativa, não é a única variável responsável pela permanência ou saída das pessoas do campo, pois outros aspectos como o preconceito e a discriminação referentes à diversidade e identidades sexuais, também podem ser apontados como relevantes para a não permanência dos sujeitos em suas comunidades de origem, fator que ficou evidente na pesquisa de campo, como observaremos na apresentação dos dados gerados.

Nesse sentido, o argumento é que as subjetividades dos sujeitos têm grande influência na construção da sua identidade e determina o seu grau de pertencimento na sociedade/comunidade. O desrespeito a essas subjetividades é um fator que também influencia a saída induzida dessas pessoas do seu lugar de origem, por não

se sentirem pertencentes àquele local. É nesse ínterim que o êxodo rural pode ser potencializado.

Foi com este olhar de inquietude sobre o futuro do campo, da sucessão rural, mas sobretudo na expectativa de projetar um modelo de sociedade almejado por nós, onde haja a superação de todas as formas de opressões dos corpos e das mentes, que esta pesquisa foi conduzida. Entendendo que a temática das sexualidades se faz necessária no debate sobre desenvolvimento rural, bem como em outras dimensões sociais, justamente porque muitas das ideologias discriminatórias e excludentes, que permeiam a sociedade como um todo, também atravessam as relações no campo.

1.3 Primeiros grifos teóricos

Iniciei a busca sistemática pela literatura já existente que discutia as sexualidades no campo. Durante as primeiras buscas, foi se consolidando a ideia de um silenciamento da temática no âmbito das pesquisas. Isso foi evidenciado pelo baixo número de trabalhos que abordavam a temática. Os primeiros buscadores utilizados combinavam: “sexualidade” e “zona rural”; “sexualidade” e “diversidade sexual”. Destes, uma gama de trabalhos foram encontrados, mas ao se fazer leitura prévia de alguns resumos logo se percebia que não se tratava exatamente do tema. Fui refazendo a pesquisa com os mesmos buscadores em dias diferentes e em sites de busca diferentes também. Foi quando encontrei a dissertação de Paulo Rogers da Silva Ferreira (2006), intitulada “*Os afectos malditos: o indizível das sexualidades camponesas*”, defendida no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, da Universidade de Brasília. Ferreira (2006) aponta para esse silenciamento e invisibilização do desejo sexual do camponês, argumentando que parte da literatura sobre o rural brasileiro ignora a diversidade dos corpos camponeses, e “está ancorada em um imaginário instituído, limitado, sobre o corpo do homem do campo [...] trazendo naturalizações e definições do que é o desejo, sempre ligado à reprodução da espécie” (Ferreira, 2006, p. 01).

Esse pensamento arraigado nas estruturas sociais está associado à lógica europeia cristã e, em grande medida, também à biologia, que preocupa-se com questões de cunho reprodutivo e ignora outros fatores adjacentes das relações sociais e culturais entre os povos. Essa lógica reforça os estigmas que recaem

principalmente sobre as minorias sociais historicamente deixadas às margens da cultura hegemônica de dominação dos corpos e das mentes dentro do sistema patriarcal. Nessa mesma linha de raciocínio, Gontijo (2015) também apontou o fato de que os estudos sobre ruralidades, no Brasil, estão focados em compreender a dinâmica social e econômica da organização social camponesa, bem como questões morais dos arranjos familiares.

O estudo feito por Gontijo (2015) é valioso para essa discussão porque demonstrou justamente que de fato há um baixo número de trabalhos que abordam as sexualidades na zona rural. A pesquisa realizada por ele foi parte de um projeto em parcerias com universidades federais, em especial aos departamentos de antropologia e arqueologia da Universidade Federal do Piauí - UFPI, onde ele analisou

particularmente, as configurações familiares, as composições conjugais e os arranjos parentais, por um lado, e, por outro lado, as relações de gênero – e também as práticas sexuais – que estariam na base dessas configurações, composições e arranjos, tendo como contexto as situações sociais geradas pelas (novas) ruralidades contemporâneas (Gontijo, 2015, p. 147).

Em seu trabalho, Gontijo (2015) faz uma crítica já feita por Nascimento (2006), Ferreira (2006) e Martins e Rosa (2013), ao fato de que os estudos sobre ruralidades no Brasil tem deixado de lado questões que fogem à regra da reprodução econômica e biológica camponesa, como a diversidade sexual e de gênero, bem como das práticas homoeróticas vivenciadas por sujeitos que estão inseridos nos contextos rurais. Os autores supracitados afirmam que a discussão sobre sexualidade é quase que hegemonicamente visibilizada no âmbito do urbano. Estas constatações são parte importante da justificativa desta pesquisa, já que aponta para a necessidade do aprofundamento desta temática no âmbito dos estudos sobre ruralidades no Brasil, a fim de dar mais visibilidade ao tema na esfera acadêmica, social e pública.

Na referida pesquisa, Gontijo (2015) dividiu a discussão da temática em três áreas: biomédicas e correlatas, que entendiam as práticas sexuais e identidades a elas relacionadas como patológicas; Ciências humanas e sociais, em especial a filosofia, que viam as práticas como normais com classificação de sociabilidades

anormais; e, por fim, a literatura, com um número relativamente grande de menções às práticas diversas e particulares de determinados setores, embora isso às vezes tenha aparecido “como relato de vivências mundanas divergentes, estigmatizadas e periféricas (Capitães de Areia, de Jorge Amado)” (Gontijo, 2015, p. 146). O autor também tece uma crítica às ciências sociais por não debruçar-se sobre tal temática, afirmando que isso não se trata de incapacidade dos pesquisadores, mas de uma tradição intelectual que, no jogo do campo de forças dessa área de conhecimento, “buscam entender as sociedades camponesas como sistemas sociais específicos, a economia e a política se tornam dimensões mais privilegiadas do que a sexualidade” (Gontijo, 2015, p. 151).

O autor finaliza o texto apontando para novos tipos de relações parentais e familiares no Piauí, contrastando com o que constatou na literatura sobre a quase inexistência da sexualidade camponesa na literatura sobre estudos rurais no Brasil. Isso vai de encontro aos meus questionamentos iniciais sobre o porquê parece haver no imaginário popular a crença de que não existe camponês homossexual. Fica a pergunta, então, se isto está relacionado com a percepção de que o homem da roça é “machão e durão”, que pega no pesado, algo que contradiz o estereótipo do gay? Uma breve análise do filme “*O Segredo de Brokeback Mountain*”, dirigido por Ang Lee, é suficiente para pôr em xeque esse estigma, já que o filme narra a história de dois cowboys, Jack Twist e Ennis Del Mar, que foram contratados temporariamente para cuidar de ovelhas. No filme os dois vivem um romance proibido e cheio de aventuras, mas o que importa para esta análise é o fato deles abordarem um relacionamento amoroso entre homens que não manifestam o estereótipo de homossexual afeminado e ainda realizam tarefas diárias da lida na roça. Isso demonstra que ser homossexual independe de estereótipos e do ambiente social em que se vive.

Dito isto, o interesse pelo objeto de estudo desta pesquisa surgiu a partir da minha vivência acadêmica, pessoal e profissional, na qual pude observar que ambientes como as escolas, a comunidade e até mesmo o familiar são frequentemente hostis para os sujeitos do campo que não se encaixam no padrão heteronormativo. Surgiu também da necessidade da abordagem desta temática considerando as relações cotidianas no campo, temática esta que é comumente invisibilizada. Como já visto, poucos estudiosos têm se proposto a pesquisá-la, e também há ausência de políticas de desenvolvimento rural que integrem o público

LGBTQIAPN+ do campo. Assim, advogo que se trata de uma temática necessária aos estudos sobre as ruralidades no Brasil, especialmente porque a não atenção à temática pode ter implicações para o fenômeno do êxodo rural e da sucessão rural.

1.4 Construindo o problema de pesquisa

Historicamente, a população do campo enfrentou diversos desafios, como o acesso à terra e à educação de qualidade, dimensões essenciais para sua permanência e “reprodução social” (Costa; Carvalho, 2012, p. 118). Esses desafios originaram-se principalmente por causa da expansão do capitalismo. De acordo com Rocha (2022), essa expansão foi acompanhada de práticas políticas que não favoreceram a permanência dos trabalhadores do campo em suas terras, fenômeno que foi responsável por gerar expropriação e o aumento da violência no campo.

Conforme afirma Gomes *et al* (2017), a evolução global e tecnológica também insere-se no mundo rural, sobretudo no âmbito da produção agrícola, deixando de lado questões sociais. Aqui chamo a atenção para a diversidade sexual e de gênero, assunto central desta pesquisa. Percebe-se, com isso, que o desenvolvimento global, em especial nos moldes como chega ao campo, tem sido consolidado para atender à constituição e acumulação de capital, pressionando o meio rural a ser um mero espaço de exploração dos recursos naturais e ignorando outras formas de interações sociais.

Gomes *et al* (2017) frisa que esse processo trouxe consigo a cultura do patriarcalismo, também conhecida como “herança patriarcal” (Santos, 2009, p. 02). O patriarcalismo possui centralidade na figura masculina e é “marcado pela virilidade sexual” (Santos, 2009, p. 02). Assim, o que está fora do perfil masculino é visto como inferior. A negação e invisibilização de qualquer forma de relação social que esteja em desacordo com a figura masculina pode ser entendida como uma forma de violência, que às vezes se expressa de forma física, que oprime e exclui as minorias⁵, em especial as identidades sexuais e de gênero. Um elemento comum dessa ideologia é a concepção de família, que aparece na narrativa popular/civil, no meio político e setor religioso como sendo apenas aquela formada por homens e

⁵ São grupos vulneráveis na sociedade que são excluídos de direitos, como pessoas com deficiência, LGBT's, imigrantes, moradores de rua, etc (Miglioli e Santos, 2017).

mulheres cisgêneros⁶, sendo que o que foge desse modelo é discriminado e invisibilizado. Nesse sentido, é válido questionarmos o lugar das famílias e indivíduos que manifestam comportamentos sexuais e de gênero diferentes do estabelecido pelo modelo patriarcal.

Cabe salientar, entretanto, que a luta da comunidade LGBTQIAPN+ e também feminista tem contribuído para a desconstrução desses padrões excludentes de famílias homoparentais, bem como para a construção de novas narrativas e concepções de sexualidades, conquistando direitos como, por exemplo, o casamento civil gay/lésbico, a possibilidade de adoção de crianças, a criminalização da lgbtfobia⁷, a possibilidade de se ter um nome social, dentre outras. É visível a conquista de direitos e espaços pela comunidade. Hoje temos gays e travestis ocupando cadeiras no Congresso Nacional, fenômeno que há duas décadas talvez não fosse possível. Entretanto, essas conquistas, embora tenham força da Lei, parecem não ser viáveis para todos que dela necessitam e fazem jus, porque esses avanços não chegaram em todos os espaços. Essas transformações, mesmo com barreiras, parecem ter ocorrido com maior ênfase nos grandes centros urbanos, enquanto no campo, no mundo rural, parecem não chegar, ou, quando chegam, encontram ainda mais resistência.

Além das questões relacionadas com as sexualidades, no contexto do campo brasileiro aparecem ainda em cena questões sobre machismo e racismo, entre outras. De acordo com Júnior (2023), esses problemas são culturais no cotidiano brasileiro, e, sendo de cunho cultural, é possível sua desconstrução. Tais dilemas são, em alguma medida, discutidos por pesquisadores que debruçam seu olhar para este campo de estudo. No entanto, há outras questões, sobretudo ligadas à diversidade sexual, que também estão presentes no cotidiano do campo. Se pensarmos no contexto de uma sociedade que deseja ser solidária e inclusiva, estes elementos precisam de atenção, especialmente ao considerarmos que o Brasil destaca-se em casos de homicídios contra pessoas homossexuais.

Questões relacionadas ao machismo e à heterossexualidade, de acordo com Paiva (2015), afetam o ambiente rural de forma mais intensa que nas cidades, em

⁶ São pessoas cuja identidade de gênero segue padrões estabelecidos socialmente para o seu sexo biológico (Jesus, 2012a).

⁷ Qualquer preconceito, aversão, violência, física e verbal aos membros da comunidade LGBTQ (GOMES et al 2017).

decorrência de “questões geográficas e socioculturais” (Paiva, 2015, p. 75). Nesse contexto de repressão e tabus em relação à diversidade sexual e de gênero no campo, devemos considerar aqui uma questão essencial para o futuro do mundo rural: o problema da sucessão, que pode ser potencializado pela saída de pessoas sexualmente diversas do campo. Este dilema, de acordo com Vieira, Bahiense e Silva (2019), pode implicar na descontinuidade geracional em algumas regiões, bem como na descontinuidade da agricultura familiar, sendo esta fundamental para a reprodução social e geração de renda no campo. Para os autores, ainda, a juventude rural tem buscado outras formas de renda, porque falta, no campo, acesso a recursos e às políticas públicas que possibilitem sua permanência. De acordo com eles, a migração e o êxodo rural são processos antigos no Brasil e são motivados “principalmente em contextos de escassez de terras e dificuldade de reprodução social dos agricultores, que utilizam da migração sazonal como uma prática para a complementação da renda familiar” (Vieira; Bahiense; Silva, 2019, p. 91).

Nessa linha, há outros fatores que também influenciam a saída dos jovens do campo, como a política de fechamento das escolas rurais (Buczenko; Rosa, 2018) e a insuficiência das políticas culturais. Desta forma, o problema da sucessão não deve ser compreendido apenas pela ótica econômica ou reprodutiva, mas como um problema que transcende essas questões e perpassa por valores éticos, morais e identitários dos sujeitos, que são significativos na construção dos projetos de vida das pessoas.

É insuficiente se dispor de terra quando não há condições de nela se trabalhar. É insuficiente se dispor de recursos financeiros quando não há espaços culturais para usufruir. Dessa forma, a aceitação da diversidade sexual - uma tendência mundial, inclusive - constitui-se como fator limitante para o desenvolvimento rural, ou, desde a perspectiva seniana, como uma espécie de liberdade a ser alcançada (Sen, 1999). A negação deste tipo de “liberdade”/acesso a alguns espaços foi demonstrada em algumas falas dos interlocutores de pesquisa. Essa negação do acesso a determinados espaços não necessariamente se dá de forma incisiva e explícita, sendo mais comum ocorrer de forma mais indireta e simbólica, no sentido de que alguns espaços não foram estabelecidos para a presença da comunidade LGBTQIAPN+, por exemplo. Apesar de haver uma proibição literal, a permanência em determinados espaços, como bares e festas nas comunidades onde residem, provoca incômodo, por se tornar um ambiente hostil,

dados os olhares intimidadores ou de estranhamento que são lançados. A despeito disso, por não se sentir bem no ambiente, os sujeitos deixam de frequentá-lo, como uma estratégia para evitar a homofobia. Esse fenômeno será explorado mais adiante com o auxílio das falas dos interlocutores de pesquisa.

Esse processo de saída provoca alguns efeitos negativos, como o inchaço urbano, a perda de identidade e afastamento das suas raízes, o esvaziamento do campo, dentre outros. Por isso, pensar formas de interferir nesse processo é assumir que essa população tem o direito de viver onde se sinta bem, que elas não precisam sair do lugar que sempre teve como lar para ter sua dignidade, corpo e formas de expressão respeitadas, a menos que seja uma escolha livre e consciente, e não por pressão social. E isso se faz com pesquisas para identificação das necessidades e problemas, e com atuação do Estado a partir das políticas públicas.

Nesse contexto de saída dos sujeitos do campo, aparecem como pano de fundo da presente pesquisa a seguinte questão: em decorrência desses conflitos envolvendo suas subjetividades, os sujeitos com “corpos dissidentes” (Duarte; Silva, 2023, p. 91) estão sendo induzidos a saírem de suas comunidades por não se sentirem integrados ou até mesmo seguros? A resposta para esta questão será apresentada no capítulo 3. A reflexão sobre estas indagações poderá orientar a forma como se construirão novos modelos e perspectivas de desenvolvimento para o campo e, conseqüentemente, de novas relações sociais no futuro.

Diversos estudos abordam como o crescimento do capital agrário afeta as comunidades camponesas. A título de exemplo, Borges (2023) publicou uma análise na qual discute os métodos utilizados pelo capital agrário transnacional para a aquisição de terras no sudoeste do estado do Piauí, e como esse fenômeno tem afetado a realidade local, sobretudo do ponto de vista dos dilemas ambientais e agrários que atingem os camponeses da região. No entanto, ainda é insipiente a quantidade de estudos que sejam específicos sobre a população LGBTQIAPN+ do campo brasileiro. Como foi visto anteriormente neste trabalho, os estudos sobre o rural brasileiro não tem discutido questões consideradas identitárias.

Dada a realidade de violências vivenciadas, é urgente adotarmos medidas de enfrentamento e combate à lgbtfobia no Brasil, país no qual, de acordo com o Observatório de Mortes e Violências LGBTQ+, em 2022, assassinou um LGBTQ+ a cada 32 horas, chegando, no mesmo ano, à marca de 273 assassinatos de integrantes desse grupo.

De acordo com dados levantados em 2019 pelo IBGE, 2,9 milhões de pessoas no Brasil não se identificam como héterossexuais. Esse número pode ser ainda maior se considerarmos que existem pessoas que têm receio de se assumir fora dos padrões da heteronormatividade. Ao contrário do que se pensa, parte desse quantitativo reside no campo. De acordo com o relatório sobre mortes e violências de LGBTQIAPN+ do Grupo Gay Bahia - GGB (2023), o Brasil segue liderando o *ranking* dos países que mais assassinaram membros desse grupo no mundo, chegando à triste marca de 257 mortes em 2023, sendo 127 travestis e transgêneros, 118 homossexuais, nove lésbicas e três bissexuais, sendo o equivalente a uma morte a cada 34 horas. Se levarmos em consideração que muitos casos sequer são registrados como crime de ódio motivado pela homotransfobia, esses números podem ser ainda maiores. Esse dado aponta para a necessidade da urgência de construção de alternativas para assegurar o direito à vida⁸ dessa população, inclusive no campo. Considerando que a discriminação da comunidade LGBTQIAPN+ é frequente e acontece em todos os ambientes, no campo essa parcela de pessoas é ainda mais discriminada, dada a realidade mais conservadora e a desinformação presente neste ambiente.

Em síntese, a hipótese é de que a migração campo/cidade acontece não só por questões econômicas, mas também por questões subjetivas dos sujeitos, mais especificamente pela homofobia que pessoas com uma sexualidade dissidente sofrem neste espaço. Nesse sentido, argumenta-se que a homofobia pode ser um fator de agravamento do êxodo rural no Brasil. Dito isto, a pergunta que buscou-se responder neste trabalho foi: o silenciamento, a invisibilização e a discriminação das sexualidades dissidentes da zona rural do município de Currais (PI) contribui para a saída dos sujeitos LGBTQIAPN+? Visando encontrar a resposta a esta questão, o objetivo das próximas seções desta dissertação será compreender, de modo qualitativo, os desafios enfrentados pela comunidade LGBTQIAPN+ da zona rural do município de Currais para sua permanência no campo, bem como para a construção dos seus projetos de vida. Como caminhos para alcançar este objetivo, busquei identificar as causas e consequências do êxodo rural, investigar os projetos de vida

⁸ O direito à vida é assegurado no Art. 5º da Constituição Federal e, em tese, se estende a todos sem distinção. Contudo, os dados sobre mortes da população LGBTQIAPN+ provam que esse direito não está sendo garantido a essa parcela da população.

dos sujeitos dissidentes da zona rural e investigar as percepções dos sujeitos sobre a sua inserção na comunidade.

1.5. Percurso metodológico

1.5.1 Caracterização da pesquisa e dos interlocutores

Esta pesquisa foi realizada com pessoas da comunidade LGBTQIAPN+ que residem na zona rural do município de Currais. Trata-se de uma pesquisa exploratória, descritiva e explicativa, com abordagem qualitativa. Para Silva e Meneses (2005), a abordagem qualitativa refere-se àquela que considera que há uma relação entre a realidade e o sujeito, quer dizer, que “possui um vínculo indissociável entre o mundo objetivo e a subjetividade do sujeito que não pode ser traduzido em números”. Para Flick (2008) a pesquisa qualitativa observa os pontos de vista dos sujeitos e busca entender quais os significados que dão aos objetos, atividades e eventos da realidade.

Para responder ao problema proposto, as ferramentas de pesquisa utilizadas foram: entrevistas semiestruturadas com investigação das histórias de vida, a observação direta e o caderno de campo. Para as entrevistas semiestruturadas, a questão central norteadora foi como era/é viver na zona rural sendo um homossexual, tendo o método das histórias de vida como um apoio à pesquisa. A partir das respostas, foram sendo formulados outros questionamentos. Também explorei minha própria experiência e vivência, sobretudo para a problematização da pesquisa, e também para estabelecer diálogo com os interlocutores. Para a gravação das entrevistas e registro de outras informações foi utilizado um aparelho de celular e o caderno de campo, no qual fui anotando minhas observações pessoais, como aquelas que o gravador não conseguia registrar, como gestos, olhares e emoções.

O método das histórias de vida é “parte de uma tradição que procura dar conta das influências socioculturais naquilo que o indivíduo é e faz” (Brandão, 2007, p. 83). Para a autora, cada sujeito possui uma história que é única, que faz sentido para si próprio, ajudando-o a se entender nas relações entre o seu Eu e o outro. De acordo com ela, a história de vida não trata apenas de um relato objetivo e cansativo do narrador, mas um relato cheio de afeto, pelo qual o sujeito se reconecta consigo e se percebe diferente em relação ao outro. Esse método permitiu ao pesquisador

compreender como os sujeitos têm percebido o seu Eu em relação ao outro no espaço rural em que se insere esta pesquisa, dada a sua condição de dissidente. E como, a partir dessa relação de diferenças e estranhamentos, eles têm resistido e reconstruído seus projetos de vida, anseios e projeções futuras.

Para as entrevistas, foram selecionados inicialmente interlocutores sabidamente LGBTQIAPN+ cujo contato prévio já havia sido estabelecido anteriormente à pesquisa. Dois destes interlocutores mapeados, quando foram contatados, se recusaram a participar da pesquisa, tendo um deles, inclusive, me bloqueado no Whatsapp, ferramenta que utilizei para fazer o contato. Já o outro interlocutor que se negou disse-me que a sexualidade das pessoas não deveria ser assunto público. Embora tenha havido tal recusa, através da técnica de amostragem “bola de neve” foi possível encontrar mais dois participantes para a pesquisa. Esta técnica, de acordo com Mattar e Ramos (2021), consiste na indicação feita por participantes da pesquisa de novas pessoas para participar. Neste caso, um interlocutor indicou mais dois participantes, incluindo um participante do projeto de extensão “Gênero, sexualidade e marcadores sociais da diferença”.

Ao todo foram realizadas cinco entrevistas, que duraram entre 35 minutos e uma hora, a partir das quais, quando necessário, foram elaborados novos questionamentos aos entrevistados.

Quadro 1 - Lista dos interlocutores da pesquisa

Comunidade (nomes fictício)	Quantidade	Nomes (fictícios)	Gênero	Sexualidade
Paraíso	1	Justin	Masculino	Homossexual
Umbuzal	2	Zeca e Osvaldo	Masculino	Homossexuais
Coqueiro	1	Daniel	Masculino	Homossexual
Catinga Branca	1	Bráulio	Masculino	Bissexual

Total	5
--------------	---

Fonte: elaborada pelo autor, 2025.

1.5.2 Categorização e análise

Realizadas as entrevistas, foi iniciado o processo de transcrição, no qual optou-se por transcrever na íntegra apenas as falas que se mostravam suficientemente estratégicas para a pesquisa. Após o processo de transcrição, foram feitas as primeiras leituras, a partir da qual foi possível identificar temas estratégicos para a análise, que tinham relação direta com resposta que buscava-se ao problema da pesquisa.

O tratamento dos dados foi feito com base na análise temática - AT, que baseia-se no “método de análise qualitativa de dados para identificar, analisar, interpretar e relatar padrões (temas) a partir de dados qualitativos” (Souza, 2019, p. 52). A AT aplicada na análise foi a de tipo indutiva, que, ao basear-se nos dados obtidos, não parte de categorias pré-estabelecidas para a análise, mas constrói as chaves de interpretação a partir dos padrões percebidos de temas recorrentes (Souza, 2019). Assim, foram construídas as categorias de análise, as quais estão dispostas no quadro a seguir.

Quadro 2 - Categorias geradas na pesquisa

Categorias		Temas/Subcategorias
1	Violência e discriminação por orientação sexual	Homofobia na escola, homofobia na família, homofobia na comunidade, sentimento após sofrer homofobia e consequências da homofobia
2	Anonimato	Anonimato 1 e anonimato 2
3	Liberdade	_____

Fonte: elaborada pelo autor, 2025.

Em relação ao produto final da pesquisa que culmina nesta dissertação, foram criados mecanismos para manter o anonimato dos participantes, a saber: ocultação do nome pessoal e da localidade que vivem para não serem identificados,

inclusive essa foi uma condição apresentada por alguns que não são assumidos para participar da pesquisa. Esta estratégia foi adotada como requisito para proteger a integridade dos interlocutores e evitar possíveis constrangimentos ou retaliações pelos dados revelados nas entrevistas.

2 ASPECTOS TEÓRICOS

2.1 O rural brasileiro

O mundo rural tem sido tema frequente na academia, especialmente a partir da implementação dos cursos de educação do campo, no qual os estudantes têm se proposto cada vez mais a estudar e problematizar o campo. Uma das discussões sobre esse meio diz respeito à saída da população do campo para as cidades, movimento conhecido como êxodo rural, fenômeno que marcou a segunda metade do século passado, mas que ainda se perpetua na contemporaneidade.

Neste capítulo, buscou-se identificar, na literatura sobre o êxodo rural brasileiro, quais são suas principais causas, e procurou-se estabelecer relação entre o êxodo e as sexualidades, advogando que as discriminação contra as sexualidades dissidentes são fatores que contribuem para o fenômeno da migração campo-cidade. Para a construção deste capítulo, foram analisadas literaturas de dois períodos: a década de 90 e a atual, que compreende o período entre 2014 e 2024. O primeiro recorte temporal foi feito pelo fato de que nas décadas anteriores, 60/70/80, ocorreu intenso êxodo rural, chegando a atingir 27 milhões de pessoas, segundo Camarano e Abramovay (1998), o que leva a crer que os estudos produzidos na década em questão já abordava o fenômeno do êxodo rural. Os trabalhos analisados desse período não mencionaram questões identitárias e subjetivas como causas do êxodo. O segundo recorte temporal se deu pelo intuito de analisar se na última década as literaturas sobre este fenômeno já analisam questões identitárias e subjetivas como causas que contribuem para a migração campo-cidade, ou se ainda permanece os mesmos problemas que eram citados nos trabalhos da década de 90, a saber: avanço da tecnologia no campo, sobretudo na agricultura, fator que provocou expulsão do campo; falta de oportunidades para as mulheres, que eram as que mais migravam em busca de novas oportunidades, a seca, entre outras (Camarano; Abramovay, 1998).

Para este debate, vale trazermos a compreensão do que se considera rural e urbano. “Não existe um critério universalmente válido para a delimitação das fronteiras entre o rural e o urbano” (Camarano; Abramovay, 1998, p. 47). De acordo com os autores, alguns países usam como critérios para definir o que é rural os habitantes que vivem em assentamentos humanos que possuem menos de dez mil habitantes e que estão longe das metrópoles. Este é o caso da Espanha e Portugal, por exemplo. E que outros países, como, por exemplo, França e outros latino-americanos têm como parâmetro uma população entre 1 mil a 2 mil e quinhentos habitantes como definição de rural.

No Brasil, segundo os autores mencionados no parágrafo anterior, esse critério é de natureza mais administrativa do que geográfica ou econômica. Segundo a definição do IBGE *apud* Camarano e Abramovay (1998), é considerado urbano os domicílios e pessoas recenseadas em áreas urbanas, incluindo sedes municipais e distritais. Desse modo, todo o resto recenseado fora desse limite urbano é considerado rural. Camarano e Abramovay (1998) tecem uma crítica a esse critério por subestimar a população rural, pois, nesta perspectiva, “sedes municipais e mesmo distritais com algumas poucas centenas de pessoas são consideradas urbanas” (Camarano; Abramovay, 1998, p. 47). Ainda sobre essa discussão, Kieling e Silveira (2015) apontam a necessidade de compreensão do que é o urbano e o rural para além do aspecto espacial, demonstrando que existem inter-relações que, ao se chocarem, ultrapassam os limites existentes entre um espaço e o outro. Para os autores, “atualmente não podemos mais conceber o urbano e o rural como duas dimensões distintas, como se houvesse uma espécie de “cerca invisível” que separasse dois mundos ou duas realidades” (Kieling; Silveira, 2015, p. 135).

Ainda de acordo com esses autores, as definições e delimitações entre esses espaços - urbano e rural - estão relacionadas com a territorialidade e os símbolos de identificação dos sujeitos. Eles exemplificam expondo momentos em que as relações culturais se chocam trazendo um rompimento da fronteira entre urbano e rural. Isso acontece, segundo eles, quando sujeitos do campo migram para as cidades e, apesar de morarem lá, continuam utilizando elementos simbólicos e culturais do campo, o que Castro (2011) caracteriza como aspectos relacionados à identidade e ao pertencimento. Neste caso, os sujeitos utilizam esses símbolos como forma de lembrar das suas raízes, e também como forma de diferenciação do outro, demarcando fortemente sua territorialidade. Também pode ocorrer o contrário,

ou seja, elementos tradicionalmente atribuídos à cidade chegando ao campo, o advento da internet, por exemplo, que tem demonstrado a necessidade de não utilizarmos apenas o quesito espacial para essa delimitação.

Para o nosso recorte espacial, adotaremos a ideia de delimitação espacial, mesmo entendendo que há outras questões relevantes na diferenciação entre o rural e urbano, principalmente na região da pesquisa, no qual o município é pequeno e onde se vê muito do rural dentro do urbano, como chácaras e até mesmo porque muitos dos moradores que residem no espaço delimitado como zona urbana do município são pessoas que migraram da zona rural. Sendo assim, a pesquisa foi realizada com sujeitos que residem nas comunidades que estão distantes do espaço considerado urbano, no qual se vê muito mais características do rural, como a própria economia local ser mais relacionada com atividades da agricultura familiar, extrativismo e criação de animais.

2.2 êxodo rural: causas e consequências

O êxodo rural, compreendido como a migração em massa de trabalhadores do campo para as cidades, foi um fenômeno que marcou a segunda metade do século XX. Esses “movimentos migratórios respondem pelo essencial do processo de esvaziamento da população do campo” (Camarano; Abramovay, 1998, p. 47), trazendo, como consequência, o envelhecimento da população do campo e implicações para a sucessão rural, sobretudo pelo crescimento do êxodo entre os mais jovens Camarano e Abramovay (1998); Cerqueira (2022). Nesse sentido, os estudos são majoritariamente no sentido de tentar compreender e identificar suas causas e consequências, já que isso contribui para a formulação de estratégias para barrar o êxodo, ou pelo menos para mitigá-lo, sob pena de consequências negativas tanto para o campo, que perde o seu tecido social e modos de vida, quanto para as cidades, que ficam superlotadas.

Nesta pesquisa, trabalhamos com a ideia de migração como aliada do êxodo. Por um lado, compreende-se que não dá para afirmar que o problema desta pesquisa não envolve a saída em massa da população LGBTQIAPN+ do campo, já que não temos estudos quantitativos para embasar este argumento. Por outro, também não dá para afirmar que não esteja acontecendo esta saída em massa, pelo mesmo motivo. Na falta de um estudo assim, fica, então, a sugestão de que isso

pode estar acontecendo. Deste modo, esta falta não deve, portanto, ser justificativa para o não tratamento do fenômeno como um forte potencial de saída e esvaziamento do campo. Pois é preciso considerar a quantidade de sujeitos LGBTQIAPN+ que migram do campo para a cidade a nível nacional, dados que atualmente não temos, o que demonstra a necessidade de pesquisas futuras. Para além disso, é fundamental considerar-se que o êxodo rural é um conjunto de fatores que precisa ser pensado como um todo: perda de centralidade das pequenas sedes municipais; falta de acesso à terra em quantidade suficiente para dela se viver; atrativos do meio urbano; dificuldade dos jovens concretizarem seus projetos de vida no campo; pouca aceitação da diversidade sexual etc. Entre os trabalhos consultados, foram identificadas várias causas do êxodo, a saber: mecanização/modernização da agricultura, Passarinho (1999); Camarano e Abramovay (1998); Stédile (2011).

De acordo com Marques (2014), há um consenso na literatura sobre êxodo rural no Brasil no que diz respeito às suas causas e consequências. Embora as causas sejam variadas, a literatura consultada realmente aponta para uma causa comum: a tecnificação da agricultura. Além disso, outro fator aparece frequentemente atrelado ao anterior: a atração pela cidade grande em busca de melhores condições de vida Passarinho (1999); Fonseca *et al* (2015); Bezerra (2021).

Outro fator apontado como causa do fenômeno tratado aqui, na literatura, é a falta de uma educação no campo que valorize e oportunize os sujeitos que vivem lá, Moreno, Melo e Figueiredo (2020). Para os autores, a negação do acesso a uma educação do campo faz com os sujeitos migrem para as cidades. Passarinho (1999) também fez esse apontamento e acrescentou a falta de acesso a políticas públicas de saúde e falta de oportunidades de trabalho. Já Martins (2023) fala sobre a falta de investimentos na agricultura familiar como uma das causas para a migração dos jovens, porque torna o empreendimento familiar pouco atrativo para eles, embora reconheça que houve uma mudança especialmente nos primeiros governos de centro-esquerda, no qual houve investimentos nesse setor, o que fez com que diminuísse o índice de jovens saindo do campo e aumentando o de permanência.

Em seu estudo, Martins (2023) foca no movimento de permanência dos jovens no campo, tecendo uma crítica à academia que tem focado no âmbito dos estudos rurais no movimento de saída, o que, segundo ele, contribui para a

naturalização do êxodo e para a invisibilização dos sujeitos que decidem permanecer. O estudo de Martins (2023) reforça o que venho defendendo sobre a falta de trabalhos que abordem esta questão. Além disso, foi o único encontrado que trouxe uma novidade para as causas do êxodo rural, antes discutido sob a ótica econômica, reprodutiva e material. No estudo em questão, o autor adiciona ao debate questões identitárias, ainda que não tenha abordado as sexualidades dissidentes como fator de saída dos jovens, mas como um elemento que dificulta sua permanência no campo, apontando para a necessidade de um olhar para a questão.

Nesse sentido, o argumento defendido neste Capítulo é o de que a discriminação sofrida em decorrência de ter uma sexualidade diferente da heterossexual, que é moralmente aceita e recomendada pela sociedade, é um fator que contribui para o êxodo rural. Assim, esse fenômeno precisa ser mais bem discutido, especialmente para o avanço de políticas para o campo que abordem essas questões. Desse modo, ser sexualmente dissidente passa a compor o campo de novas possibilidades de chaves de leitura e interpretação, e de novos modelos sociais, dado que isso já ocorre em um nível melhor estruturado nos grandes centros. De acordo com Martins (2023), a falta de discussões sobre a temática no campo se dá não só no âmbito acadêmico, mas também no seio dos movimentos sociais, que até 2016 não haviam dado a devida atenção ao assunto. O coletivo LGBT sem terra foi criado em 2015, mas só a partir de 2016 o tema das sexualidades emerge com maior ênfase no Movimento dos Trabalhadores Sem Terra - MST com a Carta da Juventude Camponesa LGBT (Martins, 2023). A partir disso, começa-se a realizar alguns trabalhos que abordam a luta pela terra interligada com a luta contra a LGBTfobia dentro do MST.

2.3 Identidades hegemônicas e sexualidades dissidentes

Ninguém nasce odiando outra pessoa por causa da cor da sua pele ou sua origem, sua sexualidade ou religião. As pessoas devem aprender a odiar, e se eles podem aprender a odiar, podem ser ensinados a amar, pois o amor chega mais naturalmente ao coração humano do que o seu oposto

(Nelson Mandela)

Não é novidade que não só no Brasil, mas no mundo, pessoas LGBTQIAPN+ sofrem discriminação simplesmente por serem quem são. Em algumas nações é considerado crime ser LGBTQIAPN+, e, em países mais conservadores como Arábia Saudita, Irã, Uganda, Nigéria, entre outros, ser LGBTQIAPN+ tornou-se um passaporte para a morte. Para uns, isso é motivo de orgulho e comemoram-se as condenações. Para outros, é um absurdo. De onde vem esse ódio e essa aversão a esse público? Por que esses sentimentos são mais cruéis no campo? Os motivos que contribuem para este cenário de aversão relacionada à diversidade sexual e de gênero no campo, são a falta de informação e o pouco conhecimento das pessoas que vivem naquele espaço (Gomes et al., 2017); o conservadorismo (Paiva, 2015). A recusa de conviver e ter contato com pessoas da comunidade LGBTQIAPN+ também se apresenta como razão para a perpetuação da discriminação contra a comunidade, inclusive esta é uma percepção também dos interlocutores desta pesquisa. Esta aversão também tem a influência do pensamento cristão sobre as concepções das relações familiares e sociais, que gera, em regra, resistência e repressão a tudo que é contrário à “palavra de Deus”, tida como “verdade universal”.

Embora à primeira vista o desejo seja de julgar essas práticas discriminatórias - não me isento disso - é preciso compreender esse fenômeno como uma construção histórico social, que foi se constituindo em diferentes tempos e espaços. Esse deve ser um problema de todos, já que as consequências atingem não só este público-alvo, mas outros sujeitos que também são vítimas da homofobia e do patriarcado. As pessoas cis-héteros que manifestam traços e comportamentos contrários ao que se espera pelos papéis de gênero também sofrem com a discriminação. Nesse sentido, mulheres cis-héteros que possuem traços muito masculinos, bem como homens cis-héteros que são mais afeminados, são exemplos de vítimas da homofobia que são externas ao público-alvo desta pesquisa: a comunidade LGBTQIAPN+.

Para uma melhor compreensão, deve-se considerar que o ódio e a aversão aos LGBTQIAPN+ é decorrente da formação de uma identidade hegemônica que se construiu ao longo da história, na qual esses sujeitos são excluídos, pois não compõem essa identidade. Portanto, há uma identidade hegemônica pensada e construída por um grupo em detrimento de vários outros que são excluídos e, às vezes, massacrados. Esses grupos são os LGBTQIAPN+, negros, indígenas,

mulheres. Estes agrupamentos são definidos por Tomaz Tadeu da Silva (2014) e Márcio Zamboni (2014), como marcadores sociais da diferença.

Os marcadores sociais da diferença “são sistemas de classificação que organizam a experiência ao identificar certos indivíduos com determinadas categorias sociais” (Zamboni, 2014, p. 14). O autor argumenta que, ainda que não tenha uma lista definitiva que mostre quais são todos esses marcadores sociais da diferença, os mais estudados têm sido os de raça, “como negros ou brancos, morenos ou mulatos, asiáticos ou indígenas” (Zamboni, 2014, p. 15). Além desse, há ainda outros, como os de gênero:

[...] (homens e mulheres, machões e princesas, travestis e transexuais), sexualidade (hétero e homossexuais, gays e lésbicas, bissexuais e sadomasoquistas), classe (ricos e pobres, classe média e proletariado, profissionais liberais e moradores de rua) e geração (jovens e idosos, adultos e adolescentes, coroas e crianças), entre outros (Zamboni, 2014, p. 15).

De acordo com o autor, cada categoria dessas está associada a um tipo de posição social, que possui uma história e agrupa indivíduos de acordo com suas características. Nesse agrupamento os indivíduos são vistos como o outro que não faz parte do nós (Silva, 2014), portanto, são diferentes do nós. Essa construção de identidades que diferenciam o “nós” do “eles”, é, para o autor, marcada por relações de poder baseadas em um binarismo de classe, onde uma é mais privilegiada que a outra. As relações de poder manifestam-se, então, a partir da constituição dos binarismos de raça, branco/negro, de gênero masculino/feminino e de sexualidade, heterossexual/homossexual (Silva, 2014).

Assim, dentro da diferenciação de identidades os pronomes “nós” e “eles” não são apenas categorias gramaticais, mas, sim, “evidentes indicadores de posições-de-sujeitos fortemente marcadas por relações de poder” (Silva, 2014, p. 82). Sob a ótica do autor, a diferenciação das identidades é marcada pela inclusão e exclusão. Sendo assim, a identidade e a diferença se traduzem “em declarações sobre quem pertence e sobre quem não pertence, sobre quem está incluído e sobre quem está excluído” (Silva, 2014, p. 82).

Para Silva (2014), a afirmação da identidade hegemônica, por haver forte relação de poder, é feita de forma arbitrária, ainda que necessite da existência das outras identidades para sua validação. Desse modo, ao eleger arbitrariamente uma

identidade hegemônica como padrão, as demais passam a ser avaliadas com base nas características da identidade eleita como “normal” e “natural”, na qual as outras identidades recebem um conjunto de características negativas, enquanto a identidade “normal” recebe características positivas (Silva, 2014). Nesse raciocínio, a identidade “normal” é “natural”, “única” e “desejável”, vista não apenas como uma identidade, mas como “a identidade” (Silva, 2014, p. 83), da qual as identidades diferentes herdam suas definições.

Ainda de acordo com o autor, “a força homogeneizadora da identidade normal é diretamente proporcional à sua invisibilidade” (Silva, 2014, p. 83). Em outras palavras, o autor afirma que a constituição, produção e afirmação da identidade normal, hegemônica, precisa da construção e produção da identidade do outro, caso contrário, ela também não existiria, seria invisível. Dessa forma

A definição do normal depende da definição do anormal. Aquilo que é deixado de fora é sempre parte da definição do “dentro”. A definição daquilo que é considerado aceitável, desejável, natural é inteiramente dependente da definição daquilo que é considerado abjeto, rejeitável, antinatural (Silva, 2014, p. 84).

Com isso, percebe-se que é “natural” do processo de construção, produção e afirmação das identidades, que seja imposta arbitrariamente uma carga negativa de estigmas em relação ao “outro” para dar validade positiva à identidade do “eu”. Nas palavras do autor, “a identidade hegemônica é permanentemente assombrada pelo seu Outro, sem cuja existência ela não faria sentido” (Silva, 2014, p. 84).

Esse mesmo entendimento é apresentado por Louro (2009), ao falar sobre a construção dos conceitos de heterossexualidade e homossexualidade, afirmando que os dois elementos possuem relação com o outro, no sentido de necessidade da existência do outro para validar a existência do eu. Sendo assim, o sujeito heterossexual precisa do sujeito homossexual para caracterizar-se com traços que diferencie-o deste outro sujeito. Mas, afinal, de que identidade hegemônica estamos falando?

A identidade hegemônica construída ao longo da história foi constituída com base no sujeito iluminista (Hall, 2006). Para Hall (2006), o sujeito do iluminismo possuía uma identidade na qual acreditava-se que era de berço. Essa identidade era masculina, “já que o sujeito do Iluminismo era usualmente descrito como masculino”

(Hall, 2006, p. 11). A concepção do homem do iluminismo, segundo o autor, era de um sujeito humano, centrado, unificado, racional, dotado de capacidade de ação, características que vinham do berço.

Joan Wallach Scott (1995), uma referência mundial dos estudos de gênero, também traz as características dessa identidade hegemônica que foi construída tendo o homem como modelo ideal, mas não qualquer sujeito homem. Esse homem era um sujeito “humano neutro, o universal” (Scott, 1995), características atribuídas social e historicamente ao homem branco, cisgênero, heterossexual e cristão, que manifesta comportamentos do que, no contexto brasileiro, especialmente no Nordeste, é conhecido como “cabra macho” (Albuquerque Júnior, 2013).

Esta é a identidade hegemônica que figura a construção das identidades e normalizam a construção de um Outro, mas um Outro diferente, que não é humano, que é abjeto, que não é universal, que não é referência e que, portanto, é indigno de direitos. Esse fato é evidenciado, por exemplo, na fala do Dr. Enéas Carneiro durante entrevista ao Roda Viva, em 1994, quando disse que homossexuais merecem respeito, mas não devem ser exemplo sexual. Na ocasião ele ainda disse que pode ser exemplo como artista, mas sabemos que para essa turma o que vale é a parte sexual, quer dizer, o sujeito pode ser tudo, até ladrão, só não pode praticar sexo com pessoas do mesmo sexo. Isso evidencia o que os autores estão afirmando: existe uma identidade hegemônica que é o exemplo.

Nesse jogo de construção de identidades hegemônicas, no Brasil, temos um caso bem específico no qual vemos como foi se construindo uma identidade hegemônica a partir de um tipo específico de sujeito, capaz de romper com a crescente mudança nas identidades causadas pela modernização das sociedades. Este caso é o da formação da identidade nordestina, a qual Durval Muniz Albuquerque Júnior apresenta em sua obra *“Nordestino: a invenção do “falo” - uma história do gênero masculino (1920-1940)”*.

A construção da identidade nordestina data de meados dos anos 20, com a “confluência de um discurso político e de um movimento cultural regionalista” (Albuquerque Júnior, 2013, p. 139), mas foi a partir do final dos anos 30 que essa identidade foi consolidada. O termo Nordeste ganhou notoriedade especialmente por causa de dois fenômenos que ocorriam naquela região à época: seca e crise nas lavouras (Albuquerque Júnior, 2013). A seca, segundo o autor, foi crucial no processo de produção e constituição da identidade nordestina, sobretudo na sua

contribuição para a formação de um fenótipo particular que viria afirmar, no final dos anos 30, a identidade do homem nordestino.

De acordo com Albuquerque Júnior (2013), o interesse em construir uma identidade nordestina veio da alegação e percepção, principalmente por parte das elites agrárias da região, que tinham uma militância regionalista e tradicionalista, de que as transformações oriundas do avanço da modernização estavam acabando com o patriarcado e avançando com o matriarcado e feminização da região, mais especificamente os homens, inclusive sob a crença de que “faltava à região o resgate de um modelo de masculinidade e virilidade” (Albuquerque Júnior, 2013, p. 150).

O intuito era “resgatar o patriarcalismo, não apenas como modelo familiar e de relação entre os ‘sexos’, mas como ordem social” (Albuquerque Júnior, 2013, p. 150). Visando o alcance deste intento, as elites regionais criaram o Centro Regionalista, onde passaram a oferecer e praticar atividades que fortalecessem a cultura local, como passeios a lugares tradicionais da região de Recife e até mesmo a tradicional buchada de cabrito na alimentação (Albuquerque Júnior, 2013).

A identidade nordestina foi inventada, pois, a partir de uma resistência às mudanças que vinham acontecendo na região, onde buscou-se o resgate de um sujeito:

Um homem de costumes conservadores, rústicos, ásperos, masculinos. O nordestino é definido como um macho capaz de resgatar aquele patriarcalismo em crise, um ser viril capaz de retirar sua região da situação de passividade e subserviência em que se encontrava (Albuquerque Júnior, 2013, p. 150).

Na busca pela afirmação de um sujeito capaz de “resgatar esta virilidade, um homem capaz de reagir a esta feminização que o mundo moderno, a cidade, a industrialização, a República haviam trazido” (Albuquerque Júnior, 2013, p. 150), foi constituída a identidade nordestina como masculina, um “macho por excelência, capaz de revirilizar uma região que precisava reagir, região estuprada e penetrada por valores estranhos” (Albuquerque Júnior, 2013, p. 151).

Nesse processo, as mulheres também foram masculinizadas. A justificativa para isso é de que a região é dura, atingida pela seca, com formações geológicas particulares, que fazia com que a sobrevivência fosse algo apenas para os mais fortes, já que era difícil. Inclusive essa ideia de masculinização das mulheres é muito

presente no imaginário popular e tornou-se tema da música do cantor Luiz Gonzaga, quando escreveu e gravou a música Paraíba. Na composição da música, Gonzaga fez alusão à masculinização das mulheres nordestinas ao dizer “Paraíba, masculina, muié macho, sim sinhô”.

Nesse sentido, a ideia do nordestino como um homem com fenótipos rústicos, casca grossa, é consequência por viverem em uma região castigada pela seca. “Seja por motivos eugênicos, telúricos ou histórico-culturais, o nordestino é definido como cabra macho, é um cabra da peste, homem de fibra, uma reserva de virilidade nacional” (Albuquerque Júnior, 2013, p. 153). Percebe-se, com isso, que a identidade nordestina foi construída a partir de uma reação ao avanço do que chamamos de papéis femininos, definidos histórica e socialmente, que estavam adentrando na cultura da região, e isso não foi bem-visto pelas elites, pois foi visto como ameaça à região (Albuquerque Júnior, 2013). Esse debate abre espaço para a compreensão de como, a partir disso, se pensou o lugar de outras formas de identidades que estão presentes no jogo social. Outras identidades também surgiram e surgem nesse processo e tensionam as relações sociais de poder existentes ao provocar transformações na ordem social vigente.

Hall (1992) argumenta que as velhas identidades, que por muito tempo figuraram na ordem social, estão ruindo e, com isso, estão surgindo novas identidades que fragmentam e superam a ideia de sujeito unificado, universal defendida pela perspectiva iluminista. Segundo o autor, outras ideias surgiram, como a de cunho sociológico, que defende que os sujeitos moldam sua identidade a partir da interação do seu Eu com a sociedade. Essa corrente não nega a argumentação de que o sujeito possui um núcleo interior pronto, que determinará sua identidade, como defendiam os iluministas, mas defende que esse núcleo é transformado à medida que mantém contato com interações sociais diversas. Sob este ponto de vista, fica evidente que as identidades dos sujeitos são construídas a partir do seu contato com outras identidades pré-existentes, o que dá margem para questionarmos as identidades hegemônicas que tentam aniquilar as “identidades subalternas”, compreendidas como aquelas que são diferentes da identidade hegemônica (Silva, 2014).

Assim, como essas novas identidades ditas “subalternas” (Silva, 2014), “dissidentes” (Duarte; Silva, 2023, p. 91), sobretudo as identidades sexuais que fogem à norma heterossexual, são vistas na sociedade? E como elas agem e

reagem nessas interações com as identidades hegemônicas? De acordo com Silva (2014), o surgimento dessas outras identidades, fruto da descentralização das identidades nas sociedades contemporânea, gera conflitos, porque “o outro é o outro gênero, o outro é a cor diferente, o outro é a outra sexualidade, o outro é a outra raça, o outro é a outra nacionalidade, o outro é o corpo diferente” (Silva, 2014, p. 97). Hall (1992) chama esse processo de crise de identidades, fruto da não identificação com as identidades pré-existentes.

Outro fator que influencia a construção e constituição de uma identidade hegemônica, que, por sua vez, se traduz na discriminação contra as outras identidades que surgem no jogo social, é o processo histórico de discriminação e patologização dessas outras identidades, sobretudo as identidades sexuais dissidentes. Estas formas diferenciadas de sexualidade são caracterizadas como sodomia, ou seja, a prática de qualquer ato sexual que não envolve a penetração de um penis em uma vagina, Antunes (2017). Esse processo se deu principalmente com o advento do cristianismo na Europa, na qual “a religião cristã ia se tornando um poderoso elemento de controle” (Antunes, 2017, p. 45). As religiões, associadas a instituições jurídicas, médicas e a própria sociedade, foram as principais responsáveis pelo processo de criminalização das práticas sexuais entre pessoas do mesmo sexo (Antunes, 2017).

De acordo com Antunes (2017), pessoas que praticavam a sodomia eram consideradas as responsáveis pelas mazelas das sociedades, principalmente a peste negra, enfermidade que assolou a Europa no século XIV. Esse entendimento de culpabilização de homoafetivos como responsáveis por acontecimentos ruins ainda se perpetua nas sociedades contemporâneas, e pode ser percebido quando o indivíduo diz que “a COVID-19 é castigo de Deus para os homossexuais”, frase pronunciada por um professor da escola onde trabalhei.

Segundo Antunes (2017), a prática de atos libidinosos entre pessoas do mesmo sexo era punida de várias formas, indo desde a tortura, castração e pagamento de multas, até a pena de morte - queimados vivos ou o enforcamento - práticas que marcaram a segunda metade do século XIII em grande parte da Europa.

Conforme assinala o mesmo autor, a passagem da Idade Média para a Idade Moderna, marcada pela passagem do feudalismo para o capitalismo, que estabeleceu desenvolvimento do comércio entre cidades, países e continentes,

representa o momento em que a “filosofia, religião, política, costumes, cultura, modos de ser e viver dos europeus vai dominando o mundo” (Antunes, 2017, p. 48). Desse modo, com base nas reflexões do autor, esse novo sistema de produção e reprodução que se consolidava pelo mundo na idade moderna, o capitalista, necessitava de pessoas para colonizar novas áreas, e por isso o sexo biológico, o sexo para reprodução foi sendo instituído como o único legal, já que assim seria garantida a reprodução de pessoas, ou seja, mais mão de obra.

Assim, foi nesse contexto que criou-se mais uma narrativa para criminalizar o sexo entre pessoas iguais, sendo considerado “o mais torpe, sujo e desonesto pecado ante Deus e o mundo” (Antunes, 2017, p. 48). Entretanto, a questão não é apenas religiosa, não se trata de fato de pecado, mas de uma forma das elites, na época conhecida como burguesia, manter-se no controle do poder. Nas palavras do autor, a criminalização, que era religiosa e política, possuía interesse em dominar povos, e, Assim, “a partir do século XV, as leis anti-sodomia parecem se fundamentar no princípio do incentivo ao crescimento populacional a fim de explorar e colonizar as novas terras, recém descobertas pelas grandes navegações” (Antunes, 2017, p. 48).

Em resumo, os dois fenômenos aqui discutidos - a construção de uma identidade hegemônica, única, universal, baseada no gênero masculino, e o processo de construção da discriminação por orientação sexual, sobretudo com base na religião - são os principais fatores responsáveis pela formação da discriminação nas sociedades contemporâneas. A seguir, será discutido como foi se instituindo a a discriminação das sexualidades dissidentes.

2.4 A construção da sexualidade universal

Uma das características fundantes de cada sociedade é a pluralidade de sujeitos. Essa pluralidade que integra e constrói as relações no cotidiano das diferentes pessoas e espaços pressupõe uma diversidade política, cultural, identitária, religiosa, práticas sexuais diversas, entre outras. Dessa forma, compreende-se que todos os espaços possuem relações sociais diversificadas, e estas, por sua vez, podem apresentar-se conflitantes. As diferenças em relação às identidades sexuais e de gênero que não estão no padrão moralmente aceito são comumente geradoras desses conflitos nas relações sociais, por serem

consideradas “ímorais”. Os desdobramentos dessas divergências contribuem para a constituição de espaços de negação e discriminação dos sujeitos dissidentes, sobretudo às pessoas que manifestam práticas sexuais diversas do sexo heterossexual, a quem são impostas forte opressão e repressão da sua sexualidade.

Louro (2007) utiliza uma ideia inspirada em uma estudiosa espanhola, Maite Larrauri, para afirmar que há coisas que são intoleráveis, e cita, como exemplo, o desprezo pelas pessoas lésbicas e homossexuais, [...]“no entanto, na nossa sociedade, essa parece ser uma atitude comum, corriqueira, talvez mesmo compreensível” (Louro, 2007, p. 203). De acordo com esta mesma autora, a sexualidade vista por uma ótica determinista costuma ser reduzida à biologia, contudo argumenta que a maior parte dos pesquisadores afirmam que “a sexualidade supõe ou implica mais do que corpos, que nela estão envolvidos fantasias, valores, linguagens, rituais, comportamentos, representações mobilizados ou postos em ação para expressar desejos e prazeres” (Louro, 2007, p. 209-210). Esse entendimento vai de encontro a Foucault (2002), ao dizer que a sexualidade não deve ser entendida apenas como algo natural, biológico, porque isso implicaria na naturalização dos discursos deterministas, no qual encaixam-se narrativas como “homem nasce homem e mulher nasce mulher”. Tais discursos invalidam a existência dos corpos dissidentes e normalizam ainda mais as violências contra esses corpos. Para a autora, as questões sobre a sexualidade não é somente um problema de atitude, mas também:

Uma questão que se enraíza e se constitui nas instituições, nas normas, nos discursos, nas práticas que circulam e dão sentido a uma sociedade – nesse caso, a nossa. As formas de viver a sexualidade, de experimentar prazeres e desejos, mais do que problemas ou questões de indivíduos, precisam ser compreendidas como problemas ou questões da sociedade e da cultura (Louro, 2007, p. 204).

Ao abordar o termo sexualidade, Miriam Pillar Grossi (1998), afirma ser um tabu nas sociedades ocidentais, sendo considerada, no Brasil, sinônimo de sexo, gênero e identidade de gênero. No entanto, ela afirma que há diferença: sexo seria visto numa ótica biológica, gênero seria na perspectiva como se constroem os estereótipos de masculino e feminino, e identidade de gênero seria a forma como o indivíduo se percebe dentro de uma determinada cultura. O que seria, então, sexualidade?

No dicionário, o significado de sexualidade é um “conjunto de caracteres especiais, externos ou internos, determinados pelo sexo do indivíduo”. Para Grossi (1998), o significado de sexualidade é entendido para além do determinante biológico: macho e fêmea, quer dizer, é uma variável do sexo, porém não é determinada por este. Nesse sentido, sexualidade, para a autora, “é um conceito contemporâneo para se referir ao campo das práticas e sentimentos ligados à atividade sexual dos indivíduos” (Grossi, 1998, p. 12). Ela traz essa discussão ao refletir sobre a homossexualidade, marcada pelas práticas afetivas sexuais entre pessoas do mesmo sexo, questionando se seriam um terceiro gênero. Assim, dada a construção social de que homem deve se relacionar com mulher e vice-versa, se sexualidade tivesse a ver com determinismo biológico, não haveria homossexualidade.

A partir do exposto, compreendemos que sexualidade tem a ver com as práticas afetivas sexuais dos indivíduos como forma de viver seus desejos e prazeres eróticos, independente do sexo biológico e do órgão sexual, que não necessariamente é objeto do desejo sexual. Dito isto, é consenso para uma parcela da sociedade, em especial a ala mais progressista, que há uma constante perseguição aos sujeitos que manifestam práticas e desejos sexuais contrários ao padrão heterossexual. Os dados dos assassinatos de pessoas LGBTQIAPN+ apresentados anteriormente confirmam esse fato.

Partimos desse entendimento para abordar os dilemas e conflitos oriundos dessa discriminação. As opressões e repressões acerca das sexualidades dissidentes são geradas pela própria sociedade. Logo, há a necessidade de desconstrução dessa cultura que assassina pessoas porque suas “práticas amorosas e sexuais não são heterossexuais” (Louro, 2007, p. 203). Essas discriminações são propagadas, de acordo com esta autora, sobretudo por instituições legitimadas para estabelecer regras e normativas de comportamento social, como as religiosas, educacionais, de preceitos jurídicos, e outras.

Nos estudos sobre uma dessas instituições, a escola, Junqueira (2010), em seu trabalho intitulado *“Estratégias discursivas e estados de negação da discriminação por orientação sexual e identidade de gênero nas escolas”*, faz diversas colocações afirmando que ela, por muitas vezes, acaba negando a existência das diferentes sexualidades presentes em seu interior. Contudo, vale

ressaltar que essa negação não é exclusiva dessa instituição social, pois ela é identificada em outros espaços, como igrejas, família e comunidade.

Para o autor, negar a existência das diferentes sexualidades não significa que elas não existam, mas a diferença não se manifesta por falta de um ambiente seguro para sua autoafirmação. Isto faz sentido se considerarmos que ninguém vai querer “sair do armário” em ambientes onde as pessoas reproduzem falas como “viado são seres das trevas”, “ela só é sapatão porque nunca pegou um homem de verdade”, “não quero um viado dentro da minha casa para não incentivar meus filhos”, “a COVID-19 é um castigo de Deus para os gays”, ou até mesmo a clássica: “os gays vão para o inferno”.

No que tange à diversidade sexual, ela “está inscrita no cotidiano escolar, nos seus vários sujeitos professores/ as, alunos/as, funcionários/as, pais e mães: brancos/as e negros/ as, meninos e meninas, jovens de ambos os sexos, hetero e homossexuais [...]” (Silveira, 2014, p. 201). Seguindo esse entendimento, pode-se afirmar que a diversidade está inserida em outros espaços, haja vista que, antes de ser manifestada na escola, ela é manifestada em casa, na rua, na igreja, espaços primários de contato social dos sujeitos. Não se trata apenas de espaços reduzidos ou individuais, mas de espaços constituídos por vários grupos sociais, com dimensão geográfica mais ampla, como o urbano e o rural, sendo este último o espaço delimitado para este estudo. Assim, é preciso refletir sobre as relações existentes no encontro dessas diversidades, que são comumente contraditórias e conflituosas, inclusive no campo. Contudo, pensar novas formas de interações sociais entre diferentes sujeitos não é uma tarefa fácil, já que a sociedade brasileira foi estabelecida com base na cultura patriarcal, na qual possui uma “estrutura ideal” de constituição dos corpos e famílias, e que não costuma respeitar o que se distancia desse ideal. De acordo com Barreto (2004), o patriarcalismo pode ser entendido:

Como uma estrutura sobre as quais se assentam todas as sociedades contemporâneas. É caracterizado por uma autoridade imposta institucionalmente, do homem sobre mulheres e filhos no ambiente familiar, permeando toda organização da sociedade, da produção e do consumo, da política, à legislação e à cultura. Nesse sentido, o patriarcado funda a estrutura da sociedade e recebe reforço institucional, nesse contexto, relacionamentos interpessoais e personalidade são marcados pela dominação e violência (Barreto, 2004, p. 01)

Como a autora descreve, esse modelo de conceber as relações entre sujeitos é articulado por instituições que seguem ensinando a “melhor forma de se comportar em sociedade”, mas essas concepções também geram inúmeros conflitos, segregação e violência, sobretudo com os sujeitos que não estão no padrão definido e aceito por elas. A autora ainda argumenta que as raízes do sistema patriarcal “estão na estrutura familiar e na reprodução sócio-biológica da espécie” (Barreto, 2004, p. 01) e que, portanto, essa característica é essencial para análises do ponto de vista político e social.

É preciso discutir essas questões, porque elas interferem diretamente nas individualidades e subjetividades dos sujeitos que não fazem jus ao padrão heteronormativo de família. De acordo com Maheirie (2002), a subjetividade é concebida como uma dimensão dos sujeitos, e que “a partir das relações vivenciadas, se faz construtora de experiências afetivas e reflexivas, capaz de produzir significados singulares e coletivos” (Maheirie, 2002, p. 31).

A heteronormatividade descaracteriza e discrimina as famílias que fogem do que chamam de “família tradicional”. Para Dias (2017), a família tradicional trata-se daquela que é constituída por um homem e uma mulher que podem gerar filhos.

Para Seffner (2023), a heteronormatividade é concebida:

Como norma que articula as noções de gênero e sexualidade, estabelecendo como natural certa coerência entre sexo (nasceu macho, nasceu fêmea), gênero (tornou-se homem, tornou-se mulher) e orientação sexual (se é um homem, irá manifestar interesse afetivo e sexual por mulheres, e vice-versa). Esse modelo, binário e dicotômico, é entendido como natural e para muitos parece estar na “ordem das coisas”, o que faz com que indivíduos que não se reconheçam nele sejam percebidos como doentes, desviantes, perturbados, transtornados, pecadores etc (Seffner, 2023, p. 150).

Dessa forma, as únicas famílias moralmente aceitas perante a visão conservadora cristã eurocêntrica são as constituídas por um pai, mas que seja homem cis, e uma mãe, que seja mulher cis. Assim, outras formas de famílias são desconsideradas, e com isso muitas vezes têm seus direitos cerceados. Assim sendo, como ficam as famílias de mães solo? E as famílias LGBT's? Essa visão de quais famílias são moralmente corretas é influenciada em grande medida pelo pensamento cristão, que condena as práticas homossexuais. O apego demasiado aos preceitos religiosos foi um grande influenciador das condutas discriminatórias.

2.5 Um olhar sobre a sexualidade a partir de Foucault

Ao falarmos sobre sexualidades, logo nos lembramos de Michel Foucault, filósofo francês que publicou três obras sobre a temática da sexualidade. De acordo com Castro (2015), o questionamento primordial em todo o pensamento foucaultiano é “como foi possível o que é?” (Castro, 2015, p. 06). O autor argumenta que essa compreensão é sempre histórica e que, portanto, não aconteceu por uma necessidade pré-determinada, mas é fruto das relações sociais constituídas pelo Homem na sociedade. Em outras palavras, a discriminação das sexualidades dissidentes é uma construção social.

É com o questionamento de Foucault que abrimos o debate em torno dos caminhos percorridos pela construção das sexualidades, discutindo as causas que levaram o pensamento moderno a respeito dessa abordagem ser como é, quer dizer, compreender como a sociedade passou a discriminar o sexo homossexual e a odiar e praticar violências contra as pessoas que o praticam. Segundo escritos de Foucault (2022), a realidade nem sempre foi assim, pois na Grécia, por exemplo, era aceitável o sexo entre pessoas do mesmo gênero. Nesse período, este tipo era mal visto apenas quando o passivo⁹ era o indivíduo mais velho da relação.

No primeiro volume de História da sexualidade: a vontade de saber, Foucault (2022) mostra que os códigos do que era ilícito no início do século XVII eram mais frouxos comparados com os do século XIX. Não se tinha tanta repressão sobre o que se falava e se fazia, “as práticas não procuravam o segredo” (Foucault, 2002, p. 07). Para ele, a passagem do momento onde o sexo não era reprimido foi muito rápido, foi como “um rápido crepúsculo” que a sexualidade foi, “cuidadosamente, encerrada” (Foucault, 2022, p. 07).

Foi nesse momento, ainda no século XVII, que a família conjugal confiscou a sexualidade, relegando-a à função de reproduzir. Nesse período se iniciava a repressão em torno do sexo, não como uma forma de proibição literal do discurso sobre o sexo, mas como forma de controle sobre quem, o quê e como se falava sobre ele, fazendo com que “[...] o casal, legítimo e procriador, dita a lei. Impõe-se como modelo, faz reinar a norma, detém a verdade, guarda o direito de falar, reservando-se o princípio do saber” (Foucault, 2022, p. 07).

⁹ É a pessoa que recebe a penetração.

Para o filósofo, apenas em um lugar era reconhecida a sexualidade, que era a moradia, o quarto dos pais, e, para o que sobrava disso, restava apenas “encobrir-se, o decoro das atitudes esconde os corpos, a decência das palavras limpa o discurso” (Foucault, 2022, p. 08). Ainda nesse raciocínio, o autor argumenta que o que era diferente do padrão moralmente aceito não tinha espaço nem voz, além de ser expulso, negado e reduzido ao silêncio, não deveria existir e ao menor sinal, faziam com que desaparecesse.

Relegar o sexo apenas à família não quer dizer que ele tornou-se um assunto particular sobre o qual não se fala. Pelo contrário, Foucault (2022) trás argumentos para mostrar que passou a se falar mais e a produzir os discurso sobre o sexo. É nesse contexto que o autor aborda a hipótese de repressão, argumentando que as sociedades ocidentais, durante os séculos XVII, XVIII e XIX, elaboram todo um aparato de técnicas afim de produzir os discursos e a verdade sobre o sexo, que tinham como desdobramento controlar como esse tema deveria manifestar-se nas sociedades.

A partir do exposto, percebe que foi construída a identidade de um sujeito universal com uma sexualidade “normal”, que também é universal, consolidando, assim, a sexualidade héterossexual como hegemônica. Isso faz com que todas as outras identidades que destoam desse modelo universal sofram consequências. No próximo tópico, veremos como essas novas identidades são vistas e tratadas em contextos que a identidade hegemônica, bem como as discriminações por orientação sexual se manifestam, a partir das experiências e projetos de vida de sujeitos LGBTQIAPN+ que residem na zona rural de Currais.

3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

3.1 A questão do pertencimento e migração de homossexuais do campo como consequência da homofobia

Inicialmente, a ideia desta pesquisa era abordar o movimento de saída, com base na minha própria história e projeto de vida, que preferi sair do campo por entender que lá não se constituía um espaço acolhedor, que respeitasse as diferenças. Porém, no decorrer das entrevistas com os interlocutores, foi se desenhando um cenário que ora confirmava o movimento de saída, ora confirmava o movimento de permanência, o que abriu novas chaves de leituras para a abordagem desta discussão.

Por um lado, constata-se dois tipos de sujeitos: aquele que já saiu do campo e não pretende voltar, e aqueles que não saíram, mas que têm o desejo e planejam partir. Ambas destacaram que a discriminação pela orientação sexual constituíram processos ao qual foram submetidos, tendo sido a discriminação fator importante na formulação da decisão ou do desejo de sair do campo para as cidades. Por outro lado, um dos interlocutores da pesquisa afirmou não pretender sair do campo. Embora isso dê a entender que a sexualidade é um fator menor, seu caso é particular, dado o fato de ele não ser assumido. Segundo ele, “eu sou feliz assim e não vejo necessidade de se assumir” (fala do interlocutor Osvaldo, julho de 2024). Ele disse-me, inclusive, que a escola não o discriminava, embora os demais entrevistados dissessem que foi um dos ambientes onde mais foram discriminados.

Para dar sustentação ao argumento em questão, analisaremos as falas dos interlocutores que desejam sair do campo. Daniel, 17 anos, disse que não se sente pertencente ao lugar que mora. “Às vezes, acho que não tô no lugar certo” (fala do interlocutor Daniel, julho de 2024). O entrevistado afirma que não se sente um camponês gay, que não quer ficar na roça e que vai embora assim que completar a maioridade. Quando foi questionado se sua sexualidade é um dos motivos que faz ele querer sair de lá, ele respondeu que “sim, minha sexualidade é um dos motivos que mais me motiva a sair daqui” (fala do interlocutor Daniel, julho de 2024).

No contexto dessas falas, o entrevistado demonstrou o que Passarinho (1999); Fonseca et al (2015) e Bezerra (2021) falam em relação à atratividade pelas cidades grandes, no caso dele, não por buscar melhores condições de vida no sentido material, embora reconheça que isso também está implicado nesse desejo, mas em busca de poder viver suas sexualidades sem ser reprimido, baseado na sua visão de que nas cidades grandes o preconceito é menor e que as pessoas são mais livres para serem quem são, pois em sua percepção ele poderá viver de forma mais anônima na cidade. Sua crença sobre as cidades serem mais acolhedoras para pessoas LGBTQIAPN+ está baseada no fato dele conhecer outros gays que são de cidades, de contextos ditos urbanos, e que “as histórias deles são tão bonitas de como as comunidade e os vizinhos recebem pessoas assim” (fala do interlocutor Daniel, julho de 2024), e que no lugar onde ele mora “o povo quer ditar o que a gente tem que ser, a comunidade é muito fechada para isso” (fala do interlocutor Daniel, julho de 2024). Ainda nesse contexto, ele falou sobre a visão que ele tem, que parece particular de contextos interioranos, sobre as cidades grandes serem

perigosas e violentas, e que isso é uma dificuldade que pessoas que moram no campo enfrentam ao irem para as cidades. Mas, mesmo com a crença sobre o perigo representado pelas cidades, ele ainda prefere ir embora para a cidade, porque “qualquer lugar que nos aceita é melhor que o lugar que nos humilha” (fala do interlocutor Daniel, julho de 2024).

A fala de Daniel é muito forte, porque demonstra que ele prefere a violência das cidades grandes à violência simbólica à qual ele está submetido no contexto rural. Em outras palavras, ele está afirmando que prefere estar onde ele possa afirmar e viver sua sexualidade, mesmo que haja outros problemas a serem enfrentados. Isso indica que a sexualidade é algo fundamental para sua subjetivação, desde que esta seja respeitada, outras questões parecem estar em segundo plano.

É necessário termos no horizonte que esse desejo de sair da zona rural pela discriminação por orientação sexual aparentemente só se sustenta por causa dessa discriminação, por eles não verem saída para a vivência das suas sexualidades naquele espaço, e por não enxergarem perspectivas de mudança deste cenário, principalmente porque um dos espaços onde poderia proporcionar a mudança, o ambiente escolar, tem sido um dos espaços que contribuiu e contribui para a perpetuação dessa lógica de discriminação, como será expostos no terceiro capítulo.

Nesse sentido, vale lembrar que todos os interlocutores, sem exceção, reconhecem e afirmam que o campo não é um lugar que acolhe a comunidade LGBTQIAPN+ e que as cidades são mais acolhedoras para este público. Para eles, os gays no campo nascem em “famílias antigas” que não entendem os filhos gays, e que os das cidades entendem porque as mesmas tem um “tempo mais novo” (fala do interlocutor Daniel, julho de 2024). O (interlocutor Justin, julho de 2024) também apresentou esta mesma percepção sobre a cidade, de que na cidade tem mais liberdade para ser quem ele é, e que no campo as pessoas são muito “mente fechada ainda”. Ao falar sobre suas percepções, ambos trazem a ideia de novos momentos, novos tempos, a modernização nas cidades, que traz consigo novas normalidades, mas que essa modernização parece não ter chegado ao campo da mesma forma, sobretudo em seus contextos locais.

Para a maior parte dos interlocutores, o campo não é um lugar onde possam construir seus projetos de vida enquanto sujeito com orientação sexual dissidente. O interlocutor Justin, que já saiu da zona rural há bastante tempo, ao falar sobre os

motivos que o fez sair, frisou inicialmente que saiu para estudar e buscar novas oportunidades, mas que, ao passar a conviver no novo ambiente e conhecer pessoas novas, inclusive pessoas como ele, LGBTQIAPN+, ele percebeu o quanto se sentia melhor, momento em que reconheceu a importância do novo ambiente para afirmação da sua homossexualidade. Ele disse que acha que se não tivesse saído da sua comunidade, ainda não teria se assumido.

O interlocutor ainda afirmou que não voltaria a morar em sua comunidade, mas que vai sempre lá para visitar a família. De acordo com ele, a cidade é melhor, porque:

Me sinto mais livre aqui. Aqui tem pessoas de todo jeito, e, **por mais que tenha violência, sou mais livre**. Aqui eu posso ficar com quem eu quiser, levar quem eu quiser em minha casa sem as pessoas me olharem torto e ficar criticando. **E no interior é diferente, por mais que tenha tido uma mudança, as pessoas ainda me olhariam estranho se eu chegasse lá com alguém, um ficante ou um namorado, porque o povo do interior não está acostumado a ver essas coisas. Lá eu não me sinto totalmente livre como me sinto na cidade, porque lá não posso chegar na praça com um companheiro, porque se eu chegar todos os olhares vão ser voltados para mim, né!? E na cidade, não, você vai aonde quiser sem ter esses julgamentos** (fala do interlocutor Justin, julho de 2024, grifos nossos).

O interlocutor Zeca, seguindo a percepção de Daniel e Justin, disse que não quer permanecer no campo, porque o trabalho no campo, na roça, não é para gays. Quando foi questionado sobre o porquê, ele disse que é “porque o trabalho na roça é mais para homem, para macho, e também quando a gente vai ajudar tem umas pessoas que ficam jogando piadinha” (fala do interlocutor Zeca, julho de 2024). Ele afirmou que já ouviu falas desse tipo, e que, embora não concorde com tal afirmação, essa é a realidade, é assim que as pessoas pensam. Mas vale ressaltar que gays também trabalham na roça, e que essa percepção que figura o imaginário popular local é fruto das representações patriarcais. Afinal, o próprio interlocutor desempenha atividades braçais na roça, como quando busca lenha com sua mãe. O interlocutor Justin também trabalhava na roça quando morava em sua comunidade com a família. Daniel também trabalha com atividades braçais na roça com sua família, como capinar e colher as plantações.

Essa percepção é um dos motivos que faz Zeca desejar sair do campo. Ele afirmou que o seu projeto de vida baseia-se na sua saída do campo. Inicialmente, ele disse que sua sexualidade não teria influência na sua saída, que iria sair em busca de novas oportunidades. Porém, ele também disse que as brigas familiares [que acontecem frequentemente após ter se assumido homossexual] seriam outro motivo que o faria sair, momento em que afirmou que o motivo principal das brigas é sua sexualidade, já que a mãe não o aceita. Disse ainda que “aí a fora tem mais oportunidades para gays” (fala do interlocutor Zeca, julho de 2024). Estas falas sinalizam que sua sexualidade influencia seu desejo de sair do campo, pois se não fosse isso, não haveriam brigas.

No mesmo contexto destas falas acima, o interlocutor foi refletindo e reconheceu que sua sexualidade homossexual influenciava sua vontade de deixar o campo. Nesse momento ele disse que, caso não saísse, iria “interromper em um monte de coisa” (fala do interlocutor Zeca, julho de 2024). Questionado, ele disse que, se ficar lá, não encontrará um companheiro, algo que ele quer muito, pois deseja construir uma família. Segundo ele, lá no campo, ele não conseguirá isto. Isto evidencia a dificuldade para a vivência e afirmação da homoafetividade no campo, que perpassa pelo direito de poder amar livremente também.

As falas do interlocutor Bráulio também corroboram com as falas dos demais interlocutores. Ele disse que, ao levar em conta a importância do convívio com a família no cotidiano, moraria no campo. Entretanto, considerando-se o desejo de expressão da sexualidade “[...] é melhor ir para a cidade, cidade grande, né!?. A cidade grande tem uma capacidade melhor para se viver, que aqui [no interior], o povo tem muito a mente fechada sobre essas coisas, sobre sexualidade e essas coisas” (fala do interlocutor Bráulio, agosto de 2014). Em seguida ele afirmou com mais convicção que sairia do campo por causa da sua sexualidade: “sairia, com toda certeza, sairia, sem pensar duas vezes” (fala do interlocutor Bráulio, agosto de 2024).

As falas dos entrevistados demonstram a falta de aceitação no campo, o que está contribuindo para o desejo deles de migrar para as cidades, especialmente para conseguirem afirmar suas identidades sexuais, no sentido de vivê-las, viver os seus desejos e práticas homoafetivas. Todas as percepções apresentadas pelos interlocutores, inclusive pelo que quer permanecer no campo, convergem para um fato: o campo não é um espaço que acolhe a comunidade LGBTQIAPN+ e esse fato

gera, nesse público, o desejo de sair para as cidades grandes, onde acreditam que serão mais livres para expressar suas identidades, sexualidades e subjetividades.

De maneira geral, na percepção dos interlocutores, o campo não é uma espaço para eles construírem seus projetos de vida, embora um deles, mesmo reconhecendo isso, prefere permanecer, ao passo que três deles querem sair. Outro já saiu, mas não quer voltar. Nesse sentido, o não reconhecimento e validação das suas sexualidades no campo, a crise de identidades gerada ao não se sentirem pertencentes àquele ambiente gera nos interlocutores o desejo de sair. Contudo, outras questões influenciam no processo, porque não basta querer sair, mas é preciso considerar o “como sair?”, já que eles também não têm ainda as condições materiais necessárias para realizar este desejo. Esse dado evidencia a resposta para o problema desta pesquisa: a repressão das sexualidades dissidentes representa um fator potencializador do êxodo rural, ou seja, da migração desses sujeitos. Contudo, mais importante do que ter essa constatação, é nos questionarmos quais são as consequências dessa migração decorrente da homofobia no campo.

Como consequência do êxodo rural, a literatura afirma a descontinuidade da agricultura familiar (Hein; Silva, 2019), agravamento do problema da sucessão rural e masculinização do campo (Camarano; Abramovay, 1998) e (Martins, 2023). Estas são características gerais apontadas na literatura. Contudo, questiono-me: quais consequências podem ser geradas pela saída dos jovens do campo em decorrência da sua orientação sexual dissidente? Ao refletir sobre esta indagação, percebo duas fortes consequências. Primeiro, a “expulsão” desses sujeitos do campo impossibilita a constituição, construção e afirmação de uma identidade de homem do campo LGBTQIAPN+. Consequentemente, isto aprofunda a invisibilização e a negação dessas identidades que estão presentes lá. A outra observação é a de que a saída do campo contribui para a manutenção de um sistema conservador e opressor, perpetua a lógica de discriminação e dificulta o avanço na construção de novas relações sociais e novos arranjos parentais e familiares no campo. Essa última trará ainda mais discriminação para os LGBTQIAPN+ que resolvem ficar no campo, pois, na pior das hipóteses, continuarão sendo invisibilizados, o que dificultará os seus projetos de vida enquanto sujeitos com sexualidade dissidente. Essas consequências potencializarão todas as outras que causam o êxodo rural apontadas

na literatura, especialmente o agravamento do problema da sucessão rural e o esvaziamento do campo.

Percebo também, como impacto dessas consequências, a isenção da responsabilidade do Estado na formulação, elaboração e implementação de políticas públicas voltadas para o público LGBTQIAPN+ do campo. Isso pode interferir na busca pela superação da homofobia neste espaço, já que, se esse público vai embora, logo não terá LGBTQIAPN+ no campo. Então, para quem e para que falar em políticas públicas para a comunidade LGBTQIAPN+ do campo? Além disso, a não manutenção desse público no campo pode perpetuar a tendência de falta de estudos em relação a esse público específico na zona rural, já que faltaria o objeto de pesquisa. Parece ser preciso, portanto, frear esse fenômeno sob risco de continuidade do agravamento de outros processos que já vem ocorrendo no campo, tão bem discutidos pela literatura dos estudos rurais, a saber: masculinização e envelhecimento do campo, descontinuidade da agricultura familiar, esvaziamento, inchaço da população urbana, entre outras. Para isso, é preciso se conhecer o processo pelo qual foi se formando e naturalizando uma espécie de tipo ideal de sujeito, identidades e manifestação de desejos e práticas sexuais, e como isso afeta as identidades diferentes desse padrão constituído.

3.2 Sexualidades dissidentes: experiência de jovens LGBTQIAPN+ do campo em Currais

Inicialmente, com base no que foi discutido no item anterior, sobre os interlocutores não se sentirem pertencentes ao campo por não terem suas identidades e subjetividades respeitadas e isso ser motivação para saírem de lá, fica evidente que na zona rural de Currais há um desafio para as homossociabilidades, sobretudo de homens gays. Isso é percebido em vários momentos, indo desde a homofobia nas escolas, comunidades e família, até ao não reconhecimento dos termos relacionados à temática por parte dos interlocutores.

A respeito deste último, foi percebido que os interlocutores parecem não compreender ou saber diferenciar os conceitos mais objetivos de gênero e sexualidade. Embora estes sejam conceitos mais acadêmicos e talvez pouco circulantes no universo da roça, o não conhecimento por parte dos interlocutores pode ser indicativo de dois fatores. O primeiro está relacionado com o que podemos

definir como cultura heteronormativa, fator que normaliza apenas elementos da heterossexualidade nas relações e cotidiano dos espaços, fazendo com que não haja a chegada de elementos culturais sobre a comunidade LGBTQIAPN+, o que leva ao segundo fator: se não há compreensão dos termos, é porque não se fala sobre eles lá.

“A falta de tradução linguística bem pode ser um indício da falta de tradução intelectual” (Lopes, 2009, p. 355). Quer dizer, os conhecimentos gerados e transmitidos naquele espaço, seja em casa, na escola ou nos espaços comunitários, não incluem a discussão de temas relacionados aos LGBT's. E esse fenômeno traz uma série de consequências para esses sujeitos que fazem parte da comunidade, as quais serão exploradas mais adiante.

Outro fator que pode ser mencionado a esse respeito, é o fato da recusa de alguns meninos para participar da pesquisa. A dificuldade em conseguir entrevistar esses sujeitos já é um dado importante da pesquisa. Em outras palavras isso quer dizer: “aqui a gente não fala disso, o ambiente rural é fechado para o diálogo sobre essa temática”, demonstrando que pode não haver homossexuais lá, não porque de fato não exista, mas porque se o espaço não dá visibilidade a eles, eles não aparecem, logo, não existem; ou ainda, se eles reconhecem que o ambiente não quer sua presença ali, eles não vão se mostrar, porque não é seguro. Logo, não existem também. Ambos os cenários levam ao mesmo desfecho: o da não existência de homossexuais no campo. Daí a importância desta pesquisa, pois está dando visibilidade a essas pessoas que são e foram invisibilizadas, é a manifestação delas dizendo: nós estamos aqui e (re)xistimos!

Feitas estas considerações iniciais, a seguir serão apresentadas as discussões e resultados a partir das categorias geradas. A primeira categoria deste trabalho é a de *violência e discriminação por orientação sexual*, discutida a partir das subcategorias homofobia na escola, na família e na comunidade, sentimento após sofrer discriminação e consequências da homofobia vivenciada. A segunda categoria é o anonimato e a terceira é liberdade, que são tratadas no mesmo item, por possuírem profunda relação. A categoria violência e discriminação por orientação sexual tratará das violências e discriminações sofridas por homens homossexuais em espaços como a escola e o ambiente familiar e comunitário, discutindo como essas experiências impactam no processo de formação de suas identidades e subjetividades.

A discriminação por orientação sexual é uma prática corriqueira no cotidiano das pessoas. Mais conhecida como homofobia, trata-se de

Todo e qualquer ato preconceituoso físico ou psicológico que atente contra a dignidade dos indivíduos homossexuais, sendo as condutas homofóbicas compreendidas por ultrajes, galhofas, a discriminação no ambiente familiar e escolar, com ações intimidatórias e vexatórias, no exército, nas igrejas, a discriminação por entidades públicas, ameaças, o tratamento humilhante pelos meios de comunicação, a discriminação no acesso ao trabalho, em estabelecimentos comerciais em geral, chegando à tortura, às agressões e, finalmente, aos homicídios, como resultado do preconceito (Silva; Bornia, 2009, p. 36).

Partindo da análise das falas dos interlocutores, a homofobia foi e é vivenciada por todos, ainda que, em alguma medida, um ou outro não tenha percebido. Esse dado ficou evidente nas falas dos interlocutores e nas observações diretas. Em relação aos locais onde pode ocorrer este tipo de ato citados pelas autoras acima, isto se confirmou nas entrevistas, na qual três dos cinco entrevistados afirmaram ter sofrido discriminação na escola e no seio familiar.

Embora os demais entrevistados tenham dito que não se lembram de ter sofrido essa violência, as observações diretas, estas realizadas por mim majoritariamente na época em que eu estudava nas mesmas escolas as quais os entrevistados estudam, e também no ambiente comunitário, apontam para momentos de discriminação. Nas ocasiões, a homofobia era praticada por outros alunos e também por professores, quando no ambiente escolar, e por pessoas da vizinhança, quando praticada no ambiente comunitário. Geralmente acontecia quando o sujeito homossexual estava distante ou quando passava perto dos indivíduos que a praticava. Trata-se de discriminação naturalizada e, de certo modo, vela aos sujeitos dissidentes.

Esse tipo de discriminação, de acordo com Louro (2009), correspondem a estratégias sutis, que acontecem em diversos lugares, como escolas, igrejas, mídia etc, para manter a concepção de que o ser humano nasce macho e fêmea. Isso explica o fato de alguns deles não se lembrarem das discriminações. Além disso, outro fator explica isso, a internalização da homofobia e a naturalização da violência, como veremos mais adiante. Quanto à forma desses atos, eles se manifestavam através de piadas e termos homofóbicos, como, por exemplo, “olha lá aquela bichinha”, “viado safado”, “viado nojento”, “ainda bem que não é da minha turma”, “se eu tivesse um irmão viado ia chutar ele”, “mãozinha mole”, “viadinho véi” etc.

Recordo-me muito bem de uma ocasião específica, na qual, na época do Ensino Médio, ano de 2014, um dos interlocutores desta pesquisa, por ter características femininas, como a forma de andar e falar, incomodava e, de certa forma, quebrava padrões que por muito tempo estava vigente naquele ambiente, e, por este motivo, foi alvo de um insulto homofóbico por parte do nosso professor. Tínhamos duas aulas seguidas de uma mesma disciplina e, como de costume, ao final da primeira aula saíamos para ir ao banheiro e beber água. Depois retornávamos para a sala para darmos continuidade aos estudos. Em um determinado dia, neste contexto, não fui ao banheiro e nem bebi água, mas fiquei na porta da sala olhando o movimento de quem foi. Neste momento, o professor se aproximou de mim e, olhando para o rapaz e depois para mim, disse: “rapaz, eu tenho um nojo de viado, mas é nojo mesmo”. Disse isto com uma expressão facial de muito desprezo.

No momento, por uma série de fatores, minha reação diante disso foi dar um sorriso sem graça para ele, tentando mostrar que eu concordava e pensava da mesma maneira, porque se eu falasse o contrário provavelmente eu seria taxado como “viado” também, e, como eu não era assumido, isso era um problema para mim. Em seguida, voltei para dentro da sala e me sentei sentindo-me muito mal, afinal, aquela frase me atingiu. Alguns fatores foram responsáveis por essa reação que tive, ou pela reação que não tive, como a falta de compreensão de que aquilo era errado e que não deveria ser dito por ninguém, ainda mais por um professor, a não aceitação da minha sexualidade e o medo de ser escandalizado. Afinal, em um eventual confronto com ele, quem ficaria do meu lado?

No fundo, foi como se, de fato, eu concordasse com ele, e eu concordava, porque, para mim, à época, pessoas como nós mereciam passar por aquilo, pois “estávamos errados”. Como sempre nos ensinaram que sentir atração afetiva e sexual por pessoas do mesmo sexo era errado, nós acabamos aceitando esta roupagem e concordávamos com essas narrativas. Esse é um processo que Antunes (2017) chama de homofobia internalizada, fato que faz com que os próprios gays pratiquem homofobia ou reproduzam preconceitos, estigmas e estereótipos homofóbicos. A homofobia internalizada se manifesta de diversas formas, como veremos nas falas de alguns interlocutores. No próximo tópico, vamos ver a subcategoria homofobia na escola, que trará elementos sobre a prática dessas discriminações vivenciadas pelos interlocutores.

3.3 Homofobia nas escolas da zona rural

A homofobia nas escolas é uma prática comum e manifesta-se através de “tratamentos preconceituosos, medidas discriminatórias, ofensas, constrangimentos, ameaças e agressões físicas ou verbais” (Junqueira, 2009, p. 17). Ela é uma prática consentida e ensinada nas escolas (Louro, 1999); (Junqueira, 2009), advinda de uma matriz heterossexual, sobre a qual e em torno da qual se desenham a construção da masculinidade heterossexual (Louro, 2004).

A partir dessa matriz, de acordo com Felipe e Bello (2009), os comportamentos homofóbicos são ensinados também para crianças na educação infantil, sendo perceptível no trabalho dos docentes que estimulam as meninas a serem meigas e carinhosas (o que se espera delas na sociedade) e os meninos a produzirem “comportamentos de homem”, sobretudo através de brincadeiras que os estimulam a serem mais fortes, rudes (o que se espera do comportamento masculino na sociedade).

Desse modo, “a escola configura-se um lugar de opressão, discriminação e preconceitos, no qual e em torno do qual existe um preocupante quadro de violência a que estão submetidos milhões de jovens e adultos LGBT” (Junqueira, 2009, p. 15). Junqueira (2009) discute o processo de construção da heterossexualidade com base no papel masculino, que normatiza regras e condutas que visam promover a virilidade e masculinidade, fazendo com que as demonstrações que destoam dos papéis de gênero masculino sejam discriminadas. Nesse contexto, ela

Pode encontrar, no interior das escolas, novos meios de oportunidades para produzir, reproduzir ou alimentar mecanismos de discriminação e violência contra estudantes mulheres, LGBT, bem como todo indivíduo cuja expressão de gênero parecer destoar da tida como convencional (Junqueira, 2009, p. 22).

Este tipo de comportamento tem se perpetuado nas escolas na zona rural em Currais. Com base nessas considerações, a seguir serão apresentadas as experiências de violências sofridas pelos interlocutores.

A vida de Daniel foi marcada, desde cedo, por palavras e frases com ofensas e insultos por causa da sua expressão corporal, que manifestava gestos tidos como

de “mulherzinha”. Em outras palavras, ele sempre teve “jeito de gay”, e, por isso, desde criança, antes mesmo de se identificar como homossexual, já era chamado de “bicha”, de “viadinho”. Atualmente ele tem 17 anos e está cursando o Ensino Médio na mesma escola onde aconteceu o fato mencionado anteriormente, sobre o professor. Em sua comunidade todos já sabem que ele é homossexual, embora ele não tenha falado disso abertamente para as pessoas. Ele acredita que isso tem a ver com as manifestações de feminilidade dele. Ainda na escola onde cursou o Ensino Fundamental, mesma escola na qual fui discriminado quando trabalhei como professor, ele relata ter sido alvo de várias piadas e insultos homofóbicos.

Na minha escola, escola que eu estudava, que hoje em dia eu estudo em outra escola, meus colegas, não sei se por maldade, mas o meu falar, o meu andar, sempre foi criticado. Eu já ouvi muitas vezes pessoas que sorriam para mim, diziam que era meus amigos e, por trás, diziam: aquele dali é bicha. Chegaram na minha família e perguntaram se eu era bicha. Eu sofria muito, eu só ficava calado, às vezes eu chorava quando chegava em casa, tudo em silêncio, porque eu não queria mostrar minha fragilidade pra ninguém (fala do interlocutor Daniel, julho de 2024).

Daniel prossegue relatando quais medidas tomava após sofrer as discriminações. Segundo ele, a única coisa que vinha em mente era denunciar para a diretora da escola, como normalmente os estudantes fazem quando acontece algo grave, esperando encontrar um ombro amigo, um acolhimento, uma compreensão, e sobretudo uma punição para os praticantes dos atos discriminatórios, atitude que ele disse não ter tido sucesso. Segundo ele, em apenas uma vez, a direção da escola pôs o estudante que proferiu piadas para copiar cinco vezes o hino nacional como forma de puni-lo. Daniel diz ter se questionado

Mas só? Só vale isso? Porque isso ia acontecer novamente. Ninguém chegou em mim e quis conversar, dar algum apoio. Eu acho que isso foi o que mais me machucou. Uma vez, um caso que aconteceu e fiquei muito abalado, aí eu fui para dentro do banheiro chorar, aí eu disse: **eu não posso chegar lá em casa desse jeito, porque eles vão perguntar o que aconteceu e eu não vou saber explicar. Eu tinha vergonha de dizer que sofria bullying** (fala de Daniel, julho de 2024, grifos nossos).

A fala de Daniel vai dando forma a um cenário homofóbico dentro da escola, no qual ainda não se tem, naquele ambiente, vistas para uma mudança, já que nada de concreto e eficaz foi feito para solucionar o problema. Mas o problema se estende para além das paredes daquele recinto, chegando ao ambiente familiar, onde

também é reproduzida a homofobia. Provavelmente não é que ele sentia vergonha de falar, na verdade ele não podia falar, já que também sofre discriminação em casa, o que demonstra a falta de apoio, de segurança para se abrir para a família. Veremos mais a respeito em momento oportuno. Nesse caso, a vítima não podia nem sofrer para não demonstrar fraqueza e também para evitar sofrer mais discriminação.

Daniel disse-me que mudou de escola ao sair do Ensino Fundamental para cursar o Ensino Médio, e pensou que seria diferente na nova escola, mas não foi. Ele afirmou que começou a sofrer *bullying* logo nos primeiros dias depois de ter falado para uma amiga que achava determinado menino bonito. Disse que o boato se espalhou na escola e os estudantes começaram a debochar dele. Diziam que o menino que ele chamou de bonito iria “rachar ele”,¹⁰ que ele não gostava de “viado”. Ele disse que falou com a direção da escola, que também não fez nada para resolver, mas que recebeu apoio de um professor, que lhe deu “palavras de apoio”.

Nesse mesmo contexto, o entrevistado Justin vivenciou sua trajetória no campo, sofrendo discriminação desde muito cedo porque desde novo ele tinha “jeito de gay”.

Eu sempre me identifiquei mais com o lado feminino, gostava de brincadeiras de mulher. Nunca fui de brincar de brincadeiras de homem, de carrinho, essas coisas. Brinquei de boneca, de casinha, porque brincava mais com minhas primas e irmãs (fala do interlocutor Justin, julho de 2024).

Atualmente, com 29 anos, Justin está cursando nutrição e afirmou que sempre soube que era gay, mas que não era assumido porque não tinha coragem de fazer isso, já que sabia que o lugar onde vivia não era propício, ele não se sentia seguro para se assumir como homem gay. Disse isso baseado nas discriminações que sofria na rua, na escola e pelo jeito que a família dele tratava desse assunto, principalmente quando via algum homem gay na TV, que lá também não tinham outros homens gays na sua época, pelo menos não que ele ou as pessoas soubessem. Hoje, depois que foi embora para a cidade, ele é assumidamente gay. Segundo ele, isso só foi possível porque ele foi para a cidade e que acha que, se não tivesse ido para a cidade, ainda hoje era “incubado”.

¹⁰ Expressão popular utilizada na região. Soa como brincadeira, mas que carrega um tom de violência.

A trajetória escolar de Justin também foi marcada por discriminações, que iam desde as piadinhas de cunho homofóbico até a sua exclusão dos grupos de atividades em sala de aula ou de brincadeiras na hora do intervalo, fator que o levou, mais a frente, a praticar a autoexclusão, já que ele relatou ter parado de tentar ficar próximo aos grupos que ele sabia que não queriam ele por perto. “Eu não chegava mais onde tinham os grupos de homens, porque eu sabia que era incômodo para eles. E também eu mesmo já não queria estar com eles, gostava mesmo de ficar com as meninas” (fala do interlocutor Justin, julho de 2024).

Ele relatou que, durante o Ensino Fundamental, as discriminações eram frequentes. Ele as percebia tanto em atos praticados por outros alunos, como os insultos 'bichinha' e 'viadinho', quanto no tratamento que recebia por parte dos funcionários da escola. Estes últimos, embora não proferissem os insultos, demonstravam, através de expressões faciais de desprezo e nojo, uma evidente postura homofóbica quando ele passava por eles. Ele disse que percebia isso, mas que nunca ouviu nenhum deles lhe insultando, que apenas percebia o comportamento, as expressões.

Justin é o entrevistado do relato que aconteceu na escola de Ensino Médio, na qual o professor disse que tinha nojo de “viado”. Isso demonstra que sua percepção em relação à forma como as pessoas o olhavam tem validade. As escolas são na mesma comunidade, e o professor citado, na época, trabalhava em ambas. Este mesmo professor foi meu colega de profissão no município quando eu lecionava, e, quando nos encontrávamos nos encontros da semana do planejamento pedagógico, também era nítido o seu olhar de julgamentos para mim, já que hoje eu sou assumidamente gay e ainda uso brincos. Outro fator que fazia com que eu percebesse esse comportamento dele, era o fato dele, por alguma razão, não me cumprimentar.

Justin afirma com muita convicção que, na sua opinião, que está baseada na sua experiência pessoal, o lugar que mais o discriminou foi o ambiente escolar, e que a maioria das piadas vinha do público masculino. Ele disse que, após sofrer as discriminações, ele guardava para ele e

Ficava com raiva, e, quando chegava em casa, ia chorar. Também denunciava para o diretor da escola toda vez que eu sofria as piadinhas e ele brigava, **ele somente brigava, falava que não era para fazer aquilo, mas nunca teve nenhum caso assim de reunião, de chamar os pais para debater sobre aquilo.** Era assim, digamos que somente uma bronca

mesmo, ia lá, chamava o aluno, perguntava por que ele tava falando aquilo e só era isso, nunca dava em nada (fala do interlocutor Justin, julho de 2024, grifos nossos).

Nesse contexto, a experiência vivenciada por Justin se assemelha à experiência vivenciada por Daniel, no sentido de como se sentiam e o que faziam após serem expostos às discriminações. Um elemento que chama a minha atenção é o comportamento dos gestores das escolas, a forma como, em ambos os casos, não adotaram uma atitude combativa em relação à homofobia que ocorria no interior das escolas, o que me leva a confirmar, nestes casos, o que Louro (1999) e Junqueira (2009) afirmaram em relação à homofobia nas escolas: ela é ensinada e legitimada.

Outro entrevistado, embora inicialmente não reconhecesse que sofreu discriminação por causa da sua orientação sexual na escola, também passou por momentos onde sua sexualidade foi motivo de piadas e chacotas. Zeca estudou na mesma escola na qual Daniel estudou e foi alvo de piadas homofóbicas. Atualmente ele está com 18 anos e cursando o Ensino Médio.

Zeca é assumidamente homossexual e disse que se reconheceu assim aos 15 anos de idade. Para ele foi difícil o processo de autoafirmação da sua identidade sexual, porque não tinha um ambiente seguro para isso em casa. Ele relatou que a família, em especial sua mãe, todas as vezes que via “coisas de gays, homem se beijando na TV e tal, ficava discriminando, dizendo que iam para o inferno”. Ele relatou que após ouvir essas frases ia para o quarto chorar.

Para Zeca, as discriminações acontecem mais no ambiente familiar, como veremos quando o tema estiver sendo discutido. Contudo, várias vezes ele foi alvo de piadas e insultos homofóbicos, que vinham de alunos das séries mais avançadas. Porém, na entrevista, ele disse que não foi discriminado porque “ainda nem sabia que era gay” (fala do entrevistado Zeca, julho de 2014). Ou seja, antes mesmo dele entender sua própria identidade, ele já sofria os impactos de ter uma orientação sexual que foge à norma da heterossexualidade. Lopes (2003) fala sobre esse processo no qual meninos gays tendem a passar, principalmente quando estes manifestam traços de feminilidade, quer dizer, eles são discriminados desde cedo sem ao menos compreender o porquê disso.

Vale ressaltar que, por mais que ele não se lembre de ter sido discriminado na escola, isso não quer dizer que ele não tenha sido. Às vezes, essas

discriminações se dão de forma velada, silenciosa, elas não acontecem necessariamente para que a pessoa as perceba, como no caso de Justin na escola de Ensino Médio. No caso de Zeca, presenciei várias vezes os grupinhos de alunos proferindo insultos contra ele, como, “bichinha”, “viadinho”, “mulherzinha”, além do apelido pejorativo que toda a escola tinha conhecimento, o qual não vou citar por motivos de sigilo e ética.

Esse processo de não reconhecer ou lembrar-se das discriminações sofridas parece estar relacionado com dois fatores principais. O primeiro foi observado pelo próprio entrevistado, que era o fato dele mesmo, naquele momento de vida, não se reconhecer gay. Já o segundo, pode ser proveniente do processo de naturalização das violências, como podemos perceber em outra fala sua quando questionado se já tinha sofrido algum tipo de violência por ser homossexual. Sua resposta foi: “violência, não, só piadas mesmo” (fala do interlocutor Zeca, julho de 2024). Ele demonstra não compreender as piadas como violências. Ele fala que até encara como “normal”, já que realmente é “viado” mesmo. Contudo, sabemos que ao sermos chamados assim, com esses termos e de maneira pejorativa, não estão afirmando nossas identidades, mas, sim, usando desse artifício para subjugar, oprimir e desqualificar, colocando o sujeito na condição de inferior, de pessoa que não merece estar naquele mesmo espaço. Assim, esses termos são insultos e piadas homofóbicas que fazem o indivíduo discriminado passar por situações vexatórias, e esta é uma das faces da homofobia (Silva; Bornia, 2009).

O interlocutor Bráulio, ao falar sobre a homofobia nas escolas, disse que ele mesmo não sofreu, “porque não tinha jeito de gay, então, as pessoas não falavam de mim, mas eu já ouvi piadas com outros meninos que tinha jeito” (fala do interlocutor Bráulio, agosto de 2024). Mais uma vez, o quadro de discriminação por orientação sexual mostra-se presente nas escolas da zona rural. Ele disse que as discriminações sofridas por ele ocorreram mais no ambiente familiar, e que essas piadas e discriminações foram em decorrência dele ter assumido sua bissexualidade. Ele se reconheceu assim aos 28 anos de idade, após ter participado de uma aula na faculdade que tratava de questões de sexualidade, momento no qual, ao ter uma compreensão aprofundada, principalmente dos termos e significados da sigla LGBTQIAPN+, ele reconheceu-se como integrante da comunidade.

Por fim, o interlocutor Osvaldo passou por um processo de naturalização da homofobia parecido com o de Zeca, mas, no caso dele, foi em relação à comunidade em que mora e em outras comunidades vizinhas. Isso foi percebido quando ele disse que nunca sofreu discriminação, homofobia, mas que já ouviu piadinhas direcionadas a ele. Osvaldo disse que acha que a escola - se referindo à escola que os entrevistados anteriores estudaram e sofreram homofobia - era o lugar que mais acolhia os meninos gays, porque, segundo ele, “as pessoas são estudadas, tem outro entendimento sobre os assuntos” (fala do interlocutor Osvaldo, julho de 2024).

Osvaldo tem Ensino Médio completo e, aos 48 anos, ainda não é assumido, mas disse não se importar com isso, que não sente necessidade disso. “Eu sou feliz assim e não vejo necessidade de se assumir. Pra mim eu vejo assim, eu sou feliz e vida que segue” (fala do interlocutor Osvaldo, julho de 2024). O entrevistado disse que, às vezes, até esquece que é gay. Lopes (2009) fala sobre o fato de muitos LGBT’s não sentirem a necessidade de se auto afirmar, mas reconhece que esse processo é fundamental para muitos, já que isso implica poder, entre outras coisas, expressar os desejos e sentimentos. Contudo, também aborda as dificuldades que podem ser enfrentadas, tais como as discriminações que esses indivíduos passam a sofrer após se assumirem.

Embora esse processo pareça contraditório, no qual, de um lado afirma-se que a escola legitima a homofobia, e por outro, que ela não discrimina e que acolhe, ele pode ser explicado por dois elementos fundamentais: a época em que ele estudou e o lugar onde ele estudou. Primeiro que, se hoje ainda é um tabu falar sobre sexualidade, seja na escola, na comunidade ou na família, no século passado a realidade era ainda mais desafiadora. Outra explicação seria o fato dele ter estudado em escolas na cidade, quando, ainda criança, passou a morar em Brasília, só retornando à comunidade onde reside hoje após concluir o Ensino Fundamental. Além disso, o próprio fato dele não ser assumido pode explicar o fato dele dizer que não sofre discriminação. É preciso olhar para essa questão como experiências individuais construídas e vivenciadas em tempos e espaços diferentes. Por fim, quando questionado sobre sua relação, Osvaldo acha que ela acolhe a dissidência. Apesar disso, o interlocutor relata que não mantém contato direto com a escola, mas que percebe que “os professores e diretores acolhem mais que a família” (fala do interlocutor Osvaldo, julho de 2024).

A partir do exposto sobre as experiências dos interlocutores, percebe-se que a homofobia, a discriminação por orientação sexual, é uma questão que marca a vida de todos. Ela não faz distinção de idade ou localidade, ou de instituições. Nesse caso específico, se confirma o que foi dito por Junqueira (2009) e Louro (1999). A escola está sendo um espaço de ensinamento, de propagação da homofobia, pois quando na escola se registram casos de homofobia, não realizam ações efetivas que visem evitar essas práticas. Esse processo permite que se perpetue o ciclo de homofobia dentro do ambiente escolar, que terá consequências também fora dele. Entretanto, para além dessa constatação, é necessário compreendemos que esta instituição faz parte de um conjunto de instituições de poder legitimadas como detentoras das verdades universais, nas quais tem-se a sexualidade hetero como normal, estrutura como matriz (Louro, 2004) que dita o comportamento que deve ser manifestado pelos sujeitos.

O problema está no fato de que os sujeitos não são homogêneos e, por isso, manifestam outros comportamentos característicos de suas individualidades, que tem sido objetos de discriminação, de exclusão. Contudo, a legitimação do comportamento homofóbico não é exclusiva da escola, esse comportamento também é reproduzido e legitimado em outros espaços e instituições, como na família e na comunidade.

3.4 Homofobia na família

Outro espaço onde a homofobia é praticada é o ambiente familiar. De maneira geral, os entrevistados já passaram por algum tipo de discriminação por orientação sexual dentro de casa. Sarah Schulman (2010) denomina esse fenômeno de homofobia familiar. Para a autora, pessoas LGBTQIAPN+ passam por dois momentos comuns. O primeiro é o fato de assumir-se homossexual. “A segunda experiência comum é que fomos, cada um de nós, em algum momento de nossas vidas, inferiorizados por nossas famílias simplesmente, mas especificamente, por causa de nossa homossexualidade” (Schulman, 2010, p. 69). De acordo com a autora

As especificidades e dimensões da homofobia familiar são amplas. Elas podem variar desde pequenos desrespeitos a graus variados de exclusão, chegando a ataques brutais que deformam a vida da pessoa gay, ou até a

crueledades diretas e indiretas que literalmente acabam com a existência daquela pessoa (Schulman, 2010, p. 70).

Schulam (2020) diz, ainda, que o impacto da homofobia familiar em cada indivíduo vai depender da rede de apoio que ele tem, e que, sem uma intervenção compassiva “a homofobia familiar pode se tornar uma opressão dolorosa determinante na vida da pessoa gay” (Schulman, 2010, p. 70). No caso dos interlocutores, a falta de apoio e de uma intervenção foi o que dificultou a fase de discriminações vivenciada.

Além de não terem o apoio da própria família, também não tinham apoio de outras pessoas gays, já que não tinham outros homens gays nas suas comunidades para que pudessem conversar (Daniel, 2024); Justin (2024). Daniel até tinha algumas amigas, mas disse não contar para elas para não mostrar suas “fragilidades”. Justin também tinha amigas, mas também não podia conversar com elas, porque não era assumido e tinha medo de contar e elas revelarem para sua mãe. Além disso, Justin ainda foi proibido pela mãe de andar com suas amigas, porque, segundo ele, a mãe queria que ele andasse com os meninos, já que “meninos tem que andar com meninos e não com meninas” (fala do interlocutor Justin, julho de 2024).

Justin contou que, desde cedo, percebeu que sua família, principalmente sua mãe, era “mente fechada para essas coisas” (interlocutor Justin, julho de 2024). As primeiras observações dele a esse respeito seu quando, em momentos que estavam reunidos em frente à TV, e passava “algum conteúdo sobre gays”, sua mãe ficava incomodada e criticando, falando que aquilo era errado, era contra Deus. O interlocutor afirmou que sua mãe e seu irmão eram preconceituosos, e que, antes de sair de lá e ir para a cidade, era difícil a convivência em casa, por sempre ouvir seus familiares criticando os gays, e que, por mais que ele ainda não fosse assumido, se sentia mal porque aquelas falas também eram direcionadas para ele.

Justin mencionou que depois que se mudou para a cidade, bem como depois de assumir-se e fazer amizades com outros meninos gays, passando então a andar com eles, sua mãe não gostava e não queria que ele levasse os meninos em sua casa, não queria nem que ele falasse dele. Ele frisou que, com o passar do tempo, sua mãe foi ficando mais aberta ao diálogo e desenvolvendo uma melhor aceitação em relação a ele e aos seus amigos, que até já os recebe em sua casa e que, ele e

sua mãe, tornaram-se “melhores amigos”, que ele até revela para ela sobre suas aventuras sexuais quando acontecem. Ele ainda falou que sua mãe, em diálogo com uma vizinha, disse que não era contra ele ser gay, mas que não queria que ele fosse por medo dele sofrer violências na rua, já que ela sabia que gays estão expostos a isso.

Segundo o interlocutor Bráulio, o ambiente em que mais sofreu discriminação foi o familiar. Ele relatou que o pai quis expulsá-lo de casa, mas que, com intervenção de sua mãe, isso não foi consumado. Disse também que uma tia sua fica falando dele, porque ele “corta para os dois lados”, e que um primo disse que não queria ele por perto, que se ele o visse, não era para encostar e nem falar com ele.

A experiência de Daniel com a homofobia familiar foi bem marcante. Ele relatou que sempre que entra em conflito com algum membro familiar, estes sempre colocam a sua sexualidade em jogo, o xingam de “viadinho safado”, “bicha louca”, de “nojento”, falam que “não gostam de viado” e que ele “vai para o inferno” por causa disso. Ele também disse que em uma dessas discussões acaloradas uma de suas irmãs proferiu as ofensas para ele e quis bater nele dizendo que era isso que ele merecia, mas que não conseguiu agredi-lo fisicamente porque ele sempre corria para o quarto e se trancava. Depois desses momentos ele chorava no quarto e sempre questionava para Deus o porquê tê-lo feito assim, “tão errado” (fala do interlocutor Daniel, julho de 2024).

Tratando-se de discriminação por orientação sexual, é comum que as pessoas usem desse artifício para sempre questionar as capacidades e atitudes dos sujeitos LGBTQIAPN+, qualquer situação na qual haja um conflito, as pessoas tendem a usar a sexualidade do indivíduo como forma de atacá-lo, de diminuí-lo, desqualificá-lo, reproduzindo a ideia de que pessoas homossexuais são indignas de respeito e, pior, merecem ser tratadas como seres inferiores. Isso soa como uma espécie de punição para esses indivíduos, já “que estão em pecado”. Mas, além disso, parece querer dizer sobretudo o seguinte: “você não é bem-vindo aqui, esse lugar não te cabe”.

No caso de Daniel, esse fenômeno é percebido em alguns espaços, como a escola, já apontado anteriormente, mas também no lazer comunitário, como no caso dos jogos de futebol, momento em que, ao fazer alguma ação que desagrade os outros integrantes do time, ele recebe vários xingamentos homofóbicos, que são

proferidos pelos seus irmãos e por primos também. Os xingamentos são os mesmos que ele disse ouvir em casa. Um fato curioso, entretanto, é que esses xingamentos não partem de outras pessoas da comunidade que estão no jogo, mas, sim, de familiares - os irmãos e primos - o que demonstra que parece haver uma espécie de legitimidade da família para praticar homofobia. Em partes, isso pode ser explicado pela própria dependência familiar do sujeito que sofre essas discriminações. Nesse sentido, a homofobia é legitimada e consentida no ambiente familiar, sendo recorrente e, pelo fato do sujeito que sofre a discriminação não ter o que fazer, sobretudo pelo risco do enfrentamento poder desencadear a sua expulsão de casa, o ciclo da homofobia se perpetua.

Com isso, ocorre o silenciamento dos homossexuais e a manutenção da homofobia dentro de casa, e, a partir desse processo, se não há enfrentamento, se não há denúncia, é conveniente dizer: “em casa não tem homofobia, nós não somos homofóbicos”. Contudo, a homofobia na família existe e

Não é apenas entre os pais e os filhos, é em todo o sistema familiar. Não é apenas nos EUA, é universal. Podemos dizer que cada cultura é diferente, mas a homofobia familiar é realmente universal, há em todas as sociedades. A família é o primeiro lugar em que todo mundo aprende a homofobia, é o primeiro lugar em que os homossexuais sofrem com a homofobia, é o primeiro lugar em que os heterossexuais aprendem que eles terão o poder, pois desde que nascemos há a expectativa da heterossexualidade, mesmo que os pais sejam feministas, mesmo que os pais sejam homossexuais (Schulman, 2013, p. 367).

A partir da autora, percebe-se que este é um problema estrutural, que está enraizado nas nossas culturas, e que atinge a estrutura familiar como um todo, que não é exclusivo de uma única família, ou da família dos interlocutores desta pesquisa. Inclusive, o processo de construção da homofobia atinge também os homossexuais, que muitas vezes reproduzem falas ou comportamentos homofóbicos que eles acabam internalizando de tanto serem expostos a uma realidade regida por práticas e ações homofóbicas, processo denominado por Antunes (2017) de homofobia internalizada.

A experiência de Zeca foi semelhante à de Justin no sentido de como percebiam a homofobia no seio familiar a partir de momentos em que a TV mostrou algum conteúdo homossexual. Isso parece mais marcado na zona rural porque faltam redes de apoio à comunidade LGBTQIAPN+, como espaços alternativos de

convívio para os gays. Zeca disse que sua mãe, ao ver na TV, fala frases, como: “ave maria”, com expressão de desprezo, e “isso é coisa do inimigo”, chegando até a mudar de canal. E disse que sempre que isso acontecia, ele se retirava da sala e ia para o quarto chorar. Zeca se assumiu gay aos 18 anos, momento em que passou a ser discriminado diretamente por familiares, como primos e irmãos, mas principalmente pela mãe, que não aceitava sua sexualidade. Em decorrência disso, ele disse que é difícil a convivência em casa, pois agora ele vive brigando com a mãe, “porque em tudo ela bota minha sexualidade no meio, fala palavras nada a ver pra mim” (fala do interlocutor Zeca, julho de 2024). Questionado, ele disse que sua mãe fala: “vai pra lá com teus machinhos, vai pra casa dos teus machos” (fala do interlocutor Zeca, julho de 2024).

Zeca, embora tenha se recusado a falar maiores detalhes das brigas com sua mãe, disse que sua mãe é muito preconceituosa, e que não aceita que ele seja gay porque isso “é coisa do inimigo, e também ela fala assim: tu sabe pra onde tu vai se tu for gay, né?!” (fala do interlocutor Zeca, julho de 2024). Já o entrevistado Osvaldo disse não ter sofrido discriminação na família, porque, segundo ele, não faz por onde eles falarem. “Me dou o respeito, e também porque eu não sou assumido, né!?” (fala do interlocutor Osvaldo, julho de 2024). Contudo, ele falou sobre o caso do sobrinho dele - o entrevistado Zeca - dizendo que achou

um absurdo a forma como a mãe dele tratou ele no início, porque ele não é o único gay no mundo, e ela agiu dessa forma no início, e eu achei um absurdo, né. Então, é por isso que eu digo que a discriminação é na família mesmo, nem é na escola a meu ver, mas falo isso baseado nesse caso aí, que eu sei que não é um caso isolado também” (fala do interlocutor Osvaldo, julho de 2024).

A fala de Osvaldo explica o motivo dele não achar que a escola é um ambiente que discrimina os meninos gays, quer dizer, não é que não tenha homofobia na escola, mas é que ele mesmo não presenciou isso. Osvaldo, assim como Zeca, não quis contar detalhes sobre a forma como a mãe agiu. Desse modo, os interlocutores, na maior parte do tempo, lidaram sozinhos com as discriminações. Schulman (2013) afirma que quando você é homossexual em uma família, você está sozinho. Além de sofrer em casa, na família, a homofobia ainda vem de outros espaços sociais também, e eles passaram por este processo solitário haja vista não poderem falar abertamente sobre isso por não serem assumidos, além de não terem

nenhum espaço para terem essas conversas. No campo também falta uma rede de apoio às pessoas LGBTQIAPN+.

Ao crescerem em um ambiente que menospreza pessoas homossexuais, os interlocutores tiveram dificuldades no próprio processo de auto afirmação das suas identidades, uma vez que é desafiador você dizer para as pessoas que você é aquilo que elas tanto odeiam e criticam, ainda mais quando é sua família. Para os interlocutores, a partir das brigas e discriminações em casa, a escola poderia representar um lugar de refúgio para eles, podendo ser um lugar no qual se tenha prazer em ir, mas, no caso em questão, não foi esta a realidade, pois ao passaram, na escola, pelo mesmo que passam em casa: discriminação.

A partir das falas e experiências dos interlocutores, foi percebido um consenso sobre onde mais ocorre a homofobia: na família e na escola. Porém, além destes espaços, também houve indícios de homofobia no ambiente comunitário. Isso será abordado no próximo tópico, onde apresento as falas dos interlocutores que demonstram a homofobia na comunidade. Além disso, são discutidas as estratégias que eles utilizaram para lidar com as discriminações.

3.5 Homofobia no ambiente comunitário

Nos casos em discussão, a homofobia também está presente na comunidade, nos bairros onde os interlocutores moram ou frequentam. Por alguma razão, essas evidências apareceram com menor intensidade em relação aos outros dois ambientes, o escolar e o familiar. Talvez isso se explica pelo fato de deixarem de frequentar alguns lugares e espaços, por perceberem que não são bem-vindos, o que, conseqüentemente, faz com que eles não estejam expostos ao contato e convívio com as pessoas das suas comunidades. Isso pode contribuir para um menor risco de sofrer discriminação pelo público externo. Além disso, outro fator pode explicar, que é o fato deles não se importarem com a opinião alheia sobre eles, principalmente depois de assumidos. Até mesmo os que não assumiram ainda abertamente falam que não se importam (Zeca, 2014); (Justin, 2024), Daniel (2024); (Bráulio, 2024) e (Osvaldo, 2024).

De acordo com os entrevistados, as discriminações no ambiente comunitário se dão de maneiras diferentes, como, por exemplo, com olhares tortos e de

juílgamentos. Justin disse que no interior¹¹ até a forma como ele dançava era alvo dos olhares de repulsa das pessoas. Ele também afirmou que por causa desse tipo de situação já deixou de frequentar alguns lugares, e que também já foi embora de lugares onde estava por causa dos olhares de desprezo e crítica das pessoas. “Já, sim, muitas vezes deixei de ir para alguns lugares por causa dos olhares das pessoas, que eu sabia que se eu fosse, eu ia me sentir desconfortável. E também já fui embora de lugares que eu tava por causa dos olhares de julgamento das pessoas” (fala do interlocutor Justin, julho de 2024).

Deixar de frequentar alguns lugares é uma forma de lidar com a homofobia, é uma estratégia para amenizar ou até evitar as discriminações. Nesse sentido, outra estratégia aparece na fala de Daniel, quando ele diz: “na minha comunidade eu sempre procurava andar com minhas amigas porque eu tinha medo das piadas, que eu sabia que, mais cedo ou mais tarde, aquilo ia doer em mim” (fala do interlocutor Daniel, julho de 2024). Daniel seguiu falando que imaginava que, se as pessoas o vissem andando com meninas, iriam pensar que ele estava “pegando” elas, e, assim, evitaria as piadas. Porém, por ter “jeito de gay”, as pessoas sempre olhavam para ele discriminando e chamando de “viado”. “E foi até que um dia eu pedi minha amiga para namorar comigo para ver se as pessoas paravam de me chamar de viado, e isso ainda hoje dói em mim” (fala do interlocutor Daniel, julho de 2024). Daniel fez esse relato embargando a voz e com os olhos cheios d’água, o que demonstra o quão doloroso foi e é esse processo vivenciado por ele, um processo violento que usurpou sua real identidade, lhe tirando a liberdade de ser ele mesmo.

Ainda sobre Daniel, ele disse que ouviu de muitas pessoas (tanto em casa como das pessoas da comunidade) que ele ia para o inferno, que ser gay não era coisa de Deus, e que isso o fazia chorar à noite conversando com Deus, se perguntando “por que, Deus, o senhor me fez assim, tão errado?” (fala do interlocutor Daniel, julho de 2024). Novamente com a voz embargada, Daniel mencionou que ouvia histórias de pessoas como ele, que tinham depressão por serem gay e que tentavam suicídio, e que já tinha pensado em se cortar, mas não tinha coragem e que isso o fez perceber que era muito forte.

A vivência de Daniel demonstra, mais uma vez, a internalização da homofobia, processo que atravessa a vida de pessoas LGBT’s e que causa em si mesmos a auto-rejeição (Antunes, 2017). Isso fica evidente se considerarmos o fato de pensar

¹¹ É a forma como o ambiente rural é chamado na região espacial da pesquisa.

em atentar contra a própria vida, pois mostra uma forte rejeição a si mesmo por ser homossexual. Além disso, no caso de Daniel, ainda é possível perceber a rejeição a si mesmo quando ele afirma que, sempre que passava por discriminações ele “tentava ser homem”, mas não conseguia porque seu “jeito extrovertido e simpático” não o permitia (fala do interlocutor Daniel, julho de 2024). Justin também disse que “tentava ser homem” e não conseguia, e que já pensou em suicídio várias vezes. Embora seja compreensível o que eles querem dizer com a frase “tentar ser homem”, isso demonstra que eles internalizaram a narrativa de que homossexuais não são homens, fazendo confusão entre gênero e sexualidade, mas principalmente evidencia o processo de internalização da homofobia.

Os demais entrevistados, Zeca, Bráulio e Osvaldo, falaram um pouco menos sobre os episódios de homofobia na comunidade, mas também já ouviram piadas sobre eles. Eles disseram não se importarem muito com isso, dando indícios do processo de naturalização desse tipo de violência, já que encararam como “normal, não me importei, vivo minha vida sem depender de ninguém” (Fala do interlocutor Osvaldo, julho de 2024). Bráulio disse que alguns vizinhos já o interrogaram dizendo: “o que diabos tu fez de tua vida? Se tu queria pegar homem devia ter nascido mulher” (Fala do interlocutor Bráulio, agosto de 2024).

Zeca disse que costuma ouvir piadinhas, que as pessoas costumam dizer, quando veem ele passando na rua, “alí, ó, o comedor de macho”, mas disse não se importar, já que, se ele gosta é de homem, é isso que ele faz mesmo (fala do interlocutor Zeca, julho de 2024). Embora isso traga a forma como ele reage a essas situações, é possível considerar que são proferidas em forma de ofensas e que não podemos naturalizar esse tipo de prática. Afinal, ele não olha para os homens que passam na rua e fala “olha, alí, o comedor de mulher”. Encarar com naturalidade essas práticas permitirá a perpetuação da homofobia, que causa inferiorização e estereotipação desses sujeitos.

Em resumo, no contexto espacial desta pesquisa, as discriminações por orientação sexual se dão na tríade família, comunidade e escola, não necessariamente nesta ordem. Quais as consequências dessas discriminações na vida desses sujeitos e como elas interferiram na construção dos seus projetos de vida? É o que será exposto no próximo tópico.

3.6 Impactos da homofobia na construção das subjetividades e projetos de vida dos sujeitos dissidentes da zona rural de Currais (PI)

As discriminações por orientação sexual é um fenômeno que atinge, de uma forma ou de outra, todas as pessoas LGBTQIAPN+. Essa violência traz uma série de consequências para os indivíduos atingidos. A pesquisa em questão apontou algumas dessas consequências. A primeira delas é a sensação de não pertencimento, neste caso, não apenas ao lugar enquanto espaço físico, mas também de não pertencimento a um determinado grupo ou tipo de cultura, de norma social.

Em relação ao pertencimento, Lestinge (2004) diz que pode ser entendido de duas formas:

Uma vinculada ao sentimento por um espaço territorial, ligada, portanto, a uma realidade política, étnica, social e econômica, também conhecida como enraizamento; e outra, compreendida a partir do sentimento de inserção do sujeito sentir-se integrado a um todo maior, numa dimensão não apenas concreta, mas também abstrata e subjetiva (Lestinge, 2004, p. 40).

O conteúdo em questão e as experiências registradas podem ser compreendidos das duas formas citadas pela autora, embora uma necessite da outra para fazer sentido. Por um lado, o pertencimento é subjetivo, e esta subjetividade do pertencer à identidade hegemônica não é sentida pelos interlocutores, pois estes não se sentem incluídos, não se sentem parte. Por outro lado, é o não pertencimento subjetivo ao grupo da identidade hegemônica que desencadeia a sensação de não pertencimento ao lugar enquanto espaço físico.

O não sentir-se pertencente, gerado a partir da homofobia vivenciada, é responsável pelo desencadeamento de outras consequências, como, por exemplo, a internalização da homofobia, que, por sua vez, gera outros sentimentos, como rejeição e ódio de si mesmo. A partir do não pertencimento é gerada uma crise identitária nos sujeitos, ao não se reconhecerem enquanto parte da identidade hegemônica a qual estão cotidianamente expostos, a saber: a identidade do homem como sujeito humano, o neutro e universal (Scott, 2008), ou até mesmo a identidade de “cabra macho” e “rústico” (Albuquerque Júnior, 2014). O não pertencer à identidade hegemônica, neste caso, desencadeia o não pertencimento à comunidade enquanto espaço físico. Além disso, gera também um silenciamento

dos homossexuais, já que, às vezes, essas pessoas não têm a quem recorrer. O silêncio torna-se não uma escolha, mas uma necessidade e uma estratégia para lidar com a homofobia. Um exemplo disso foi quando Daniel disse-me que, ao sofrer as discriminações, ele chorava e ficava em silêncio, pois não tinha como externar o que tinha acontecido já que não era uma opção deixar que as pessoas soubessem que ele é gay.

Foram identificados dois tipos de silêncio, este primeiro, relacionado à prática da homofobia, que era acionado após situações de contato com as discriminações por orientação sexual. Já o segundo silêncio identificado, que será abordado mais adiante, está relacionado ao crime de abuso sexual, práticas que Daniel e Bráulio foram submetidos. De modo geral, pode-se dizer que a homofobia, que promove o silenciamento dos LGBTQIAPN+, também pode contribuir para a perpetuação de crimes sexuais praticados contra pessoas LGBTQIAPN+ e a falta de acesso à justiça. Como consequência relacionada ao silêncio, podemos citar o anonimato, pois aquele contribui para este. Baptista (2023), pontuou essa mesma consequência em seu estudo sobre a homossexualidade em Angola, no qual afirma que a homofobia contribui para que sujeitos LGBT's+ continuem no anonimato.

Outra consequência identificada em decorrência da homofobia vivenciada foram os pensamentos suicidas que alguns interlocutores, como Daniel, Justin e Bráulio afirmaram terem tido em algum momento de sua experiência. “Uma vez eu tentei me cortar com um caco de vidro depois de uma situação de homofobia que fizeram, só que eu não consegui” (fala do interlocutor Daniel, julho de 2024). Ele disse isso com pausas, porque embargou a voz e os olhos encheram de lágrimas. Justin disse que antes de se assumir chegou a pensar várias vezes em atentar contra a própria vida. Bráulio também afirmou isso, dizendo que embora tenha tido pensamentos suicidas, chegou à conclusão que não valia a pena fazer isso por causa das pessoas.

Assim, esse conjunto de consequências supracitadas, as quais chamo de consequências socioculturais da homofobia, contribuíram para a consequência que é o problema desta pesquisa: a saída do campo. Em partes, essa consequência já é uma realidade, já que um dos entrevistados saiu e a vivência dele confirma o que os demais, que desejam sair, almejam: liberdade para serem quem são. Ademais, outros entrevistados desenvolveram o desejo de sair, embora ainda não tenham saído, pois sair envolve outras condições que nem sempre eles têm.

Vale ressaltar que, de acordo com Antunes (2017), a discriminação por orientação sexual traz para sujeitos discriminados uma série de consequências psicológicas. Esse tipo de consequência não foi abordada por não ser o foco da pesquisa, e nem é área de especialidade do pesquisador, mas é possível que eles sofram algum tipo de trauma psicológico em decorrência da homofobia, o que pode ser analisado em pesquisas futuras.

O desejo de sair é alimentado tanto pelo fato de sofrerem discriminações, quanto pela percepção e desejo que eles têm de viver o anonimato nas cidades, porque, para eles, esse anonimato é seguido de liberdade, algo que todo LGBTQIAPN+ deseja ter. Nesse sentido, liberdade e anonimato serão abordados no próximo tópico.

3.7 Anonimato e liberdade: caminhos alternativos vivenciados X caminhos alternativos desejados por homens homossexuais do campo

A abordagem trazida neste momento expõe os desdobramentos das categorias anonimato e liberdade. Neste caso, optamos por discutir estas categorias de forma conjugada, já que, a partir das falas dos interlocutores, foi percebida profunda relação entre ambas. Também será discutida a relação do silêncio com o anonimato. A partir do estudo e análise das falas dos interlocutores, foi possível identificar pelo menos duas formas distintas de anonimato. O primeiro diz respeito às vivências de alguns deles, enquanto homossexual não assumido, e este se desdobra em um subtipo do anonimato que é consequência do primeiro. Este subtipo é aquele que diz respeito às práticas sexuais vivenciadas pelos sujeitos, já que, por não serem assumidos, são realizadas às escondidas. Este anonimato é alimentado pela discriminação e pela não aceitação, sobretudo no âmbito familiar, que faz com que os sujeitos optem por viver às escondidas. Esse processo foi bem caracterizado por Baptista (2023), quando afirma que, em Angola, o processo de conservadorismo tem gerado para a comunidade LGBTQIAPN+ um processo de marginalização e anonimato.

O segundo anonimato é aquele que se deseja alcançar e vivenciar nas cidades, nas zonas urbanas, fenômeno que foi apontado por todos os interlocutores. Esse anonimato aparece acompanhado do desejo de liberdade, já que eles acreditam que nas cidades é possível, vivendo anonimamente, serem mais livres.

Para eles, isto expressa a possibilidade de serem mais livres para se expressarem e vivenciarem suas práticas, tanto sociais, no que diz respeito à convivência com as pessoas, quanto sexuais, no sentido de vivenciarem sua sexualidade por meio de práticas sexuais.

Viver de forma anônima pode ser entendida como sinônimo de viver em segredo. Por um lado, para homossexuais que ainda não são assumidos publicamente isso soa como uma estratégia para mitigar os efeitos da homofobia. Entretanto, para Ladeira (2018) viver de forma anônima não é uma estratégia muito eficaz, já que ela traz apenas uma “pseudoaceitação” por parte da sociedade. Esta é uma forma de fazer com que pessoas LGBTQIAPN+ permaneçam dentro do armário. Corroborando com o autor, viver em segredo, embora pareça confortável para quem vive assim, a longo prazo pode trazer ainda mais prejuízos, sobretudo para a comunidade LGBTQIAPN+ como um todo, já que isso contribui para a continuação de narrativas como: “ser gay tudo bem, mas desde que expressem sua sexualidade entre quatro paredes” (Ladeira, 2018, p. 05).

A partir dessa compreensão, o primeiro anonimato apresentado se encaixa, então, nessa visão de que não contribui para o avanço de conquistas para a comunidade em geral. Entretanto, não cabe aqui o julgamento das pessoas que vivem assim, especialmente no caso específico dos interlocutores desta pesquisa. Para os interlocutores, viver de forma anônima, embora em alguns casos isso possa ter trazido prejuízos a eles mesmos - como violências sexuais - isso ainda é importante, já que o contexto social em que vivem é conservador, e essa é a saída que percebem para ter o mínimo de convivência nos ambientes da comunidade, e até mesmo para poderem vivenciar seus desejos sexuais.

A forma de anonimato 1 tem proporcionado aos interlocutores a possibilidade de realizar suas práticas e desejos sexuais, o que por um lado pode ser positivo. Contudo, foi percebido um fenômeno, que é negativo, e que é fortalecido por esta forma de anonimato. O fenômeno a que me refiro diz respeito às violências, inclusive sexuais, sofridas por eles, que, por não serem assumidos e viverem de forma anônima, fez com que eles não contassem para seus responsáveis ou até mesmo realizassem denúncias.

Um interlocutor - que não será identificado mesmo com o nome fictício - afirmou que foi vítima de estupro quando tinha sete anos, e que o abusador era da

família. Ele disse que o sujeito o chamou para ir para o mato¹² buscar umas forquilhas e que lá ele o estuprou. Falando como se fosse em metáfora ele relatou sobre como se sentia: “sabe quando a gente quer sair correndo, como se tivesse agarrado numa corrente afundando para baixo, e tu tenta subir para cima tentando caçar um lugar para fugir e não acha, gritando socorro e nada?!”. Ele relatou que o mesmo sujeito teria feito a mesma coisa com seu primo, e que depois do ocorrido outras pessoas passaram a abusar dele também. Ele disse que achava que aquilo era normal, mas que a partir dos quatorze anos de idade reconheceu que não era, que tinha sido vítima de estupro.

O relato de outro interlocutor a esse respeito também aponta para violência e abuso sexual. Ele disse que ainda criança, ele foi na casa de um vizinho buscar mangas, como sempre costumava fazer. Em uma ocasião, o vizinho lhe ofereceu água e, ao adentrar na residência para beber, o vizinho teria pegado na sua mão e o feito tocar em seu órgão sexual e disse: “eu sei que é disso que você gosta”. Ele disse que tirou a mão rápido e que correu para sua casa com bastante nojo e que lavou a mão várias vezes com muito sabão.

Um terceiro interlocutor também teve algumas experiências, nesse sentido, embora não tão nítidas quanto as supracitadas. Ele afirmou que, por várias vezes, homens bem mais velhos que ele, que se passavam como héteros para a sociedade, ficavam proferindo piadas de cunho sexual para ele. Ele disse que sentia nojo e ficava mal, porque sabia que aquilo tinha relação com o fato dele ser gay e as pessoas acharem que ele era apenas objeto sexual.

Os outros dois entrevistados afirmaram não ter passado por esse tipo de violência. No entanto, o que os três relatos têm em comum é notável. O que chamou a atenção foi o fato de nenhum deles ter compartilhado a experiência com os pais ou responsáveis, o que suscitou questionamentos sobre os motivos. Um deles justificou o silêncio devido à vergonha e ao medo. Outro também mencionou o medo como razão para não falar sobre o assunto. Já o terceiro entrevistado relatou que o agressor o ameaçava e atribuía a culpa a ele mesmo, e que ele também quis proteger a família de passar por esse constrangimento, tendo procurado posteriormente uma psicóloga para obter apoio e lidar com a situação. Embora essas violências não sejam praticadas apenas contra o público LGBTQIAPN+, para esse contexto elas possuem grande peso, porque pessoas homossexuais, por não

¹² Refere-se a ir para a floresta, para as matas

serem assumidas, estão mais suscetíveis a passar por isso. Nesse caso, o abusador presume que eles não vão denunciar, justamente porque não se sentem à vontade para falar disso, não sendo assumidos e não contando com apoio da família. Isso acaba sendo um jogo de pressão psicológica que se desencadeia em chantagem emocional para os sujeitos que já têm toda uma carga emocional para lidarem oriunda da crise de identidade e da homofobia que vivenciam.

Assim, o silêncio oriundo do anonimato 1 se torna chave para a perpetuação de todo tipo de violência contra pessoas LGBTQIAPN+. Desse modo, o anonimato vivenciado por homossexuais pode ser fonte para a naturalização de crimes sexuais. Em relação ao segundo anonimato, este está acompanhado da ideia de liberdade. Os interlocutores que desejam sair do campo, desejam por perceberem as cidades como um lugar onde poderão ser mais livres para vivenciarem sua sexualidade. Desta forma, mesmo o interlocutor que deseja ficar no campo (Osvaldo), afirma que o campo é mais conservador que nas cidades, e que é um ambiente que não acolhe bem o público LGBTQIAPN+. Os interlocutores que possuem o desejo de sair do campo, mas não puderam sair ainda, também possuem esta mesma visão.

Para todos os entrevistados, existe diferença entre ser um gay no campo e ser um gay na cidade, e que essa diferença tem a ver com liberdade, segundo Justin:

Na cidade você é livre para fazer o que quiser, andar com quem quiser, já no campo, não. No campo pode até ter uma certa liberdade, mas no campo se você chega com seu parceiro ou com seu grupo que sejam todos LGBT's, vai ter aquelas pessoas que vão criticar, no outro dia você vai ser o assunto do lugar. Então, isso é meio que uma forma de reprimir você, né. **Na cidade, não, eu faço o que eu quero, eu ando onde eu quero**, se eu quiser ir numa festa e quiser dançar do jeito que eu quiser, fazer o que eu quiser, no outro dia não vai ter esse comentário na cidade. **No interior, não, se eu vou numa festa, se eu danço diferente ou faço coisa diferente, ou beijo uma pessoa, ou eu tô ali com a pessoa, no dia seguinte eu vou ser detonado no interior** (fala do interlocutor Justin, julho de 2024, grifos nossos).

Justin, que já saiu do campo, confirmou em suas falas o que os demais entrevistados acham em relação às cidades. De acordo com Justin, as pessoas do campo “são mente fechada” e as da cidade são mais “mente aberta”. Justin disse que na cidade consegue viver sua vida sem ter os outros o vigiando, o que caracteriza o anonimato que dá para ter nas cidades. Ele também afirma que o campo está mudando em relação ao preconceito, e acredita que isso se deve ao fato

de hoje já ter mais pessoas homossexuais neste espaço, mas realçou que, mesmo assim, não se sente livre quando vai para a sua comunidade como se sente na cidade. Disse ainda que não levaria um namorado para a praça da sua comunidade, e que se levasse, não o beijaria ou andaria de mãos dadas.

Justin ainda diz que hoje se sente mais livre para se expressar e que isso só foi possível porque ele foi embora para a cidade.

Eu vi que precisava sair de lá para poder quebrar essas barreiras que me impedia de me libertar, e foi vindo para cá que consegui me libertar. Acredito que se eu tivesse lá até hoje, se eu não tivesse saído de lá, acredito que eu ainda não estaria 100% livre (fala do interlocutor Justin, julho de 2024).

A experiência de Justin dando cor ao quadro desenhado pelos demais interlocutores, e aquilo que antes era apenas um desenho, uma percepção, passa a ser uma realidade palpável. Daniel acredita que nas cidades seja possível ser mais livre, porque ele disse que conhece pessoas homossexuais que são de cidades e que “as histórias delas são tão bonitas, de como as pessoas e os vizinhos recebem pessoas assim. E aqui, não, o povo quer ditar o que a gente tem que ser” (fala do interlocutor Daniel, julho de 2024). O interlocutor Osvaldo também mostrou esse entendimento em sua fala: “eu acho que é mais difícil ser gay no campo, é mais complicado, eu acho que é mais complicado ser gay no campo do que numa cidade, numa metrópole” (fala do interlocutor Osvaldo, julho de 2024).

Em resumo, o anonimato 1 é um caminho alternativo que eles encontram para trilhar enquanto permanecem no campo e, por mais problemático que seja, tem sido essencial na lida com as discriminações por orientação sexual. O anonimato 2 é o que eles desejam vivenciar nas fases seguintes dos seus projetos de vida. Todo o processo e experiências vivenciadas por eles influenciou a construção dos seus projetos de vida. Em síntese, os projetos de vida dos interlocutores foram sendo moldados a partir de cada processo de violência aos quais foram expostos. Desse modo, a discriminação por orientação sexual (homofobia) desencadeou neles o desejo de saírem do campo e construírem suas vidas em outro ambiente em que possam ser eles mesmos, neste caso, as cidades. Sendo assim, os projetos de vida desses interlocutores do campo são frutos da homofobia que marcou seus corpos,

não como objeto de apego, mas como elemento que marca um ponto de partida que eles desejam superar para experienciar o novo nas próximas fases de suas vidas.

A partir disso, o projeto de vida de 4 dos 5 entrevistados, não envolve sua permanência no campo. Isso se deve pelos fatos já expostos no decorrer deste trabalho, a saber a homofobia sofrida, a crise de identidade e o sentimento de não pertencimento, o conservadorismo no campo. Entretanto, outros fatores foram apresentados pelos interlocutores. Um desses fatores foi o desejo de constituição de família, apresentado por Daniel, Justin, Zeca e Osvaldo. O ponto chave para a concretização desse aspecto dos seus projetos de vida, no caso de Justin, Daniel e Zeca, é sair do campo, pois não acham que lá seria possível a constituição de uma família homoafetiva. Além de não enxergarem o campo como lugar para essas famílias, a própria formação de uma família, partindo do próprio campo, não seria possível. De acordo com Zeca, lá não há outros homens gays que estão dispostos a constituir famílias, sendo este um dos motivos que o faz querer sair. No caso de Osvaldo, ele não deseja uma família formada com outro parceiro, mas apenas com um filho, porque é seu desejo adotar uma criança.

Outro elemento que apareceu na construção dos projetos de vida está presente na fala de Daniel, que é o fato dele querer, no futuro, poder ajudar pessoas LGBT's que passam pelo mesmo que ele passou. A constituição de uma família homoafetiva também está presente em seu projeto de vida. Ele afirmou que, quando imagina o futuro, se vê casado, com filhos, sendo feliz e ajudando outras pessoas a lidarem com sua sexualidade, nem que seja apenas com palavras e abraços, coisas que ele não teve.

Daniel reafirma a concepção de que no campo falta uma rede apoio à comunidade LGBTQIAPN+, demonstrando que essa falta desenvolveu nele significados, quer dizer, ele compreende que um apoio é fundamental para o desenvolvimento pessoal e dos projetos de vida de pessoas LGBTQIAPN+. Assim, a rede de apoio é um elemento importante na construção de um campo que seja mais acolhedor e menos opressor.

A rede de apoio e compreensão da comunidade LGBTQIAPN+, que aparece nesta pesquisa como ausente para o público investigado, mas também como essencial ao desenvolvimento dos sujeitos, desempenha um papel fundamental no processo de construção dos projetos de vida. Além de ser percebida na concepção de Daniel, no estudo de Duarte e Silva (2023) intitulado *“Coletivo LGBT Sem Terra: o*

rural e os novos projetos de famílias homoparentais em assentamentos do MST em Minas Gerais, Brasil” isso também foi evidenciado. No texto, os autores apresentam os projetos de vida de cinco interlocutores de assentamentos em Minas Gerais, destacando como esses projetos foram ressignificados e reestruturados a partir da participação dos sujeitos no coletivo LGBT sem terra, sua principal rede de apoio.

De acordo com os autores, os projetos de vida de seus interlocutores foram reconstruídos a partir da criação do coletivo LGBT sem terra dentro do MST, em 2014. A partir da participação no coletivo, foi proporcionado aos interlocutores uma rede de apoio, que influenciou o novo projeto de vida deles, que agora envolve a permanência no campo e trabalho na terra, constituindo um coletivo de apoio aos pares e a possibilidade de constituição de famílias homoafetivas monogâmicas no interior dos assentamentos em Minas Gerais (Duarte; Silva, 2023).

Os resultados da pesquisa dos autores demonstram o processo de permanência dos sujeitos LGBTQIAP+ no campo, enquanto os resultados desta pesquisa demonstram a saída dos sujeitos. O intuito não é comparar uma realidade com a outra, mas demonstrar que o que falta para os interlocutores desta pesquisa como algo essencial para a construção de seus projetos de vida - a rede de apoio - se confirma na pesquisa de Duarte e Silva (2023) como fundamental.

Nesse sentido, a criação de redes de apoio para a comunidade LGBTQIAPN+ no campo pode ser um passo importante para a manutenção desse grupo no campo e para o combate à homofobia neste espaço. Por isso, pensar esse processo de saída de sujeitos homossexuais do campo é também pensar novas formas de visão e construção para o campo, especialmente porque sendo a homofobia o motivo dessa saída, além de contribuir para o esvaziamento do campo, pode acarretar em mais violências para os homossexuais que desejam ficar no campo.

Em síntese, os interlocutores reforçaram, a partir de suas histórias e projetos de vida, a ideia de que no campo não é possível a constituição de uma identidade de homem gay, como observado no capítulo dois. Com base em Annes e Redlin (2012), há uma crítica aos estudos rurais estrangeiros por fazerem exatamente o que esta pesquisa faz: focar no movimento de saída dos homens gays rurais para as cidades. Contudo, este foi o caminho que se desenhou a partir das entrevistas, tendo em vista que a realidade desta é diferente da realidade da localização espacial da pesquisa dos autores. Portanto, foi mantido este foco com base nas falas dos

interlocutores, o que não impede que pesquisas futuras possam abordar o movimento de retorno ao campo, caso este passe a ocorrer.

Cabe ressaltar que a crítica levantada pelos autores é contundente dada a realidade de estudos (EUA e França), as quais os estudos rurais abordaram com mais ênfase a população homossexual rural. Porém, no Brasil a realidade é outra, como ainda é ínfima a quantidade de estudos sobre esta população no campo, ainda não é possível tecer esta crítica, porque ainda não temos um campo consolidado de estudos sobre a temática. Além disso, os poucos estudos existentes parecem ainda ter foco em compreender como essa comunidade vive e se existe no campo, já que há também uma crença limitante de que não existe homem gay rural, que inclusive também é alvo de críticas por parte de Annes e Redlin (2012).

Nesse sentido, a crítica que pode ser levantada no Brasil é sobre o fato dos estudos sobre o rural não se debruçar com mais força sobre esta temática, o que reforça a ideia de que o campo brasileiro é melhor estudado sob o ponto de vista econômico e reprodutivo e ignora outras relações e interações sociais que ocorrem neste espaço.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo teve como objetivo geral compreender os desafios enfrentados pela comunidade LGBTQIAPN+ da zona rural do município de Currais para sua permanência no campo, bem como para a construção dos seus projetos de vida. O principal resultado mostrou que a discriminação das sexualidades dissidentes no campo é um fator que também contribui para o êxodo rural, mas esse achado ainda não é discutido nas literaturas sobre o êxodo rural, no Brasil. Nesse ínterim, evidenciou-se que os estudos rurais brasileiros não se debruçam sobre a temática das sexualidades dissidentes no campo. Por um lado, isso se explica pela prioridade dos estudos sobre o campo em abordar a dimensão do acesso à terra e a questão reprodutiva do homem do campo. Por outro, parece ser porque o campo é mais conservador, o que dificulta as investigações a respeito dessa temática por ser um tabu. Além disso, a invisibilização e a discriminação das sexualidades dissidentes dos camponeses apresenta-se como fator que provoca desinteresse pelo tema, ficando, assim, como “o indizível das sociedades camponesas”. Ainda nessa linha

de observação, a temática do homem gay do campo é relativamente nova, sobretudo no Brasil. Ademais, é um tema difícil para ser pesquisado, dado o tabu que orbita em seu entorno. Isso pode fazer com que os pesquisadores optem por não investigar a respeito, tendo em vista o desafio que pesquisas nesse sentido podem representar: a recusa de interlocutores ou a própria identificação e aproximação com este público, entre outros fatores. Assim, o tema é marginalizado, do mesmo modo que outros, como a solteirice do homem do campo, a arte e a cultura, etc.

Outros resultados mostraram que, dada a característica do campo enquanto um espaço mais conservador que nas cidades, a homofobia neste espaço possui particularidades próprias. Ela está presente no cotidiano do campo quase que rotineiramente e permeia o ambiente escolar, o familiar e o comunitário. Esse dado demonstra a importância do anonimato vivenciado, porque é fruto de uma estratégia para resistir à homofobia. Contudo, esta categoria, a cada discriminação sofrida, ia perdendo espaço para o anonimato desejado, que passou a ser uma estratégia maior em busca da superação da discriminação no campo. De maneira geral, a homofobia no recorte espacial desta pesquisa se configura na tríade escola, família e comunidade, sendo que parece haver mais incidência dela nas escolas. Isso pode ser explicado pelo fato da escola ter se tornado, ao longo da história, um espaço que legitima e reproduz a homofobia, assim como outros problemas sociais, como o machismo e o racismo. Na família, a homofobia parece ter encontrado uma espécie de “licença” para perpetuar-se, quer dizer, ela naturalizou-se e internalizou-se, assim como nos próprios sujeitos LGBTQIAPN+, que também internalizaram a homofobia em si mesmos. Percebeu-se, ainda, que, no campo, a falta de redes de apoio a pessoas LGBTQIAPN+ é um fator que torna a homofobia ainda mais desafiadora para os sujeitos, gerando solidão, dado que eles ficam sem ter a quem e onde buscar apoio. Nas cidades, as redes de apoio não estão presentes em todas, mas existe maior facilidade de acesso à internet do que no campo, o que pode viabilizar o contato on-line com comunidades de apoio. Por estas razões, políticas públicas poderiam incidir sobre essas esferas, no intuito de se fazer reconhecer a pluralidade identitária/sexual no campo, com cursos de formação sobre o tema nas escolas, a promoção de debates sistemáticos nas comunidades e, inclusive, a incorporação dessa temática nas abordagens relacionadas à assistência social a famílias do

campo. De maneira adicional, o apoio e o incentivo às culturas queens no ambiente rural, como festas e desfiles drags, por exemplo, fato que ainda é restrito ao ambiente urbano, pode ser uma ferramenta importante de desconstrução da homofobia neste espaço, já que a falta de contato e convivência com este público é um fator que contribui para a discriminação contra pessoas com uma sexualidade dissidente.

No que se refere às consequências da homofobia vivenciada pelos interlocutores desta pesquisa, pode-se destacar a crise de identidade gerada nos sujeitos LGBTQIAPN+, que, por sua vez, gerou a falta de pertencimento ao campo. Para tanto, estas consequências produzem, nos interlocutores da pesquisa, o desejo de sair, de migrar do campo para as cidades. Isso indica outra consequência ainda mais desastrosa para o campo: a questão da sucessão rural, que trará implicações para o futuro do campo, que pode perder seu tecido social. O desejo de migrar é potencializado pela crença de que nas cidades as sexualidades dissidentes possuem maior liberdade para serem vivenciadas, fator que também ficou evidenciado a partir da experiência daqueles que já saíram do campo para as cidades. É importante reconhecer que algo análogo acontece em relação ao machismo estrutural, que, no campo, parece se revelar de modo mais marcante. A consequência desse processo é o êxodo de grupos importantes à reprodução social no campo, a exemplo da solteirice e masculinização que vem se expressando em diversas regiões.

Como esses sujeitos vão optar por permanecer no campo se estão sendo desrespeitados e discriminados, ao passo que estão convictos de que nas cidades eles terão mais liberdade para viverem suas sexualidades? A resposta a essa indagação, embora pareça difícil, é bem simples: é necessária a transformação do campo em um espaço que também seja livre de preconceitos contra a comunidade LGBTQIAPN+. Como podemos fazer isso? Essa, sim, é a parte difícil. Contudo, esse é o caminho para pensarmos um campo onde os jovens não tenham que sair para viverem suas identidades e construam seus projetos de vidas de forma induzida.

Estes resultados levam a contribuições teóricas e práticas. No que tange às contribuições teóricas, este estudo oferece um novo olhar para as causas e consequências do êxodo rural, bem como para o aprofundamento do tema nos estudos rurais brasileiros. Ademais, a pesquisa também influi para uma outra

abordagem no âmbito do desenvolvimento rural e meio ambiente, ao abordar as discussões de gênero e sexualidade. Estes conceitos são cada vez mais necessários à compreensão dos fenômenos que afetam a sociedade. Referente às contribuições práticas, já que um dos primeiros passos para resolução de problemas é se conhecer o problema, este estudo pode influenciar a tomada de decisão de gestores na elaboração de ações para o combate à homofobia nas escolas, já que a pesquisa dá visibilidade ao problema. Desse modo, torna-se essencial a elaboração de propostas pedagógicas de intervenção nas escolas, visando desconstruir a homofobia não só nas escolas, mas na família e na comunidade como um todo. A homofobia é um problema de todos, portanto necessita de ações integradas para ser combatida. Já como contribuição social, destaca-se a visibilidade do ponto de vista dos interlocutores, frequentemente silenciados quanto à questão.

É importante destacar que esses resultados não são conclusivos. Sugere-se, portanto, que sejam realizadas pesquisas de maior fôlego. Posto isso, em relação às futuras investigações, recomenda-se que seja feita uma ampliação do recorte espacial da pesquisa para se obter resultados mais profundos. Ainda recomenda-se que sejam feitos estudos para mapear o público LGBTQIAPN+ do campo brasileiro, para que esta pesquisa seja reproduzida a nível nacional. Pois, assim, poderá obter-se um resultado mais conclusivo em relação à discriminação das sexualidades dissidentes serem promotoras do êxodo rural.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. **Nordestino**: invenção do “falo” - uma história do gênero masculino (1920-1940). 2ª. Edição. São Paulo: Intermeios, 2013.

ANNES, Alexis; REDLIN, Meredith. Coming out and coming back: Rural gay migration and the city. **Journal of Rural Studies**, v. 28, n. 1, p. 56-68, 2012.

ANTUNES, Pedro Paulo Sammarco. **Homofobia internalizada: o preconceito do homossexual contra si mesmo**. – [1.ed.]. - São Paulo: Annablume, 2017.

BAPTISTA, Ariete Marcelino Camões. **Marginalização da homossexualidade em Angola-Luanda: a vida no anonimato**. 2023.

BARRETO, Maria do Perpétuo Socorro Leite. Patriarcalismo e o feminismo: uma retrospectiva histórica. **Revista Ártemis**, v. 1, p. 64-73, 2004.

BARROS, João Henrique Oliveira; COELHO, Gilson Gomes. A “saída do armário” de homens cis gays: uma revisão sistemática de produções brasileiras. **Sociedade em Debate**, [S.l.], v.27, n.1, p.150-165, 2021.

BEZERRA, Lucas Wanderson Silva. **A migração de jovens do campo**. Monografia (graduação). Universidade Federal do Tocantins, curso de Serviço Social, Miracema do Tocantins, TO, 2021.

BORGES, Davi Gonçalves. A influência de empresas transnacionais sobre a dinâmica social e agrária no sudoeste do estado do Piauí, Brasil. **Cadernos do CEAS: Revista Crítica de Humanidades**. Salvador/Recife, v. 48, n. 258, p. 129-152, jan./abr. 2023.

BRANDÃO, Ana Maria. Entre a vida vivida e a vida contada: A história de vida como material primário de investigação sociológica. **Configurações**, n. 3, p. 83-106, 2007.

BRASIL. **Constituição** da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, DF: Senado Federal, 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 17 de julho de 2024.

BUAINAIN, Antônio Márcio; GARCIA, Júnior Ruiz; VIEIRA FILHO, José Eustáquio Ribeiro. A economia agropecuária do Matopiba. **Estudos Sociedade e Agricultura**, v. 26, n. 2, p. 376- 401, 2018. Disponível em: <https://revistaesa.com/ojs/index.php/esa/article/view/1078>.

BUCZENKO, Gerson Luíz; ROSA, Maria Arlete. A Permanência do Jovem no Campo - Contribuições da Educação do/no Campo. 2018. **Revista Ensaios Pedagógicos**, v.8, n.1, Jul 2018.

CALDART, Roseli Salete. **Educação do campo**. In: CALDART, Roseli Salete; PEREIRA, Isabel Brasil; ALENTEJANO, Paulo e FRIGOTTO, Gaudêncio. (orgs.). Dicionário da Educação do Campo. Rio de Janeiro/São Paulo: EPSJV/Expressão Popular, 2012, p. 259-267.

CAMARANO, Ana Amélia; ABRAMOVAY, Ricardo. Êxodo rural, envelhecimento e masculinização no Brasil: panorama dos últimos cinquenta anos. **Revista Brasileira de Estudos de População**, [S. l.], v. 15, n. 2, p. 45-65, 1998. Disponível em: <https://www.recep.org.br/revista/article/view404>. Acesso em: 21 out. 2024.

CASTRO, Edgardo. **Introdução a Foucault**. Tradução de Beatriz de Almeida Magalhães. 1. ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2015.

CERQUEIRA, Ricardo Alves. “**Eles/as vão sem eira nem beira**”: efeitos e motivações do êxodo rural da juventude do campo do povoado de Alto Alegre-Santanópolis/BA. Monografia (graduação). Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, curso de Licenciatura em Educação do Campo - Ciências Agrárias, Amargosa, BA, 2022.

COSTA, Francisco de Assis; CARVALHO, Horacio Martins de. Campesinato. In R. S. Caldart, I. B. P. Pereira, P. Alentejano, & G. Frigotto (orgs.), **Dicionário da educação do campo**. 1º ed. São Paulo: Expressão Popular, 2012. p. 115-122.

DIAS, Tainah Biela. A Defesa da Família Tradicional e a Perpetuação dos Papéis de Gênero Naturalizados. **Mandrágora**, v. 23, n. 1, p. 49-70, 2017.

Duarte, Bruno Monteiro; SILVA, Douglas Mansur da. Coletivo LGBT Sem Terra: o rural e os novos projetos de famílias homoparentais em assentamentos do MST em Minas Gerais, Brasil. *Simbiótica*. **Revista Eletrônica**, v. 10, n. 2, p. 77-95, 2023.

FELIPE, Jane; BELLO, Alexandre Toaldo. Construção de comportamentos homofóbicos no cotidiano da educação infantil. In: _____. (Org.). **Diversidade sexual na educação: problematizações sobre a homofobia nas escolas**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, UNESCO, 2009.

FERNANDES, Estevão Rafael. **Decolonizando Sexualidades: enquadramentos coloniais e homossexualidade indígena no Brasil e nos Estados Unidos**. Tese de Doutorado. Brasília, UnB, 2015.

FERREIRA, Paulo Rogers da Silva. **Os afectos mal-ditos: o indizível das sexualidades camponesas**. Dissertação (Mestrado em Antropologia). PPGAS. Universidade de Brasília, Brasília, 2006.

FLICK, Uwe. **Introdução à pesquisa qualitativa**. Porto Alegre, Artmed e Bookman, 2008.

FONSECA, Wéverson Lima et al. Causas e consequências do êxodo rural no nordeste brasileiro. **Nucleus**, v. 12, n. 1, p. 233-240, 2015.

FOUCAULT, Michael. **História da sexualidade I: a vontade de saber mais**. Tradução de Maria Thereza da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque. 14ª ed. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz & Terra, 2022.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Atlas, 1999.

GOMES, Jean Claude de Souza et al. Colorindo o campo: a diversidade sexual no espaço rural. In: V SEMINÁRIO INTERNACIONAL ENLAÇANDO SEXUALIDADES, 5., 2017, Salvador. **Anais [...]**. Salvador, 2017.

GONTIJO, Fabiano de Souza. Sexualidade e ruralidade no Brasil: o que os estudos rurais e os estudos de gênero e sexualidade (não) dizem sobre essa relação?/Sexuality and rurality in Brazil: what do the rural studies and the gender and sexuality studies (not) say about this relationship?. **Vivência: Revista de Antropologia**, v. 1, n. 45, 2015.

GROSSI, Miriam Pillar. Identidade de gênero e sexualidade. **Revista antropologia em primeira mão**, 1998.

Hall, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Tradução Tomaz Tadeu da Silva, Guaracira Lopes Louro-11. ed. -Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

HEIN, André Fernando; SILVA, Nardel Luiz Soares da. A insustentabilidade na agricultura familiar e o êxodo rural contemporâneo. **Estudos Sociedade e Agricultura**, v. 27, n. 2, p. 394-417, 2019.

IBGE divulga primeiro levantamento sobre homossexuais e bissexuais no Brasil. **G1** [online], 25/05/2022. Disponível em:

<https://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2022/05/25/ibge-divulga-primeiro-levantamento-sobre-homossexuais-e-bissexuais-no-brasil.ghtml>. Acesso em fev de 2023.

JESUS, Jaqueline Gomes. Trans-formações: poder e gênero nos novos tempos. In: **Anais do 18º Congresso Brasileiro de Psicodrama**. Brasília: Federação Brasileira de Psicodrama. 2012.

JÚNIOR, José Ferreira. Entendendo o hoje social brasileiro mediante conhecimento do seu ontem histórico: o cordel como ferramenta pedagógica no ensino de História. **Em Tempo de Histórias**, v. 22, n. 42, p. 75–88, 2023.

JUNQUEIRA, Rogério Diniz. Homofobia nas escolas: um problema de todos. In: JUNQUEIRA, Rogério Diniz. (Org.). **Diversidade sexual na educação: problematizações sobre a homofobia nas escolas**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, UNESCO, 2009.

JUNQUEIRA, Rogério Diniz. “A homofobia não é um problema. Aqui não há gays nem lésbicas!”: estratégias discursivas e estados de negação da discriminação por orientação sexual e identidade de gênero nas escolas. **Revista de Psicologia da Unesp**, v. 9, n. 1, p. 123-139, 2010.

KIELING, Rejane Inês; SILVEIRA, Rogério Leandro Lima da. O rural, o urbano e o continuum urbano-rural no contexto do desenvolvimento regional. **Perspectiva**, v. 39, n. 148, p. 133-143, 2015.

LADEIRA, Thalles Azevedo. O gay, o “viado” e a “bicha” pão com ovo: desconstruindo estereótipos de gênero e sexualidade. **V CEDUCE. Campina Grande-PB**, v. 2, p. 2-9, 2018.

LESTINGE, Sandra Regina. **Olhares de educadores ambientais para estudo do meio e pertencimento**. Dissertação (Doutorado em Recursos Florestais). Escola Superior de Agricultura “Luiz de Queiroz”, Universidade de São Paulo, Piracicaba, 2004.

LOPES, Denilson. Por uma nova invisibilidade. In: JUNQUEIRA, Rogério Diniz. (Org.). **Diversidade sexual na educação> problematizações sobre a homofobia nas escolas**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, UNESCO, 2009.

LOPES, Denilson. **Post-gay, teoria queer e cultura contemporânea**. Palestra. Grupo de Estudos e Pesquisas “Violência, Racismo e Mídia: representações sociais e discursos midiáticos”. Brasília, 2003.

LOURO, Guacira Lopes. Gênero, sexualidade e educação: das afinidades políticas às tensões teórico-metodológicas. **Educação em revista**, n. 46, p. 201-218, 2007.

LOURO, Guacira Lopes. Heteronormatividade e homofobia. In: JUNQUEIRA, Rogério Diniz. (Org.). **Diversidade sexual na educação> problematizações sobre a homofobia nas escolas**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, UNESCO, 2009.

LOURO, Guacira Lopes. Pedagogias da sexualidade. In: _____. (Org.). **O corpo educado: pedagogias da sexualidade**. Belo Horizonte: Autêntica, 1999.

LOURO, Guacira Lopes. **Um corpo estranho: ensaios sobre sexualidade e teoria queer**. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

MAHEIRIE, Kátia. Constituição do sujeito, subjetividade e identidade. **Interações**, v. 7, n. 13, p. 31-44, 2002.

MARQUES, Zênio Schuquel. **Os intelectuais “contemporâneos” e o debate atual sobre o êxodo rural no Brasil: uma abordagem sociológica**. Trabalho de conclusão de curso (graduação) – Universidade Federal da Fronteira Sul, Curso de Licenciatura em Ciências Sociais, Erechim, RS, 2014.

MARTINS, Emerson; ROSA, Rogério Machado. Jovens homens homossexuais na zona rural e heteronormatividade: resistências e processos de subjetivação. In: Seminário Internacional Fazendo Gênero 10: Desafios atuais dos femininos, 2013, Florianópolis. **Anais 2013 do Seminário Internacional Fazendo Gênero 10: Desafios atuais dos femininos**, 2013.

MARTINS, Leonardo Rauta. Permanecer no campo: notas sobre juventude, gênero e sexualidade no mundo rural. **Revista Interdisciplinar em Educação e Territorialidade–RIET**, v. 3, n. 1, p. 137-156, 2023.

MATTAR, João; RAMOS, Daniela Karine. Metodologia da pesquisa em educação: abordagens qualitativas, quantitativas e mistas. 1. ed. São Paulo: Edições 70, 2021. p. 470.

MIGLIOLI, Sarah; DOS SANTOS, Gilmar Almeida Almeida. Acessibilidade e serviços inclusivos para minorias sociais: a biblioteca do Instituto Nacional de Educação de Surdos. **Revista ACB: Biblioteconomia em Santa Catarina**, v. 22, n. 1, p. 136-149, 2017.

MORENO, Ana Beatriz Rocha; MELO, Alice Amun Barbosa de; FIGUEIREDO, João Vitor Carvalho. A educação do campo como forma de resistência e combate ao êxodo rural no Brasil. **Revista Okara: geografia em debate**, 14(2), 493-503.

Mortes e violências contra LGBTI+ no Brasil: Dossiê 2022 / Acontece Arte e Política LGBTI+; ANTRA (Associação Nacional de Travestis e Transexuais); ABGLT (Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Intersexos).– Florianópolis, SC: Acontece, ANTRA, ABGLT, 2023.

NASCIMENTO, Silvana de Souza. **Faculdades femininas e saberes rurais.** Uma Etnografia sobre Gênero e Sociabilidade no Interior de Goiás. Tese. (Doutorado em Ciência Social (Antropologia). São Paulo: Universidade de São Paulo, 2006.

SCHMITZ, Beto. **Mortes violentas de LGBT+ no Brasil:** observatório do Grupo Gay da Bahia - 2023. Disponível em: <https://cedoc.grupodignidade.org.br/2024/01/19/2023-de-mortes-violentas-lgbt-no-brasil-ggb/>. Acesso em: 05 de jan de 2024.

PAIVA, Pedro Henrique Azevedo da Silva. Arco-íris no campo: etnografia da “homossexualidade” masculina no ambiente rural. **Cadernos de Gênero e Diversidade**, v. 1, n. 1, 2015.

População de Currais (PI) é de 4.844 pessoas, aponta o Censo do IBGE. **G1** [online], 28/06/2023. Disponível em: <https://g1.globo.com/pi/piaui/noticia/2023/06/28/populacao-de-currais-pi-e-de-4-844-pessoas-aponta-o-censo-do-ibge.ghtml>. Acesso em 13 de nov de 2023.

PASSARINHO, Jarbas. Desequilíbrios urbanos – desigualdades sociais e integração social. Páginas 123 – 132 ISSN 0102-1788 - **Revista da Escola Superior de Guerra**, 1999.

ROCHA, Carlos Eduardo Ribeiro. **Produção territorial do conflito agrário no Tocantins do século XXI:** terra, território, expansão do capital e violência no campo. Orientador: Carlos Alberto Feliciano. 2022. 256 f. Tese (Doutorado em Geografia) - Faculdade de Ciências e Tecnologia de Presidente Prudente. Presidente Prudente, 2022.

RODA VIVA. Roda viva | Enéas Carneiro | 1994. You Tube, 9 de junho de 2017. Disponível em: [\(3064\) Roda Viva | Enéas Carneiro | 1994 - YouTube](#). Acesso em: 7 de janeiro de 2025.

SANTOS, Simone Cabral Marinho dos. A herança patriarcal de dominação masculina em questão. In: **XXVII Congreso de la Asociación Latinoamericana de Sociología. VIII Jornadas de Sociología de la Universidad de Buenos Aires. Asociación Latinoamericana de Sociología**, Buenos Aires, 2009.

SCHULMAN, Sarah. Homofobia e Família: entrevista com Sarah Schulman [Entrevista realizada em 17 de setembro, 2013]. **Revista PerCursos**, Florianópolis, v. 14, n.27, jul./dez. 2013. p. 360 – 371. Entrevistadores: Fernando Coelho, Gláucia de Oliveira Assis.

SCHULMAN, S. Homofobia familiar: uma experiência em busca de reconhecimento. **Bagoas - Estudos gays: gêneros e sexualidades**, [S. l.], v. 4, n. 05, 2012.

Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/bagoas/article/view/2312>. Acesso em: 6 jan. 2025.

SCOTT, Joan Wallch. “Gênero: uma categoria útil de análise histórica”. **Educação & Realidade**. Porto Alegre, vol. 20, nº 2, jul./dez. 1995.

SEFFNER, Fernando. Sigam-me os bons: apuros e aflições nos enfrentamentos ao regime da heteronormatividade no espaço escolar. **Educação e Pesquisa**, v.39, n.1, p.145-159, 2013.

SEN, Amartya. Desenvolvimento como Liberdade. Companhia das Letras: São Paulo, 1999.

SILVA, Edna Lucia; MENEZES, Eстера Muszkat. **Metodologia da pesquisa e elaboração de dissertação**. 3ª ed. Florianópolis: Laboratório de Ensino a Distância da UFSC, 2005.

SILVA, Renata; BORNIA, Josiane Pilau. Homofobia: a discriminação por orientação sexual e a legislação penal brasileira. **Revista Cesumar–Ciências Humanas e Sociais Aplicadas**, v. 14, n. 1, p. 35-53, 2009.

SILVA, Tomaz Tadeu da. Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais/Tomaz Tadeu da Silva (org.). Stuart Hall, Kathryn Woodward. 15. ed. - Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

SILVEIRA, Rosa Maria Godoy. Ambiente escolar e direitos humanos. In: FLORES, E. C.; FERREIRA L. DE F. G.; MELO, V. L. B. (orgs.). **Educação em Direitos Humanos & Educação para os Direitos Humanos**. João Pessoa-PB: Editora Universitária da UFPB, 2014, p. 201 -230.

SOUZA, Luciana Karine de. Pesquisa com análise qualitativa de dados: conhecendo a Análise Temática. **Arq. Bras. Psicol.**, Rio de Janeiro, v. 71, n. 2, p. 51 - 67, 2019.

STÉDILE, João Pedro. (Org.). **A questão agrária no Brasil**. São Paulo: Expressão Popular, v. 1, 2011.

CASTRO, Fátima Velez de. **Emigração, Identidade e Regresso(s) A visão cinematográfica dos percursos e dos territórios**. *Avanca|Cinema: Proceedings of the 2011 International Conference*. Cineclube Avanca, Estarreja, Portugal, July 20–24, 2011. Avanca: Edições Cineclube de Avanca, 2011, 957–965.

VIEIRA, João Paulo Louzada; BAHIANSE, Douglas Vianna; SILVA, Suany Machado da. Produção acadêmica sobre sucessão rural e agricultura familiar: uma análise do contexto brasileiro do período (2003-2018). **Extensão Rural**, v. 26, n. 2, p. 89-103, 2019.

ZAMBONI, Marcio. **Marcadores sociais da diferença**. *Sociologia: grandes temas do conhecimento*, São Paulo, v. 1, p. 14-18, 1 ago. 2014.

APÊNDICE

**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
FACULDADE UNB PLANALTINA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM MEIO AMBIENTE E
DESENVOLVIMENTO RURAL**

Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – TCLE

Você está sendo convidado(a) a participar de uma entrevista sobre uma pesquisa acerca da diversidade sexual na zona rural do município de Currais, da Faculdade UnB Planaltina – FUP. A pesquisa em questão é uma das atividades do Programa de Pós-Graduação em Meio Ambiente e Desenvolvimento Rural – PPG-MADER.

Você receberá todos os esclarecimentos necessários antes e no decorrer da pesquisa, e lhe asseguramos o anonimato, sendo mantido o mais rigoroso sigilo através da omissão total de quaisquer informações que permitam identificá-lo(a).

A sua participação será gravada em áudio e informamos que você poderá se recusar a responder qualquer questão, inclusive desistir de participar da pesquisa em qualquer momento sem nenhum prejuízo. Para isso, basta apenas informar que não deseja mais continuar com a entrevista.

Os resultados da pesquisa serão apresentados na defesa da dissertação, que acontecerá em março de 2025. As informações gravadas e transcritas ficarão sobre a guarda dos coordenadores da pesquisa: Mestrando Marciel Rocha da Silva, Prof. Dr. Gustavo Meyer.

Em caso de dúvidas, entre em contato através do seguinte endereço eletrônico: marciellencenciatura2016@gmail.com.

Este documento foi elaborado em duas vias, uma ficará com você e outra com os coordenadores da pesquisa.

Participante da pesquisa

Mestrando Marciel Rocha da Silva
Coordenador da pesquisa

Brasília, março de 2024.